

CONSELHO RIBEIRINHO DO RESERVATÓRIO DA UHE BELO MONTE

RELATÓRIO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL



**Grupo de Acompanhamento
Interinstitucional**

**Altamira
2017**

Eu sou feliz em dizer que eu sou um ribeirinho.
(Conselheiro Gilmar)

O ribeirinho é aquele que vê uma chuva vindo ali, mas ele sabe que essa chuva vai passar. E ela passa... só aquele ventão e a chuva passa... Aquele banzeiro, vai na beira do rio e diz: eita o rio vai encher e no dia seguinte o rio enche... Você entra no Igapó e você sente o cheiro. Você sente que o rio vai baixar. Você sente. Tudo isso caracteriza um ribeirinho.

Eu sou ribeirinha. Sou filha de ribeirinho. É uma coisa que tá dentro de mim. Tá na minha natureza. Se me coloca na cidade, eu vou saber me dirigir. Mas isso não sai...

(Ribeirinha Rita Cavalcante)

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL

Ministério Público Federal

Universidade Federal do Pará

Universidade Estadual de Campinas

Instituto Socioambiental

Mov. Xingu Vivo para Sempre

Ilustração Capa: Emília Botelho - PFDC

APRESENTAÇÃO

O presente relatório é a narrativa do processo de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte, cujas reuniões ocorreram entre os dias 13 de janeiro e 06 de março de 2017, em Altamira.

Não se pretende ora fazer prova da identidade ribeirinha de cada um dos reconhecidos, mas documentar um processo a partir do olhar do grupo de acompanhamento interinstitucional constituído para apoiar as atividades do conselho.

Como uma história que merece ser narrada para preservar o que revela, é descrita a construção de um critério de identificação e o rigor com que os conselheiros assumiram a incumbência de produzir a *lista* dos moradores tradicionais do reservatório, cuja história foi suspensa com implantação de Belo Monte. Lista essa construída por consenso e validada inúmeras vezes, inclusive na presença do Ministério Público Federal e do IBAMA.

Na medida em que avançavam as reuniões, o critério de identificação se reafirmou e os ribeirinhos – pela convocação de seus próprios pares – romperam definitivamente o silêncio que marcou o processo de remoção e que persistiu na realocação em curso. E a sua voz mostrou muito mais que a potencialidade de incluir ou excluir um nome no cadastro da Norte Energia. A palavra falada, como poesia, é criadora de um mundo que apenas 'eles' são capazes de revelar. Um mundo cuja história foi rompida pela hidrelétrica e que hoje assistimos ressurgir do esforço desses ribeirinhos em re-existir, *sendo* ribeirinhos.

Quando, em junho de 2015, o Ministério Público Federal convocou inspeção interinstitucional nas ilhas que estavam sendo evacuadas para o enchimento do reservatório de Belo Monte, a opção de ir até os ribeirinhos foi uma tentativa de assegurar um ambiente de fala, que não seria possível num auditório em Altamira, tal a invisibilidade e o silenciamento deste grupo. Recordo a fala do hoje Conselheiro José Gomes do Nascimento (Seu Dedé), à época morador da Ilha do Triunfo, que em resposta ao Professor Mauro de Almeida afirmou que sentia *como se tivesse voltado o tempo de 1888...*

1888 era o tempo da escravidão e esse tempo aturou até hoje! Eu me senti como um escravo, como uma coisa que você tira daqui e leva pra lá. Fui enxotado igual você enxota um cachorro, uma galinha, um animal. (Relatório de Inspeção Interinstitucional)

A gravidade das constatações da inspeção acarretou a suspensão das remoções compulsórias às vésperas da Licença de Operação de Belo Monte. Contexto em que o Governo Federal veio a Altamira e entregou – em mãos – a cada um dos ribeirinhos envelope contendo um mapa de vastas áreas para reocupação e um convite com a promessa de que viriam a ser sujeitos ativos de seu processo de reterritorialização. Porém, o que se chamou de *diálogos*

ribeirinhos foi na realidade uma estratégia de Governo para garantir o início das atividades da hidrelétrica. À vinda da Secretaria de Governo da Presidência da República a Altamira seguiu-se: 1. o prosseguimento da evacuação das ilhas; 2. a emissão da Licença de Operação de Belo Monte sem que estivesse resolvida a questão dos ribeirinhos; 3. a modificação unilateral pela Norte Energia do mapa de áreas ofertadas, com sua redução expressiva; 4. o abandono do processo por parte do Governo Federal e; 5. a Norte Energia assume a prerrogativa de definir o que é um ribeirinho.

Com isso, a concessionária passa auferir o nexo de causalidade da ruptura de uma história e a identificar os componentes de um grupo tradicional, com base no mesmo cadastro por meio do qual havia meses antes negado a dupla moradia e o modo de vida ribeirinho. E os 'diálogos' (espaço de participação prometido aos ribeirinhos) tornam-se um palco de humilhação, em que se demanda à empresa o reconhecimento para ingresso em seus cadastros. Eles clamam à Norte Energia por uma identidade e, mais uma vez, lhes é dado escolher entre o que a empresa oferece ou nada. A repetição das mesmas histórias narradas à equipe de inspeção é prova de que os *ribeirinhos não se tornaram visíveis pela simples exposição pública de sua tragédia*.

Não se ignora o esforço pessoal dos representantes da concessionária Norte Energia em absorver nos cadastros da empresa os pleiteantes à condição de ribeirinhos, que de alguma forma se enquadrassem nos critérios por ela própria definidos. Mas existia um vazio, pois o processo de licenciamento da UHE Belo Monte não tinha informações suficientes sobre um modo de vida que precisava ser recomposto. E não tardou para que o processo revelasse sua complexidade e os seus riscos. Ficaram evidentes os limites da capacidade da empresa para excluir e/ou incluir ribeirinhos em seu cadastro. Tanto causou perplexidade a exclusão de ribeirinhos veteranos tradicionais (como é o caso do Conselheiro Raimundão), como a inclusão de pessoas notoriamente não ribeirinhas, como é o caso do Secretário de Saúde do Município de Altamira, Sr. Waldecir Maia. E se inicia o retorno ao rio de não ribeirinhos em áreas tradicionalmente ocupada por ribeirinhos. Não se trata apenas de conflito e/ou de negação de direito. Mas da premissa de que apenas o morador tradicional do rio Xingu deveria estar autorizado a ocupar as margens de preservação permanente do reservatório.

Por isso, a investigação em curso na Procuradoria da República em Altamira foi relatada com a seguinte conclusão:

Inspeção Interinstitucional realizada em junho de 2015, embora tenha tornado pública a tragédia social gerada pela implementação da UHE Belo Monte, não resultou na efetiva visibilidade desses grupos ao ponto de garantir condições para seu retorno seguro ao rio Xingu. O processo de licenciamento ambiental sequer compreendeu seu modo de vida. Carente de referências mínimas e de qualquer estudo aceitável, segue utilizando como critério preponderante a avaliação de custos realizada pelo empreendedor.

Após ter recomendado, sem sucesso, ao IBAMA a realização de estudos complementares ao EIA, o Ministério Público Federal solicitou apoio à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A situação demanda novo chamado de ação interinstitucional, com apelo à comunidade acadêmica para que seja realizado estudo multidisciplinar para ocupação e uso da beira do rio Xingu pelas populações tradicionais

expropriadas e em processo de expropriação pela UHE Belo Monte, cujo produto deverá ser apresentado em Audiência Pública a ser realizada em Altamira no mês de outubro, com objetivo de colher subsídios técnicos científicos para avaliação dos caminhos seguros à reprodução do modo de vida ribeirinho no rio Xingu. (Relatório Preliminar do Inquérito Civil 1.23.003.000078/2015)

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência respondeu ao chamado do Ministério Público Federal e, em Audiência Pública realizada em Altamira no dia 11 de novembro de 2016, apresentou *Estudos sobre o deslocamento compulsório de ribeirinhos do rio Xingu provocado pela construção de Belo Monte.*

Nessa ocasião os mesmos ribeirinhos que em 2015 tiveram de ser ouvidos em suas ilhas, tal era o silêncio que imperava, agora empunharam fortemente o microfone, lotaram o auditório do centro de convenções de Altamira e, junto de cerca de 800 pescadores, indígenas e moradores de outras regiões do Xingu, exigiram o direito de continuar com dignidade sua história ribeirinha no beiradão.

E ouviram, junto com o Ministério Público Federal e as demais instituições presentes, o pronunciamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na fala da Professora Manuela Carneiro da Cunha, que afirmou peremptoriamente que a autoidentificação e o reconhecimento pelos pares é uma premissa inafastável do processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do reservatório do Xingu.

No preâmbulo dos estudos apresentados, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência destacou que a autoridade dos pares é a única que pode evitar e dirimir conflitos, bem como encaminhar a reparação de injustiças. E, em resposta ao quesito encaminhado pelo licenciador – IBAMA, recomendou a criação de um *Conselho dos Ribeirinhos do Reservatório*, como único agente legitimado a definir os critérios para identificação de quem é ou não é ribeirinho.

É, portanto, recomendação deste Relatório que seja criado um Conselho dos Ribeirinhos do reservatório, com representação de todos os 'lugares' pertinentes, com atribuição, entre outras competências, de estabelecer critérios para identificação dos ribeirinhos do Reservatório da UHE Belo Monte, de promover essa identificação, e de forma geral tomar decisões [...]

Os estudos indicaram ainda a formação de um grupo interinstitucional de mediação, para acompanhar o conselho ribeirinho e suas relações com agentes externos, públicos e privados.

O conselho foi criado pelos próprios ribeirinhos que, quando enfim assumem a prerrogativa – que lhes é legítima – de construir o seu próprio critério de identificação, prosseguem preenchendo parte do vazio que os mantinha invisíveis neste licenciamento.

O Conselheiro Aranô, antes de contar sobre a chegada da família da Dona Batata ao Paratizão, em 1972, já anuncia: *nós moremos toda a nossa vida nesse rio!* E é sempre assim que começam as falas de identificação: *nasceu e se criou no beiradão....* É o Sr. Aristides que *morou mais de 40 anos no Palhal.* Ou a família da Dona Francisquinha, que *desde criança, nasceram e se criaram na ilha.* Ou o Conselheiro Gilmar que tem 33 anos e conta que nasceu e se criou dentro daquela região, e enche o peito para dizer: *não preciso de luz a noite para te levar lá. Conheço aquilo na minha cabeça.*

Moramos lá desde o dia 11 de novembro de 1977, são pessoas que nasceram e se criaram nessa região. O último que chegou lá é esse meu cunhado que casou depois com a minha irmã, Elza Maria Braga Gomes. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Eu praticamente nasci dentro de uma canoa, eu nasci lá. Comecei a mariscar eu tinha 7 anos de idade. (Edilson Gomes do Nascimento – ribeirinho)

O que define um ribeirinho, eles ensinaram: é a sua história. O verdadeiro ribeirinho, ele tem história no beiradão. Uma história que não se faz de um dia para o outro. E que não se constrói com a construção de uma casa. Da mesma forma que não se rompe com a necessidade de se afastar por um tempo, desde que se mantenha o vínculo com o rio. Esse vínculo é o suporte do fio que conduz essa história.

Ele pesca de segunda a sexta e vende o peixe na rua. Não é obrigado a ficar o mês todo. Pode vir se tratar na cidade, mas ele deixou os pintinhos dele lá... ‘vizinho, dá um milho pras minhas galinhas não morrer de fome!’. As vezes fica fora um mês dois meses, as vezes até ano.

Esses que fizeram a casa para ganhar indenizamento, esses não são ribeirinhos. E muitos já voltaram. Ele não tem história. Se determina o ribeirinho pelo tempo de moradia do lugar. Pelo tempo que ele mora naquele lugar, ele não veio de dois três anos. Ele veio de geração. (Conselheiro Gilmar)

São narrativas e narrativas que se cruzam numa história comum. E todos, com veemência definem: ribeirinho é comunidade. *Trabalha em mutirão, troca diária. É família, quando um vem para a cidade alguém fica olhando a ilha.* O Conselheiro Gilmar explica que *o ribeirinho não vive sozinho! Ele tem vizinhos que vive ali 20, 30 anos ao lado, lembra a Sra. Rita. As famílias do Paratizão formam uma parentada só... Sr. Algemiro conta como fundaram o Palhal e que a família foi crescendo até chegar no Paratizão. E aí se misturou com a família da Dona Batata.*

Nós chegamos no Parati em 49, no tempo da seringa e da castanha. Agricultura era mesmo para sobreviver, em cada região tinha. Aí ficava lá mesmo. Os filhos arrumavam família. Meus avós mesmo moravam no Palhal... Aí foi misturando... Sou casado com a Elisa Batista de Almeida, que é irmã da dona Virginia, conhecida como Batata, irmã do Dario, conhecido como Pivela.

Com alegria é recordada a área onde se reuniam os moradores do Palhal, e a festa tradicional que acontecia todo ano no dia 08 de dezembro.

A gente não dependia das pessoas, só dependia dos vizinhos para ir na casa no final de semana visitar e conversar, se divertir, tinha festa na casa de um chamava o beiradão todinho e era aquela festa. A festa de nossa senhora da conceição era 08 de dezembro, eram três noites seguidas. Hoje lá eu não conheço mais ninguém, quando eu chego lá mora tanta gente que eu não conheço mais ninguém. (Conselheiro Hildo)

Lá no seu Domingos era onde os rapazes, os ribeirinhos iam pra brincar de bola. E final de semana iam pra lá fazer disputa, ganhava dinheiro, refrigerante. (Conselheira Francineide)

Lá tinha um campo, eles sempre faziam torneio lá e a gente ia pra lá. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Ia, pra festa da Nossa Senhora da Conceição. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Lá naquele beiradão não ficava ninguém, todo mundo ia pra festa, dançava até amanhecer. (Conselheiro Hildo)

Os cruzamentos fazem a história do beiradão, e na forma como se reconhecem fica evidente a história comum.

O João Batista, a mãe dele era a primeira parteira que pegou criança naquela região todinha, a dona Zeca. Nunca vinham pra cidade pra ganhar neném naquela época. Ela pegou criança que nasceu e se criou naquele beiradão. O filho dela nasceu e se criou ali também. (Conselheiro Raimundo)

Então podemos dizer que o João Batista é um ribeirinho? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Ele é um ribeirinho como todos nós! (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Aqui... ali... nessa região... Veio do Iriri, desceu pra Ilha da Fazenda, criou os filhos no Palhal, adoeceu... O Conselheiro Nelson explica que a sua família de indígenas veio do alto e ocupou a ilha do Bacabal, que tempos depois passou para os Cavalcantes. E conta: nós saímos, fomos para a aldeia...

A mobilidade é a marca da história que define o ribeirinho e que não se depreende fora de sua dinâmica.

Ah, se for contar minha vida toda vai ficar o dia todo aqui.. basta começar por aqui mesmo... Quando eu desci de lá do Alto, eu passei 25 anos cortando seringa, caucho e maçaranduba. Aí eu vim me embora naquela época, ah e castanha e caçando gato também. Aí eu baixei em 78 pra cá e peguei esse lugar lá embaixo... Eu trabalhei lá e lá eu construí uma família. De lá do Alto eu trouxe dois filhos, esse aqui e uma menina. Aí depois eu tive mais doze, que eu criei tudo lá naquela terra, tudo no Palhal... (ribeirinho João Augusto da Costa, Seu “Turú”)

O Conselheiro Aranô explica que essa mobilidade que marca a vida ribeirinha é o que ele entende por liberdade.

Nós ribeirinhos que vivia no rio nós tinha nossa liberdade. Nós podia descer pra ilha da fazenda, voltar pro Paratizão. Ir lá pro arroz cru. Nós tinha nossa liberdade. Eu tenho meus parentes lá.

Mas essa liberdade entra numa narrativa que mostra que é realmente difícil ser ribeirinho. E que tudo depende de uma adaptação. De um modo de vida que permitiu a cada um a sobrevivência no beiradão. Por isso aprendemos que o ribeirinho não se identifica como um pescador apenas.

Eu desconcordo que só porque pescava a pessoa seja ribeirinha. (Conselheiro Raimundo)

Todo ribeirinho é pescador? Não. Todo pescador é ribeirinho? Também não. (Conselheiro Aranô)

Essa é a pergunta: o que é ser ribeirinho? O fazendeiro que tinha uma área na beira do rio, ele vai ser considerado ribeirinho? Só porque ele pescava? (Sra. Rita Cavalcante)

Ribeirinho se define na *mistura*. Ele é um pouco de tudo, dizem. Na verdade, ele tem que ser um pouco de tudo... E com isso contam o saber fazer ribeirinho. Seus conhecimentos ditos tradicionais, que ao mesmo tempo que os definem, são a garantia de sua sobrevivência no beiradão, num modo de vida sustentável.

O ribeirinho sobrevive daquilo que a natureza nos dá. Da caça, da pesca, do rio. O rio, ele é a vida do ribeirinho... O ribeirinho volta para a área porque ele véve do pedaço de terra. É de lá que ele tira tudo. (Conselheiro Gilmar)

Eu vinha para Altamira vender meu peixe e minha galinha e voltava para lá. No mesmo dia se possível... A minha vida era construída lá. Eu vivia de pesca. Na verdade o ribeirinho é uma mistura de tudo..., ele é um pouco agricultor, ele é um pouco criador e ele é pescador. É essa mistura o ribeirinho. Se eu só criar não vou ser ribeirinho, mas criador, se eu só trabalhar na roça vou ser agricultor... Ele é um pouco de tudo isso. Ele tem que ter tudo isso para ele ser um ribeirinho. Porque se ele não tiver um pouco de cada coisa ele não consegue viver nem na terra nem na ilha. Ele tem que ter sua galinha, seu pato, seu porco. Ele planta sua macaxeira. Deu ruim na pesca, ele vende seu pato. Ele tá criando seu sustento. Eu vou levar a macaxeira, o feijão. Ele tem que ser essa mistura, porque se não ele não consegue e não é um ribeirinho... O ribeirinho é na mistura. (Sra. Rita Cavalcante)

E foi nessa mistura de saberes e fazeres que eles se identificam e se reconheceram. O Sabá, diz Sr. Manoel, *foi pra lá em 1989. Ele vivia da agricultura, da lavoura*. O Manezinho, diz Dona Francélia, *ele é ribeirinho sim... Ele cortou seringa, colheu castanha, pescou, ficou velho nesse beiradão*. E assim reconheceram o ribeirinho Alexandre Balão, que como o pai *vivia de agricultura, cortou seringa, pegou castanha, morou a vida toda no beiradão...*

Em determinado momento, nomes dos chamados veteranos do rio Xingu surgem nas reuniões. E os ribeirinhos, na complexidade da sua narrativa, mas com a naturalidade da palavra de quem é conhecedor, passam a diferenciar as histórias antigas das histórias novas, para auferir o momento e o responsável por sua ruptura. E, sem saber, definem um nexo de causalidade que não guarda relação apenas com a demolição de uma casa ou a evacuação de uma ilha. Mas com a ruptura de uma história que essa demolição ou evacuação podem ter sido causadoras. Mas que é muito mais visível na barreira que se criou para a continuidade do

modo de vida ribeirinho no reservatório, cujo ingresso hoje tem as catracas controladas pela concessionária.

O Conselheiro Aranô conta seu caso com ar de professor. Explica que a região do Paratizão era habitada por sua família. E que *o fazendeiro* comprou as áreas, mas deixou que ele continuasse ali na beira. Ele *me quis como caseiro porque eu conhecia a região*, diz. Conta que *plantava uma macaxeira na época do defeso*. E que *não importava pro ribeirinho ter um mundo de terra. O ribeirinho é a aquele que não se afasta do rio*.

Mas esse ribeirinho *veterano* teve que sair porque sua área de pescaria e de plantio foi desapropriada da fazenda e hoje é APP do reservatório. Ele não foi propriamente 'removido' pela Norte Energia. Porém, conhecido e reconhecido por todos, o Sr. Aranô mostra que a sua história ribeirinha foi - sim - rompida por Belo Monte. Hoje, distante do rio ele teme ver o território que reconhece como seu entregue a outro ribeirinho. Ou pior, a um não ribeirinho...

Eu tenho 57 anos de idade, nasci e me criei ali no Paratizão. Minha família toda mora ali e agora temos 9 ou 10 da família, aonde só tem 4 colocados e, próximo de onde a gente morava, está cheio de gente que a Norte Energia colocou. Outras pessoas diferentes. Tem pessoas que até a gente conhece. Mas que não eram de lá. E outros que nós nunca tínhamos visto e que ainda nem vimos a cara.

O Sr. Aranô lamenta imaginar a área de sua família ser entregue a outra pessoa e explica que durante todos esses anos eles preservaram. Ele declara seu amor pela natureza. E sem romantismo explica porque preserva: *é a nossa sobrevivência!* O ribeirinho reclama de ver as caixas de peixe saindo do rio na época do defeso.

O rio é a nossa vida. Ribeirinho é aquele que ama e preserva. É a preservação. É a área que nós morava que tá lá. Castanheira, açaizal. O ribeirinho tem amor... quando o ribeirinho vê uma situação de um peixinho médio daquele. Isso corta a gente. Daí a pessoa que não é ribeirinha diz que é o peixe que tá dando. Nós ribeirinhos nós não faz isso, porque nós preserva. E nós preserva porque é nosso futuro. Acabar a mata com pasto. Não faz isso. É preservação. É esse o ribeirinho que eu considero, que tem respeito pela natureza.

Se a identidade aqui se depreende de uma história, uma história dinâmica, claro está que ela não pode ser reduzida a um rótulo ou um nome. Embora estejam identificados seus membros, o que ora se apresenta é a coletividade de um povo tradicional. Ser reconhecido ribeirinho implica um sentimento de pertença a um grupo e a um território. Traz no seu âmago um *saber fazer* que, este sim, deveria ser o ingresso de entrada na 'lista oficial' desse processo. Não apenas por ser marca do critério de autoidentificação, mas porque é o conhecimento tradicional que permitirá ao morador dessas APPs sustentar um modo de vida ribeirinho.

Esse processo de reconhecimento social, portanto, deixou evidente que apenas o ribeirinho pode permanecer nas áreas de preservação do reservatório. Ensinou que o seu respeito pela natureza é, antes, uma necessidade de quem tira tudo da terra e do rio e faz parte de um modo de vida daquele que, *nascido e criado no beiradão*, detém o conhecimento para sobreviver de um modo sustentável.

Da resistência silenciosa constatada em 2015 pela equipe de inspeção ao esforço quase sobre-humano de cada conselheiro de se fazer presente nesses dois meses de reunião, assistimos verdadeiramente a luta de um grupo por reexistir e nos deparamos com a narrativa de um mundo que não se pode deixar perder. Os ribeirinhos emergem nessa narrativa, empoderados ao menos de esperança, e se assumem como agentes da preservação do reservatório. Como uma ponte de coexistência de Belo Monte com um mundo que vem sendo destruído no Xingu.

Thais Santi Cardoso da Silva
Procuradora da República

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. CRONOGRAMA E METODOLOGIA DAS REUNIÕES DE RECONHECIMENTO SOCIAL | 14 |
| 2. CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL | 17 |
| 3. RELATOS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL PELO CONSELHO RIBEIRINHO | |
| 3.1 Reunião Preparatória para o reconhecimento social - 13 de janeiro de 2017..... | 19 |
| 3.2 Primeira reunião setorial de reconhecimento social: Palhal, Cotovelo e Paratizinho - 20 de janeiro de 2017 | 35 |
| 3.3 Segunda reunião setorial de reconhecimento social: Paratizão e Arroz Cru - 23 de janeiro de 2017 | 61 |
| 3.4 Terceira reunião setorial de reconhecimento social: Costa Junior, Meranda, Babaquara e Bom Jardim – 24 de janeiro de 2017..... | 71 |
| 3.5 Quarta reunião setorial de reconhecimento social: Pedão, Meranda, Bacabal, Barriguda, Acioly, Arapujá - 30 de janeiro de 2017..... | 82 |
| 3.6 Quinta reunião setorial de reconhecimento social: Bom Jardim, Poção, Bacabal, Furo do Trindade - 02 de fevereiro de 2017..... | 87 |
| 3.7 Reuniões de validação da lista de ribeirinhos identificados no processo de reconhecimento social..... | 89 |
| 3.7.1 Reunião de validação: UFPA - 04 de fevereiro de 2017 | |
| 3.7.2 Reunião de validação e encaminhamentos: Mov. Xingu Vivo para Sempre, | |
| 3.7.3 Reunião de validação: IBAMA - 24 de fevereiro de 2017 | |
| 3.7.4 Reunião de validação: MPF - 06 de março de 2017 | |
| 4. RELAÇÃO DE RIBEIRINHOS MORADORES RECONHECIDOS PELO CONSELHO RIBEIRINHO..... | 91 |
| 5. CONSIDERAÇÕES e CONSTATAÇÕES DO GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO | 99 |

CONSELHO RIBEIRINHO: RECONHECIMENTO, IDENTIDADE E CIDADANIA NO XINGU: Professora Francilene de Aguiar Parente – Universidade Federal do Pará
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REUNIÕES DE RECONHECIMENTO SOCIAL DO CONSELHO RIBEIRINHO: Ana de Francesco – pesquisadora, doutoranda em Antropologia Social – Unicamp
IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CONSELHO RIBEIRINHO: Christian Dunker e Ilana Katz (psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia/USP e psicanalista, pós-doutoranda no Instituto de Psicologia/USP)

ANEXO – Ato de criação do Conselho Ribeirinho

1. CRONOGRAMA E METODOLOGIA DAS REUNIÕES DE RECONHECIMENTO SOCIAL

Entre os dias 13 de janeiro e 6 de março de 2017 o Conselho Ribeirinho organizou uma sequência de reuniões com o objetivo de sistematizar o reconhecimento social das famílias ribeirinhas que viviam nas margens do rio Xingu antes da remoção pela Norte Energia.

Ficou definido que os ribeirinhos fariam a identificação por setores em reuniões que contariam com a presença de moradores antigos e dos conselheiros que representam cada localidade da área que hoje é o reservatório da UHE Belo Monte. Porém, antes, fazia-se necessária uma discussão ampliada para estabelecer critérios compartilhados por todos, que deveriam ser utilizados posteriormente como parâmetro.

Foi orientação da SBPC – nos Estudos sobre o Deslocamento Compulsório de ribeirinhos do Rio Xingu provocado pela UHE Belo Monte – que este Conselho, como um *Conselho de Pares*, promovesse o reconhecimento dos ribeirinhos, utilizando-se de critérios de identificação definidos pelo próprio Conselho. Deste modo os ribeirinhos deveriam identificar as pessoas com que viviam, seus parentes e vizinhos, mas teriam como referência não apenas o seu viver específico, mas uma identidade que os aproxima e que permite uma avaliação mais aprimorada das inúmeras relações que o ribeirinho guarda com o seu território.

A complexidade do modo de vida ribeirinho e a situação gerada pela forma de remoção e devolução de áreas praticada pela Norte Energia exigiu que se fizesse um recorte para se tratar neste primeiro momento apenas dos ribeirinhos moradores, deixando para outro debate a situação daqueles que a Norte Energia indicou tratamento de ponto de apoio de pesca, e outros que guardam relações peculiares com o rio.

A primeira reunião, realizada em 13 de janeiro, teve por objetivo estabelecer os parâmetros para identificação do ribeirinho.

Importante frisar que no processo de desterritorialização ocorrido com a instalação da UHE Belo Monte, os ribeirinhos do Xingu tiveram de aprender a falar de si e, para isso, a pensar sobre si, e a dizer quem são, pois precisaram apresentar a sua tradição para garantir os direitos que lhes foram negados e que até então não se fazia necessário na vida guiada pelo rio e para a sobrevivência que nele era buscada.

Seguindo a tradição oral de seu grupo, a contação de histórias é a técnica utilizada pelos povos indígenas e comunidades tradicionais para o registro e a socialização das histórias junto a seu povo ou comunidade de pertença. Mas na medida em que estes sujeitos de direito têm suas vidas e formas de reprodução material e simbólica ameaçadas por agentes e agências externas, numa sociedade marcadamente grafocêntrica, cada vez mais tem buscado o registro escrito das narrativas orais, para se contrapor à história existente sobre seus povos/comunidades e, com isso, buscar os direitos que lhes foram recusados na história construída sobre eles.

Com isso, provocam um importante movimento de revisão da história oficial e legitimam as narrativas orais como documento a serem ouvidos e consultados acerca de “outras histórias sobre a história”, ou outras histórias sobre comunidades que até o presente nem eram reconhecidas como tendo história, confrontando as elaborações erigidas no singular e as estruturas formuladas em povos/comunidades “com” e “sem” história (Calávia Sáez, 2005: 39-40; Cavalcante, 2011; Eremites de Oliveira, 2012; Leite & Eremites de Oliveira 2012). Construir a história para povos/comunidades tidos “sem história”, reconstituindo o passado a partir da memória dos que vive(ra)m há gerações naquele lugar e detém a sua “guarda” e “gestão”, (Pollak, 1989:13) e falar é estratégico para existir e resistir, garantir futuro e direitos. (Parente, 2016)

A etnohistória, ora pensada como método interdisciplinar de pesquisa, ora como disciplina “[...] que se dedica a estudar a história dos povos indígenas ou “nativos”, como os chama Trigger” (*apud* Cavalcante, 2011: 355), ora como história indígena, como foi mais utilizada no Brasil recentemente (Cavalcante, 2011; Eremites de Oliveira, 2012), está notadamente ligada aos estudos realizados com povos indígenas, a partir de outras fontes eleitas para a construção da “história dos povos sem história”. Os anos 90, do século passado, foram propulsores de publicações nessa linha de raciocínio, tais como: “História dos Índios no Brasil” de Manuela Carneiro da Cunha (1992), “Negros da Terra” de John Manuel Monteiro (1994) e “Ensaio em Antropologia Histórica” de João Pacheco de Oliveira (1999).

Ao longo dos anos, a teoria tem sido cada vez mais ampliada para a compreensão da história de povos e comunidades em situação de disputa e negociação com a sociedade envolvente, o que significa, acima de tudo, subverter a lógica e o tempo com que a historicidade ocidental operou a organização das sociedades no mundo para a compreensão da história de forma mais holística, em evidente relação com as sociedades complexas. (Cavalcante, 2011)

Essa foi a estratégia eleita pelo Conselho Ribeirinho para falar de sua vida na beira do rio, suas vivências, as relações familiares e de vizinhança, que constituíram ao longo do tempo no beiradão, assim como o desenvolvimento da pluriatividade para a sobrevivência no lugar. Para contar histórias, é preciso ter história, isto é, viver no beiradão, conhecer os lugares para estabelecer moradia, saber fazer a moradia, a roça e as ferramentas para operá-la, bem como os lugares de pesca e de extrativismo, quando se fizer necessário. Tem de saber andar de canoa, elemento básico para viver na beira do rio. Mas, acima de tudo, tem de respeitar a natureza, que é princípio moral e prático para o ribeirinho. A natureza tem de ser utilizada na medida da conservação para esta e as futuras gerações.

Com naturalidade os conselheiros relataram como viviam e o que entendem como seu modo de vida. As informações foram sendo sistematizadas em cartolinas, com auxílio do Grupo de Apoio Interinstitucional, para ao final serem condensadas em critérios de reconhecimento, que foram levados às reuniões setoriais.

Esses critérios não foram definidos para serem aplicados, como fez a Norte Energia com a sua conceituação. Mas deveriam ser utilizados como referência para que os

ribeirinhos identificassem as pessoas com quem viviam e os moradores do rio que viviam de tal modo. E isso apenas poderia ser levado a cabo através do conhecimento dessa história que cada ribeirinho guarda na memória. Conhecimento este que não está narrado no Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte, mas que é imprescindível para que se garanta a reprodução da vida ribeirinha no reservatório.

Por evidente que não se buscou uma lista definitiva, pela evidência da falibilidade de um processo que depende da memória e que poderia deixar ao esquecimento um morador tradicional do rio. Mas o que se buscou foi um mapeamento das famílias tradicionais moradoras do beirão, com indicação prioritária daqueles que ainda se encontram com a vida em suspenso. Mapeamento que deveria ser confirmado pelas inúmeras vozes do Conselho e de moradores tradicionais nas reuniões sobre cada localidade.

Após a definição dos critérios para identificação do ribeirinho, seguiram-se cinco reuniões, divididas segundo o seguinte cronograma.

| DATA | SETORES | LOCAL |
|-------------|---------------------------------|--------------|
| 20.01.17 | Palhal , Cotovelo e Paratizinho | UFPA |
| 23.01.17 | Trindade, Paratizão e Arroz cru | UFPA |
| 24.01.17 | Costa Junior, Bacabal e Meranda | UFPA |
| 30.01.17 | Pedão e arapujá | UFPA |
| 02.02.17 | Bom Jardim e Poção | UFPA |

Realizadas as reuniões setoriais, as informações foram sistematizadas em cartolinas e condensadas, para ao final serem devolvidas aos ribeirinhos para confirmação das informações em discussão ampliada.

As reuniões de reconhecimento aqui narradas foram acompanhadas pelas instituições DPU, MPF, IBAMA, UFPA, ISA e pelo Mov. Xingu Vivo para Sempre. Mas outras ocorreram nas localidades, no processo próprio de organização do grupo.

Após, entre os dias 04 de fevereiro e 06 de março realizaram-se reuniões de validação dos nomes, de modo a garantir que os nomes a serem encaminhados ao IBAMA fossem fruto de um consenso entre os conselheiros.

2. CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL

Na reunião preparatória, realizada em 13 de janeiro, a narrativa dos conselheiros foi condensada na seguinte definição.

***O RIBEIRINHO:** a sua moradia pode ser aberta, porque é ventilado e seguro o beiradão. Ela pode ser coberta de lona, de cavaco, de palha ou de telha. Ao fazer sua casa, o ribeirinho sempre sabe de que lado a sombra vem. De que lado a chuva vem. Então tem um jeito de colocar a casa no lugar. O ribeirinho mora na beira do rio. Tanto na terra como na ilha. Ele planta, ele pesca. Ele vive da terra dele. A casa do ribeirinho não precisa ser na área rural, porque muitas vezes o ribeirinho está na cidade, como é o caso de doença. Então o ribeirinho vive entre o rio e a cidade. O ribeirinho tem um modo próprio de falar, tem um sotaque. Umass palavras que são do beiradão. O ribeirinho tem canoa e sabe remar. Ele sabe tratar e tancar um peixe. Ele amola faca na pedra. Ele sabe tirar uma macaxeira. Ele tem um jeito de cozinhar, que é na pedra, no chão, no fogão a lenha. O banheiro do ribeirinho é no mato. O ribeirinho tem uma história, ele tem um tempo de moradia no local, ele tem vizinhança, ele tem comunidade. Porque ribeirinho é família. O ribeirinho não vive sozinho. O ribeirinho não é só pescador. Ele é uma mistura. De pescador com agricultor, criador, caçador e extrativista. Ele vive na comunidade. E é na comunidade que ele divide a comida. E a comida ela não é comprada. É o peixe, é a caça, é a farinha, é a fruta do mato. O ribeirinho tem uma casa na rua, que é um ponto de apoio para acessar saúde, educação, vender o peixe, a farinha, comprar gasolina. O ribeirinho tem um conhecimento. Coisas que ele sabe fazer. A canoa, o remo, a vassoura, o abano de fazer o fogo, a peneira para tirar o açaí, a bacaba, a tapioca. Sabe fazer farinha, sabe fazer um balaio, uma esteira, tiquiti, sabe remar e andar de canoa, sabe fazer malhadeira, emendar malhadeira e tarrafã. Sabe fazer a flecha, sabe fazer a moradia dele, que é bater e tecer a palha para fazer o japá. Sabe fazer um fogão a lenha, sabe tecer o japá para fazer o capote. Sabe fazer a casa de taboa, de taipa. Saber criar. Cria galinha, cria pato, cria porco, cria gato e cria cachorro. O ribeirinho pode criar gado, mas ele nunca sobrevive do gado, e o gado é sempre um pouco para alimentação, coalhada para alimentar a galinha ou uma poupança em caso de precisão. Sabe fazer o próprio remédio. O ribeirinho é diferente do pescador. Porque o pescador só pesca. E o ribeirinho é um pouco de cada coisa. Sabe um pouco de cada coisa para sobreviver do rio e da terra. Se ele fugir disso ele não é ribeirinho. E não consegue viver ali. O ribeirinho pode estar caseiro, pode fazer uma diária pra alguém, pode ter outra fonte de renda, mas ele tem uma vida e uma história no beiradão. O ribeirinho não tem empregado, mas pode trocar uma diária e trabalhar em mutirão. O ribeirinho ele preserva o lugar dele. A mata. Preserva porque ele sobrevive dali. O modo de vida ribeirinho é sobreviver do seu lugar. Tudo o que ele tem ele tira de lá. Ele planta e tira o seu alimento dali, e também o seu remédio. O que sobra ele vende na cidade. Ribeirinho tem história. Tem uma vida no rio. Um tempo prolongado no local. O que define o ribeirinho é a sua história, e não a casa ou o fato de estar na ilha num certo dia. A vida do ribeirinho é o rio.*

Deste modo, da sistematização das narrativas dos conselheiros e ribeirinhos foram selecionados alguns tópicos que geraram uma lista descritiva de critérios, que ficou assim organizada.

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO

HISTÓRIA RIBEIRINHA

Ribeirinhos tem história - tem tempo de morada na região, tem família, vizinhança, comunidade

Ribeirinho é família

Ribeirinho vive na comunidade - divide o trabalho (mutirão) e a comida (vizinhar)

MORADIA RIBEIRINHA

Ribeirinho mora na beira do rio - na ilha ou no beiradão

Ribeirinho tem dupla moradia - vive entre a rua e a cidade, a casa na cidade é um ponto de apoio para acesso à saúde, educação e serviços

Ribeirinho tem casa simples - pode ser aberta para garantir ventilação, pode ser coberta de palha, lona, telha ou cavaco, as paredes podem ser de taipa ou de madeira, pode não ser fechada. Seu fogão é de lenha

MODO DE FALAR RIBEIRINHO

Ribeirinho tem vocabulário e sotaque próprio

SABERES RIBEIRINHOS

Ribeirinho tem um saber-fazer - sabe subir em canoa e remar. Sabe tratar e ticar peixe. Sabe tirar macaxeira e fazer farinha. Sabe fazer canoa, remo, vassoura, abano, diversos tipos de peneiras, balaio, esteira (tupé), tipiti, arco e flecha, fazer e remendar malhadeira e tarrafa, casa, telhado de palha e parede de taipa, fogão de barro, farinha, remédio do mato

ECONOMIA RIBEIRINHA

Ribeirinho é mistura - é pescador, agricultor, caçador, criador, extrativista. E precisa ser tudo isso para sobreviver no beiradão. Vive da terra, da sua localidade, planta e pesca. Produz para alimentar sua família - peixe, caça, farinha, fruta. Tem criação: galinha, pato, cachorro, gato, porco. Pode ter gado, mas não sobrevive do gado, tem poucas cabeças, para poupança e alimentação da família. Planta todo tipo de coisa pois é da terra que tira sua alimentação. A sua produção é para alimentar a família. Vende o que sobra. Não é só pescador, mas tem várias atividades, é um pouco de cada coisa, pois sobrevive do rio e da terra

Ribeirinho trabalha em mutirão - Pode pagar ou trocar diárias, mas não tem empregados.

Ribeirinho pode ser caseiro - e continuar ribeirinho, mantendo uma vida e uma história no beiradão. Pode ter um trabalho, como caseiro, vaqueiro ou diárias

RELAÇÃO DO RIBEIRINHO COM A NATUREZA

O ribeirinho preserva a natureza - porque é diretamente dela que ele sobrevive. Da mata e do rio

3. RELATOS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO SOCIAL PELO CONSELHO RIBEIRINHO

3.1 Reunião Preparatória para o reconhecimento social - 13 de janeiro de 2017

No dia 13 de janeiro de 2017, na sede do Movimento Xingu Vivo para Sempre, em Altamira, foi realizada a primeira reunião do Conselho Ribeirinho do ano de 2017. O objetivo da reunião foi 1. trazer o relato das vistorias realizadas em campo pelo Conselho durante os dias 11 e 12 de janeiro; 2. avaliar o papel do Conselho nesse momento e as prioridades a serem buscadas e; 3. definir os critérios para identificação de um ribeirinho e a metodologia de como será realizado o reconhecimento dos ribeirinhos.

A reunião foi acompanhada pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União; pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, pela pesquisadora Ana de Francesco, da UNICAMP e por ribeirinhos.

Após a realização de um ato de prece em agradecimento ao ano que se iniciava, os ribeirinhos passaram a relatar as vistorias realizadas no reservatório por membros do Conselho. O **Conselheiro Aranô** iniciou descrevendo o que encontrou na área do Paratizão, tradicionalmente ocupada por sua família.

O que vimos ali é o que sempre se reclama. Realmente pessoas diferentes, que não são da área. Morando no que era dos outros. A área do menino aí, do Cléo, cheia de gente. Essa área já está cheia de outras pessoas. A área do Paratizão... De pessoas diferentes da nossa convivência. Nós moremos toda nossa vida nesse rio e nunca teve problema com ninguém. Fulano chegava botar sua isca lá e a gente sabia que era do vizinho. E parente, pegando sua isca, mariscando. Agora, os novatos que estão indo para lá estão empatando os próprios ribeirinhos que nasceram e se criaram naquela terra. Mesmo aqueles que já voltaram. Duas crianças foram tirar açai na área que era do pai delas e foram postas para correr. Nós queria e quer cada qual na sua região. Eu tenho 57 anos de idade, nasci e me criei ali no Paratizão. Minha família toda mora ali e agora temos 9 ou 10 da família, aonde só tem 4 colocados e, próximo de onde a gente morava, está cheio de gente que a Norte Energia colocou. Outras pessoas diferentes. Tem pessoas que até a gente conhece. Mas que não eram de lá. E outros que nós nunca tínhamos visto e que ainda nem vimos a cara. É isso que vimos. Tem muita reclamação de pessoas assim. Além disso, muitos dos que estão colocados aí, nem pescar ele pescava mais. Outros não vão nem trabalhar na área. Tem sujeito que está trazendo duas três caixas de peixe por semana, de onde o pescador está respeitando o seguro defeso. Isso prejudica a gente por que se o parente é pescador e voltou para a terra vai continuar a pescar. Mas muita gente não pescava, não vivia do rio e agora está voltando. Outros já venderam a terra. Outros estão chegando com madeira Quem está sendo prejudicado somos nós. Os ribeirinhos que viviam do rio. O

Conselho verificou isso e será preciso que providências sejam tomadas. Vimos que a Norte Energia não parou nada. Que tudo continua como se o IBAMA não tivesse mandado parar.

O **Conselheiro Gilmar** complementou relatando situação da região do Costa Júnior, afirmou a importância de o Conselho avaliar as questões sem privilegiar os amigos. E descreveu o caso de não ribeirinho que retornou ao reservatório, indicando a dificuldade de a Norte Energia identificar um ribeirinho.

Eu tenho 33 anos e nasci e me criei dentro daquela região. Eu não preciso de lanterna. Eu não preciso de luz a noite para te levar lá. Conheço aquilo na minha cabeça. Meu cunhado não quis receber a madeira porque a área é muito ruim, e o telefone não para de tocar pois a Norte Energia quer entregar a madeira a qualquer custo. Tem a ilha do meu irmão que consta na Norte Energia como sem impacto. E a minha como se fosse um prédio de três andar, alaga. Como pode isso... sei de uma pessoa que só fez a casa. Acredito que o que é certo tem que ser dito aqui. Ela mora em Santarém, foi indenizado e foi embora. E voltou para receber uma área. Ainda não voltou porque não concordou com essas medidas. Ele foi embora para Santarém. É aposentado. Fez a casa construiu e foi embora. Nesse relato da Norte Energia ele se encaixa como ribeirinho. Faz um laudo bacana e se encaixa. O relato verdadeiro do ribeirinho é diferente. Mora em Santarém, não é pescador e está encaixado no relato da Norte Energia como ribeirinho. Ele nem sequer mora na região. Mas pelo relato que ele fez, ele é ribeirinho. A DPU deveria ir com os ribeirinhos para o rio. No rio é simples de detectar esse problema. Existem pessoas que receberam duas indenizações e estão recebendo duas áreas.



A **Conselheira Francineide** relatou a necessidade de correção de reassentamentos de famílias ribeirinhas em áreas inadequadas:

Depois da vistoria que fizemos, pensamos muito e entendemos que o nosso primeiro passo é exigir que as pessoas que já foram reassentadas tivessem um acompanhamento digno e que aquelas pessoas que não são daquela área, tivessem um lugar certo. E que as famílias que realmente nasceram, são tradicionais daquele lugar, a gente quer que as famílias retornem àquele lugar. O que está acontecendo é que estão reassentando famílias que não são do lugar. Nós fomos às áreas e vimos coisas terríveis. Vimos mães de famílias que nasceram e se criaram ali, chorar dentro de uma roça de uma área que voltou, com cinco crianças fora do colégio. Pessoas que estão doentes tanto mental, quanto física. Então nosso primeiro trabalho do ano é assentar as pessoas certas. Nós exigimos que essas pessoas voltem para os seus lugares. Foi isso que prometemos para essa mãe de família. Porque eu peço a Deus que nos ilumine. O primeiro passo, você morou aonde? Tem que voltar para esse lugar. Retornar as pessoas aos seus lugares é urgente. Tivemos relatos de crianças de famílias que não podem pescar no lugar em que se criou, porque o vizinho começa a atirar. Isso é terrível. São crianças nascidas beradeiros. Isso é coisa de urgência. Essa família que está lá, ela é ribeirinha, mas ela não pode ficar lá. Ela tem que ter um lugar aonde ela conhece os pontos de pesca. Porque nós pescador, nós conhecemos nossas áreas como a palma de nossa mão. Não adianta você tirar daqui e por lá porque você está matando essa família. Essa tem que ser nossa primeira atuação. Temos que trabalhar em cima disso. Isso é caso de urgência. E todas as pessoas que foram reconhecidas. Nós vimos casas, desse jeito assim, um morro, com pedra. Ainda mais sendo um casal de idosos. A Norte Energia trabalha de um jeito que nós não entendemos.

A **pesquisadora Ana de Francesco** destacou que esses relatos são importantes e revelam bem qual é o papel do Conselho: fazer o que a Norte Energia não conseguiria fazer. Porque quem chega com a história mais redondinha na empresa é reconhecido. E é isso que o Conselho precisa ajustar.

A representante do **Ministério Público Federal** explicou que o Conselho tem uma série de papéis, mas que o primeiro vai ser apresentar essa história, que pode ser feita mediante um relato. E destacou que esse papel do Conselho é algo que ninguém poderá fazer no lugar dos ribeirinhos, que é relatar o que é ser ribeirinho. Essa foi a recomendação da SBPC nos estudos apresentados. Só um ribeirinho pode definir critérios para identificar um ribeirinho. E salientou que não é papel do Conselho retirar do rio aqueles que não são ribeirinhos. E que para isso deve ser criado um fluxo para que as instituições corrijam o que está errado e definam um mecanismo de controle para que as coisas não piorem. E que é também papel do Conselho ouvir os ribeirinhos, saber deles como estão.

O representante da **Defensoria Pública da União** explicou que existem alguns pontos da vida ribeirinha que geram dificuldade, sendo um deles o reconhecimento da moradia. Ao que parece, a Norte Energia retirava esse critério das condições da moradia. E com isso criou um critério de exclusão. O tipo da edificação teria sido um critério de inclusão e de exclusão. Se só tinha um barracão de palha, era ponto de apoio para a Norte Energia.

Destacou ainda o problema da dupla moradia, mesmo que já reconhecida nesse processo, no cadastro socioeconômico pode constar um endereço urbano que conduza à negação da moradia ribeirinha. O cadastro pode levar à conclusão de que se tratava de uma ilha de lazer. Destacou que é muito importante entender como funcionava essa relação do ribeirinho com a moradia no urbano.

A **Conselheira Francineide** prosseguiu na reflexão sobre o papel do Conselho nesse momento.

Cada pessoa tem que ser reassentada em seus lugares. Mas não é nossa função. Nós temos que exigir que essas pessoas retornem aos seus próprios lugares. Lá ele sabe viver. O primeiro trabalho do Conselho esse ano é reassentamento digno para as famílias que já foram. As famílias que estão em lugar errado, elas têm direito sim. E se moravam 10 famílias uma do lado da outra, o Conselho exige que retornem essas famílias para um lugar que fiquem próximas. A gente vai aceitar um lugar que a gente possa saber quem é nosso vizinho. Foi isso que discutimos ontem, que encaminhamos após as vitórias que fizemos. Além disso, muitas pessoas, ribeirinhos legítimos, como Sr. Aranô, nem sequer na lista estão. Eles têm que ser reconhecidos.

A **Sra. Rita Cavalcante** complementou, explicando a situação de família que voltou ao lugar de origem mas não consegue sobreviver como antes:

Existem ainda casos como o nosso. Fomos reassentados na nossa área, mas a ilha ficou pequena para produzir. Não dá assim...

A representante do **Ministério Público Federal** reafirmou que o primeiro passo é o reconhecimento. E lembrou que quando o governo federal veio a Altamira apresentar o mapa de áreas, em 2015, era enorme a área ofertada. Com isso se acreditou que os ‘diálogos ribeirinhos’ seriam possíveis. E destacou que houve nesse processo não foi um reassentamento, mas a colocação de famílias em áreas dispersas de APP, antes de definir o universo de atingidos. Que apenas os casos incontroversos poderiam ter sido assentados. Explicou que o cumprimento dessa condicionante não ocorrerá com a simples devolução de famílias em áreas de APP, sem que se garanta o modo de vida ribeirinho. Salientou que o Conselho vai ajudar o IBAMA e a Norte Energia. E que a posição do Ministério Público Federal é de que este Conselho é soberano para dizer quem é ribeirinho.

Sobre a metodologia do processo de atuação do Conselho, a ribeirinha **Sra. Rita Cavalcante** comunicou que:

É importante se reunir por localidade, e vamos passar para os nossos representantes as nossas dificuldades e formar um documento com os pedidos, porque nós não estamos bem lá. E aí mandamos para o IBAMA.

A pesquisadora **Ana de Francesco** explicou que antes de iniciar o reconhecimento, com reuniões por localidade, seria importante construir uma coisa comum. Algo que possa ser aplicado a todos os casos e que oriente os conselheiros. Uma definição de ribeirinho que seja de todo o Conselho. Lembrou que a Norte Energia definiu os seus

critérios: TAUS, carteira de pesca, cadastro socioeconômico como pescador... E que vistoria de campo já ficou muito claro que nem todo ribeirinho tem carteira de pesca, e que muita gente tem carteira de pesca e nem é pescador.

Essa é a pergunta: o que é ser ribeirinho? O fazendeiro que tinha uma área na beira do rio, ele vai ser considerado ribeirinho? Só porque ele pescava? (Sra. Rita Cavalcante)

O pescador que tinha um ponto de apoio, ele era um pescador, mas não era um ribeirinho morador. O ribeirinho legítimo é aquele que vivia na margem do rio. O pescador que morava na margem do rio, esse seria o ribeirinho. Eu desconcordo que só porque pescava a pessoa seja ribeirinha. Quem eram os moradores nós sabe dizer um por um. Quem eram os moradores na nossa área a gente conhece. E hoje já tem muita gente fazendo casa dentro da minha área. Como é que eu vou identificar uma pessoa que não morava lá e a Norte Energia devolveu. Não cabe a mim dizer que esse sujeito era morador. (Conselheiro Raimundo)

Foi sugerido, então que a metodologia partisse de relatos. Que os conselheiros iriam contar e descrever como viviam e como entendem que vive um ribeirinho. Que os conselheiros iriam dizer o que é para cada um deles um ribeirinho. E que desses relatos informações comuns iriam sendo destacadas para que ao final seja possível definir alguns critérios partilhados por todos os conselheiros. De modo que não se buscava um simples conceito de ribeirinho, mas os critérios de identificação extraídos de seus relatos.

Após consenso quanto à importância de se colocar as tarefas do Conselho no tempo, e de que o primeiro passo seria pensar o conjunto, dando um passo de cada vez e, após a definição de que não cabe ao Conselho expulsar as pessoas de suas áreas, que não é objetivo mexer com aqueles ribeirinhos que estão reassentados e satisfeitos com seus locais; e de que não cabe ao Conselho ir ao rio criar conflito com as pessoas que estão bem e com aquelas que a Norte Energia reassentou por equívoco, devendo isso ser resolvido pelas instituições competentes; os conselheiros passaram a relatar o que é ser ribeirinho.

Restou então acertado que das falas dos conselheiros seriam destacados pontos em comum, que seriam anotados em cartolinas e que ao final deveriam ser condensados e, sendo reafirmados, deveriam ser utilizados nas reuniões setoriais de reconhecimento.

Feita a pergunta: o que é ser ribeirinho? seguiram os relatos, que iniciaram pelo **Conselheiro Gilmar:**

Ribeirinho é uma pessoa que mora as margens do rio e sobrevive nessa área. Lá ela sobrevive. Lá ela planta, lá ela colhe. Não quer dizer que ela necessite só ser moradora da área rural. Ela pode ser um morador da área urbana. Ela tem mulher, ela tem filho que pode morar na cidade. Ali no rio tem uma casinha, que não precisa ser de alvenaria. Pode ser de palhinha, de uma lona. Pode ser de cavaco, de madeira. Não precisa ter parede. Pode ser aberta. Porque lá na

beira do rio não tem ladrão não. Todo mundo respeita as suas coisas e as coisas do outro. O ribeirinho, a gente confia tanto nos amigos que a gente deixa a casa aberta. Ele chega lá e vai fazendo um café, porque ele vai lá e pega o café e o açúcar e faz e bota a latinha de novo. Pega os pau de lenha e faz o fogo. Esse ribeirinho ele ocupa essa casa. A Norte Energia pensa que precisa morar definitivamente na casa. O ribeirinho ele sabe quem é. Só no falar, no sotaque, ele sabe quem é ribeirinho, como pronuncia não adequadamente o seu vocabulário. Qual é o ribeirinho aqui que mora na beira do rio e que não sabe colocar uma canoa?

O que define a moradia do ribeirinho? (Defensoria Pública da União)

A casa do ribeirinho não precisa ter parede. Uma casa fechada no verão ela é muito quente. Então você faz só o teto assim. Lá não se preocupa em quem vai mexer nas suas coisas. Lá fica malhadeira, panela, motor, fogão. Fica lá com seu mosqueteiro, aquele vento batendo. Na cidade você fecha a casa, mas lá no mato não. Você bota uma lona. Mas o ribeirinho ele precisa ter o ponto dele. O ribeirinho ele faz a casa conforme o tempo. Todo ser humano tem que aprender uma coisa. O lado que a água cai... o lado que a chuva vem. É ali que ele vai fazer a casa, inclinando. É como plantar um pé de árvore, do lado que o sol nasce. O ribeirinho sabe onde a chuva vem e ele não se molha na sua rede. Porque a chuva não roda. Todo ribeirinho sabe de onde a chuva vem. Ele sabe que a água vai vir por ali. A gente não precisa de relógio nem de bússola. Ribeirinho se comunica pela lua, pelas estrelas do céu, pelo cruzeiro do sul. Só precisa de um pau para saber aonde o sol está. Sete horas da noite a lua saiu aqui. É quarenta e cinco minutos a diferença de uma lua para a outra. Se hoje ela nasceu nove horas, amanhã vai nascer nove e quarenta e cinco. Ribeirinho sabe disso. Na chave, quando dá três horas da madrugada o ribeirinho sabe pela lua que tá na hora de tirar o peixe. O ribeirinho para saber se é ribeirinho, ele precisa ter o pedacinho de terra dele. Pode ser ilha. Ele pesca de segunda a sexta e vende o peixe na rua. Não é obrigado a ficar o mês todo. Pode vir se tratar na cidade, mas ele deixou os pintinhos dele lá... 'vizinho, dá um milho pras minhas galinhas não morrer de fome!'. As vezes fica fora um mês dois meses, as vezes até ano. O ribeirinho sabe tratar um peixe. Ele não vai rapá o peixe. Ele amola na pedra e só vai tirando a escama. Ele sabe o que é uma macaxeira, e sabe tratar, que ela amarga. O modo de cozinhar, com a chicória. É na pedra. Você chega para o ribeirinho. Muitos não conseguem fazer um café na casa do ribeirinho. Ele não precisa de coador para fazer café. O ribeirinho sobrevive daquilo que a natureza nos dá. Da caça, da pesca, do rio. O rio, ele é a vida do ribeirinho. A diferença do ribeirinho do pescador é que ele tem um ponto de apoio. Mas isso que a Norte Energia considera ponto de apoio, para o ribeirinho é moradia fixa. Quase todo o ribeirinho é pescador, mas nem todo pescador é ribeirinho. A lona todo e qualquer pescador chega e coloca. Ele tem que ter aquela ilha que ele chega e diz: 'fulano, você me conhece lá na minha ilha há quinze vinte anos...'. Eu conheço ele... o pai dele

estava lá, morreu... e ele ficou lá, plantando, vivendo da terra. O ribeirinho ele volta pra área porque ele véve do pedaço de terra. É de lá que ele tira tudo. O ribeirinho está há muitos anos. O ribeirinho de três quatro anos, ele não é ribeirinho, porque ele só fez a casa para receber indenização. Esses que fizeram a casa para ganhar indenizamento, esses não são ribeirinhos. E muitos já voltaram. Ele não tem história. Se determina o ribeirinho pelo tempo de moradia do lugar. Pelo tempo que ele mora naquele lugar, ele não veio de dois três anos. Ele veio de geração. (Conselheiro Gilmar)

Ribeirinho vive sozinho? (Pesquisadora Ana de Francesco).

Não! Ribeirinho não vive sozinho! (Conselheiro Gilmar)

Ribeirinho não vive sozinho. Tem vizinhos que vive ali 20, 30 anos ao lado. (Sra. Rita Cavalcante - ribeirinha)

Comunidade é uma família, quando um vem para a cidade alguém fica olhando a ilha. (Conselheira Socorro)

Nós vivemos ali em 4 irmãos, quando um sai o outro fica. Tem vários pescadores ali, que quando a gente desce para a cidade pede para alguém tomar de conta. Nós ribeirinhos, nós somos família. Todos nós ribeirinhos somos famílias. Eu saio e meu vizinho vai lá final de semana ver como estão as coisas. Isso é uma comunidade e a gente véve na comunidade. É difícil conhecer pelo nome verdadeiro. Ribeirinho tem apelido. (Conselheiro Gilmar)

Prosseguiram os relatos, com a fala da indígena ribeirinha **Conselheira Socorro**

Arara:

Ribeirinho para mim é tudo isso que o Gilmar colocou, mas eu quero citar outras coisas também. O ribeirinho é pescador, é agricultor, é tirador de castanha, tirador de gato, seringueiro. Porque meu pai era seringueiro. É buscar a própria comida e pegar o peixe. Nosso fogão é no chão na lenha. Nossa casa é de palha. É difícil uma casa de brasilít. Quando vê uma casa melhor não é ribeirinho, é de gente que vai lá passar o final de semana. Ser ribeirinho é se alimentar da mata. Castanha, açaí e das frutas do mato. É viver na comunidade com família. Vai caçar, mata uma paca. Todo mundo come. Isso para nós é ser ribeirinho. Precisa ter uma casa na cidade. Os filhos tem que vir estudar. É fazer os nossos apetrechos, os artesanatos, as canoas, os paneiros, as vassouras. É tirar tudo da mata.

O que o ribeirinho sabe fazer? (pesquisadora Ana de Francesco)

Os ribeirinhos somaram-se à fala da Conselheira Socorro e indicaram os seguintes saberes:

Ribeirinho faz canoa, remo, vassoura, balaio, tupé (esteira), tipiti para espremer a massa da mandioca, bater e tecer a palha para cobrir, fazer o capote, tecer o japá, pega duas palhas e vai tecendo e faz várias camadas daquela e bota em

cima do capote, a gente faz vários tipos de peneira, de coar açaí, tapioca e a mais grossa. Sabe amassar o barro, para fazer parede, que o ribeirinho chama de taipa. E uma coisa muito importante, é que o ribeirinho gosta de criar, de plantar. Extrai coisa da mata. Ribeirinho se identifica pela criação também. Ribeirinho cria galinha, pato, porco, jabuti.

Ribeirinho cria gado? (pesquisadora Ana de Francesco)

A questão da criação de gado gerou um amplo debate, pela dificuldade de se estabelecer um limite numérico e ao mesmo tempo o risco de excluir veteranos ribeirinhos pela fixação de um critério abstrato. Seguem as falas em aleatório.

Fazendeiro é uma coisa, ribeirinho é outra coisa.

Cada ribeirinho tem uma adaptação. Nem todo ribeirinho precisa ser como eu. Ele pode ter ali umas quatro cabeças de gado e continuar a ser ribeirinho.

Se criar gado não é mais ribeirinho, mas é fazendeiro.

Fazendeiro é o que tem muito gado, ribeirinho pode tomar o leite da vaca com seus filhos.

Tem o ribeirinho da margem, que teve gado.

O meu pai nasceu e se criou no rio Xingu. Eu quero dizer como eu fui criada. Meu pai chegava, tirava as iscas, ia descansar, nós ia consertar as malhadeiras. O meu, quando colocaram gado na ilha do milico, no Arapujá, o meu pai comprou três vaquinhas pra gente tomar leite, porque a gente era em dezenove e não tinha como comprar leite. Então o coronel deu a vaca pro meu pai e ele não deixou de ser ribeirinho. É preciso saber separar o ribeirinho, que tem direito de ter uma cabeça de gado. Ser ribeirinho não quer dizer que você não pode ter uma casa na cidade, uma bicicleta. Mas se o ribeirinho usa o gado para alimentar a família, o fazendeiro usa o gado para vender.

O ribeirinho verdadeiro ele vive da natureza. Ele cria. Tem seu feijão de corda.

A terra dele é pequena, não é uma fazenda. Mas tem que aprender a diferenciar o ribeirinho de ilha e o de terra. O fato de eu ter uma área do INCRA, mas vivo ali como ribeirinho. Eu não sobrevivo do gado.

Se ele mora lá na beira do rio, vai pegar o peixe, o jabitu dele. O gado é uma composição da vida do ribeirinho. O filho dele ficou doente, ele vai lá e mata. Ele não deixa de ser ribeirinho por ter gado se continuar a viver como ribeirinho. O gado é um motivo de precisão. Meu pai fica doente e precisa viajar para Terezina, vai lá e mata um gado. Ele tem que ter alguma coisa para sobreviver. O que diferencia o ribeirinho é o ponto e o modo como ele vive.

Dependendo da quantidade de gado, você já passa a ser um fazendeiro. Acima de 50 cabeças você já é fazendeiro. O ribeirinho cria 10 cabeças, três cabeças.

Conheço um cidadão que morava na frente do Sr. Lico na área do Poção, Sr. Raimundo Gama. Ele começou com uma cabeça de gado. Com uma só. Ele morava na ilha e vivia da pesca. E com o passar o tempo, ele aumentou o gado. Ninguém ia considerar ele um fazendeiro. Ele era ribeirinho e todo mundo sabe disso. É uma renda de mantimento. Vai da economia da pessoa, que consiga ampliar seu gado. Mas ele não vive disso. Para ser ribeirinho ele tem que viver como ribeirinho.

O que o ribeirinho precisa para sobreviver? Ribeirinho não precisa de gado. Precisa de uma área pra plantar. Ribeirinho não é o fazendeiro. Não é o agricultor. É o pescador.

Houve um consenso de que ribeirinho é pescador, é agricultor e é também criador. E de que não sobrevive do gado. Alguns ribeirinhos têm gado, mas a vida do ribeirinho não é vinculada ao gado. Não se chegou, porém, a um acordo quanto à quantidade máxima de gado que um ribeirinho pode ter, senão que o ribeirinho pode ter o gado para alimentar a família e para situação de precisão.



Na sequência, o **Conselheiro Aranô Juruna** iniciou seu relato, destacando a mistura que caracteriza o ribeirinho.

Ribeirinho não é apenas quem morava em Ilha. Todo ribeirinho é pescador? Não. Todo pescador ribeirinho? Também não. Eu morava na terra firme. Era caseiro. E era ribeirinho. Eu trabalhava, cortava juquirá, olhava o gado do fazendeiro, pegava meu peixe. O ribeirinho pode morar na terra do outro?

Houve um consenso de que, mesmo trabalhando para outrem, o ribeirinho permanece ribeirinho na medida em que mantém um vínculo com o território, nele trabalha

e ali tem sua história. Isto acontece pela liberdade que caracteriza a mobilidade e a pluriatividade. E prosseguiu o Sr. Aranô:

Quando eu cheguei, não era de fazendeiro a área. Aí ele deixou eu ficar lá. Eu fazia minha roça e na época do defeso eu colhia. E assim eu levei a minha vida. Ele vendeu para outro fazendeiro. Daí o fazendeiro me deixou lá e isso não me tirou do direito da minha pescaria. Eu e muitos do Paratizão, da minha própria família viveram assim. Chegava nós morava numa ilha. A primeira ilha quem foi foi minha mãe. Isso foi em 72. Meus irmãos foram chegando e pegaram uma terra. E tem a situação do Dário que viveu na ilha. Como é que vai ficar? Minha irmã, a Virgínia ela tinha 11 cabeças de gado. Como é que ela fazia. Os machos, os bezeros, ela se aperreava e vendia para os fazendeiros. É assim a vida dos ribeirinhos. Ele pode ter gado, mas não pode aumentar. Ele véve na terra ele véve na ilha. Nós vivia nossa vida até na cabeça de uma pedra se nós quisesse. Porque a vida que nós vivia era a nossa vida. Não importava pro ribeirinho ter um mundo de terra. Tudo o que nós queria era preservar. Nossa mata. Os ribeirinhos de terra firme. Repare... eles moravam na beira, mas preservavam. Por que hoje todo mundo quer ir pra lá? É uma área preservada. O ribeirinho que não sabe entrar numa canoa, ele não é ribeirinho. Que não sabe pescar, ele não é ribeirinho. Um ribeirinho que não sabe caçar, ele não é ribeirinho. Eu nasci numa ilha abaixo da Volta Grande. Quando eu cheguei nessa região do Paratizão eu tinha 8 anos de idade. Trabalhava, era solteiro, mas sempre voltava pra onde estava minha família. Se isso não é ribeirinho... Somos parentes do Manoel Juruna, do Giliard. Tudo somos da mesma família. Quem chegou em 1967 até 2017. Será que esse cidadão conhece quem é ribeirinho?

Aquela pessoa que tem uma área e coloca alguém para trabalhar, e só vai de vez em quando. Esse não é ribeirinho. Mas aquele que trabalha ali...
(Conselheiro Gilmar)

Se for vaqueiro, mas a fazenda for na beira do rio, não vai ser ribeirinho só por isso. (Sra. Rita Cavalcante)

Foi tomado o caso da Dona Virgínia, irmã do Sr. Aranô. A sua área tinha 11 cabeças de gado. Mas tinha também castanhal, mata fechada, casa coberta de tacavaco. Houve consenso de que se trata de uma ribeirinha. Houve consenso de que o ribeirinho pode morar tanto no beiradão como na ilha e que pode trabalhar como caseiro, mas ter uma história de ribeirinho. O **Conselheiro Aranô** prosseguiu seu relato destacando que os fazendeiros que muitas vezes ocupavam antigas áreas dos ribeirinhos e em alguns casos os mantiveram lá.

O pescador nunca para a sua pesca. O Gilberto me quis como caseiro porque eu conhecia a região. Sabia dos limites da fazenda. Ele foi comprando a área. Comprou da minha irmã. Depois comprou do Rafael. Comprou do Dino

Verino. Foi aumentando a fazenda dele. E essa área quem conhecia era nós que vivia na região. O ribeirinho é a aquele que não se afasta do rio.

Tem o ribeirinho que vai lá pra Medicilândia cuidar de uma fazenda e se afasta do rio. Mas tem o ribeirinho que vai trabalhar numa área, vai fazer um serviço porque precisa de dinheiro, mas continua no rio e toda semana está no seu setor. É diferente de passar vinte anos longe... Esse perde o vínculo. (Conselheiro Gilmar)

Nós ribeirinhos que vivia no rio nós tinha nossa liberdade. Nós podia descer pra ilha da fazenda, voltar pro Paratizão. Ir lá pro arroz cru. Nós tinha nossa liberdade. Eu tenho meus parentes lá. Trabalhar de diária é problema de liberdade. O ribeirinho que foi colocado lá no 27, ele vai continuar sendo ribeirinho? Não. Eu trabalhei para o Sr. Gilberto, mas estava ali a 700 m do rio. O rio é a nossa vida. Ribeirinho é aquele que ama e preserva. É a preservação. É a área que nós morava que tá lá. Castanheira, açaizal. O ribeirinho tem amor. (Conselheiro Aranô)

Sr. Aranô, por que o ribeiro preserva? (pesquisadora Ana de Francesco)

É a nossa sobrevivência! Quando o ribeirinho vê uma situação de um peixinho médio daquele. Isso corta a gente. Daí a pessoa que não é ribeirinha diz que é o peixe que tá dando. Nós ribeirinhos nós não faz isso, porque nós preserva. E nós preserva porque é nosso futuro. Acabar a mata com pasto. Não faz isso. É preservação. É esse o ribeirinho que eu considero, que tem respeito pela natureza. (Conselheiro Aranô)

Dando sequência aos relatos, falou a **Sra. Rita Cavalcante**, ribeirinha indígena da descendência Xipaia, realocada pela Norte Energia na ilha do Cotovelo do Bacabau:

Ribeirinho é aquele que tem o modo tradicional que tanto a gente fala, o ribeirinho quer voltar a viver o modo tradicional. O ribeirinho tem uma casa, não precisa ser necessariamente de palha, ele tem uma moradia. Minha casa era um pedaço de telha e um de palha. Eu tinha um fogão a lenha e uma cama, e tinha tudo o que uma casa tem em outros lugares: o meu conforto. Por quê? Porque eu morava lá, eu vivia lá. Eu vinha para Altamira vender meu peixe e minha galinha e voltava para lá. No mesmo dia se possível... A minha vida era construída lá. Eu vivia de pesca. Na verdade o ribeirinho é uma mistura de tudo o que a gente discutiu aqui, ele é um pouco agricultor, ele é um pouco criador e ele é pescador. É essa mistura o ribeirinho. Se eu só criar não vou ser ribeirinho, mas criador, se eu só trabalhar na roça vou ser agricultor. Essa discussão do ponto de apoio é porque existia o pescador que só pescava, ele dormia uma noite aqui, outra noite acolá... esse era o pescador, ele não tinha o ponto dele. Ele tinha o ponto dele assim, porque a própria natureza tinha, parava em lugar ali, não dava mais peixe, ele ia para outro. Por isso a Norte Energia considerou ponto de apoio e tirou deles o que eles tinham direito, porque de uma forma ou de outra eles tinham o lugar deles. Agora o

ribeirinho é aquele que vive lá. Ele é um pouco de tudo isso. Ele tem que ter tudo isso para ele ser um ribeirinho. Porque se ele não tiver um pouco de cada coisa ele não consegue viver nem na terra nem na ilha. Ele tem que ter sua galinha, seu pato, seu porco. Ele planta sua macaxeira. Deu ruim na pesca, ele vende seu pato. Ele tá criando seu sustento. Eu vou levar a macaxeira, o feijão. Ele tem que ser essa mistura, porque se não ele não consegue e não é um ribeirinho. Se ele tem uma área para curtir, só no final de semana. O ribeirinho vem em Altamira quando está doente. O ribeirinho é aquele que vê uma chuva vindo ali, mas ele sabe que essa chuva vai passar. E ela passa... só aquele ventão e a chuva passa. Aquele banzeiro, vai na beira do rio e diz: eita o rio vai encher e no dia seguinte o rio enche. Na vazante normal, você sabe que o rio vai baixar. Você entra no Igapó e você sente o cheiro. Você sente que o rio vai baixar. Você sente. Tudo isso caracteriza um ribeirinho. Agora, você não saber entrar dentro de uma canoa... Essa é a vida do ribeirinho. Ribeirinho ele planta, e não é muito senão ele não dá conta. Ele planta macaxeira, ele planta feijão de corda, ele planta abacaxi. Ele faz uma mistura. Sabe por que a mistura? Porque é de lá que ele vai tirar tudo pra comer. Ele come a manga, o abacaxi, o abacate. Ele não vem comprar fruta na rua. Ele tira da roça dele. Ele vive lá. Ele tá lá. Você planta o abacaxi com a intenção de comer futuramente. Isso não impede de eu criar duas três cabeças de gado. Isso não impede de eu plantar um milho e tirar. O ribeirinho é na mistura. Aonde ele se encostou ele se vira. Com uma piaba pega o peixe, faz um fogo na pedra. Acende e come com a farinha. Não precisa de panela. Pega o peixe joga nas pedras, assa e come. Vai lá no rio e bebe a água. E detalhe: o seu guri, do tamanho que for, joga um peixe na frente dele... É filho de ribeirinho. Num engasta nem... O bichinho desse tamanhinho sabe nadar. Sabe remar. Esse é o filho de ribeirinho! Eu lembro quando comecei a pescar eu era pequenininha. Nois vivia na região dos arara, e não tinha tela. Papai era pescador. E o que eu fazia. Remendava um monte de tela e fazia a minha telinha. Há quarenta e cinco anos atrás, eu aprendi, e ninguém me ensinou a nadar, a pescar a andar de canoa. Isso tá em mim. Eu sou ribeirinha. Sou filha de ribeirinho. É uma coisa que tá dentro de mim. Tá na minha natureza. Se me coloca na cidade, eu vou saber me dirigir. Mas isso não sai... Olha, eu sou ribeirinha de pé rachado! Aprendi vendo meu pai. Ali aonde eu morava. Aprendi a remar, vendo as pessoas ao meu redor. Vivendo de acordo com aquele ambiente que eu conheci.

A Norte Energia não soube diferenciar o pescador do ribeirinho. (Conselheiro Gilmar)

O nosso rio era a coisa mais linda que tinha. Cheio de pedral. Não precisava nem de lona pro pescador. O pescador só trazia a rede. De um modo ou de outro, era o local dele. Ele sabia onde ia buscar o peixe dele. Ele pescava um dia aqui. Daí não dava ia pro outro canto. E assim ele criava a família dele. Hoje isso acabou. E o que a Norte Energia vai fazer? Ela tirou essas pessoas

do rio. Ela tirou a vida dessas pessoas. Não tem como dar um ponto de apoio. No meu ponto de vista essas pessoas que são pescadores, eles tem direito a uma terra sim. A um lugar pra eles sim. (Sra. Rita Cavalcante – ribeirinha)

Hoje não tem mais aquelas ilhotinhas onde ficavam arranchados os pescadores. (Conselheira Decinha)

Eu vivi trinta e cinco anos nessa região do cotovelo. Mas tinha época do ano em que eu me tornava uma pescadora sem terra também. Sabe o que acontecia comigo? Eu meu irmão e minha irmã, nós se atracava no mundo e ia viver como os pescadores que não tinham terra e nós ia ficar arranchado também num lugar para pegar peixe e voltar para localidade. (Sra. Rita Cavalcante - ribeirinha)

Houve consenso sobre a importância da casa na cidade, como um ponto de apoio para acessar os serviços de saúde no núcleo urbano, permitir que os filhos estudem, pois no beiradão só tinha escola até o quarto ano, para vender o peixe, a farinha, etc.

É a casa na cidade do ribeirinho que eu considero um ponto de apoio. (Conselheiro Aranô)

Sim. Aqui na rua sim pode ser um ponto de apoio. A gente vinha, passava dois dias e voltava. (Conselheiro Cléo)

O ponto de apoio é esse. A morada é lá. Passa o final de semana com a família, mas a semana todinha no rio. Eu entendo assim. É por isso que a mulher da 'Diagonal' [que negociava para a Norte energia] me falava 'já passei não sei quantas vezes na sua casa e não lhe encontro!'. E eu dizia: 'a senhora trabalha dia de domingo? Não? Porque eu sempre saio meio dia e a senhora não tá mais trabalhando. Vai em casa dia de domingo que eu to lá!'. Eu vendia um peixe na porta lá, botava o peixe no carrinho de mão e ia vender na rua. Essa foi minha vida todinha. Segunda-feira eu já carregava o barco porque precisava dar sustento pros meus filhos. (Conselheiro Raimundo)

Você chega na casa do ribeirinho. A primeira coisa que tu vê é um pé de manga, que é o que mais dá. Daí vê um pezinho de banana, de caju. O bombril do ribeirinho? Sabe o que é? A areia da beira do rio. Eu sou feliz em dizer que eu sou um ribeirinho. Minha mãe fazia nós dar uma ariada na panela, que triscava. Nenhuma bucha faz isso. O ribeirinho tradicional tira o óleo do coco de babaçu. Tira o leite do babaçu. A mãe tira com a ponta da faça... (Conselheiro Gilmar)

As informações das falas dos Conselheiros e ribeirinhos foram anotadas em cartolinas, de modo a permitir a sistematização das informações.



Dessa sistematização foi construído um relato sintético que orientará a definição dos *critérios para identificação de um ribeirinho*:

O RIBEIRINHO: a sua moradia pode ser aberta, porque é ventilado e seguro o beiradão. Ela pode ser coberta de lona, de cavaco, de palha ou de telha. Ao fazer sua casa, o ribeirinho sempre sabe de que lado a sombra vem. De que lado a chuva vem. Então tem um jeito de colocar a casa no lugar. O ribeirinho mora na beira do rio. Tanto na terra como na ilha. Ele planta, ele pesca. Ele vive da terra dele. A casa do ribeirinho não precisa ser na área rural, porque muitas vezes o ribeirinho está na cidade, como é o caso de doença. Então o ribeirinho vive entre o rio e a cidade. O ribeirinho tem um modo próprio de falar, tem um sotaque. Umas palavras que são do beiradão. O ribeirinho tem canoa e sabe remar. Ele sabe tratar e ticar um peixe. Ele amola faca na pedra. Ele sabe tirar uma macaxeira. Ele tem um jeito de cozinhar, que é na pedra, no chão, no fogão a lenha. O banheiro do ribeirinho é no mato. O ribeirinho tem uma história, ele tem um tempo de moradia no local, ele tem vizinhança, ele tem comunidade. Porque ribeirinho é família. O ribeirinho não vive sozinho. O ribeirinho não é só pescador. Ele é uma mistura. De pescador com agricultor, criador, caçador e extrativista. Ele vive na comunidade. E é na comunidade que ele divide a comida. E a comida ela não é comprada. É o peixe, é a caça, é a farinha, é a fruta do mato. O ribeirinho tem uma casa na rua, que é um ponto de apoio para acessar saúde, educação, vender o peixe, a farinha, comprar gasolina. O ribeirinho tem um conhecimento. Coisas que ele sabe fazer. A canoa, o remo, a vassoura, o abano de fazer o fogo, a peneira para tirar o açaí, a bacaba, a tapioca. Sabe fazer farinha, sabe fazer um balaio, uma esteira, tiquiti, sabe remar e andar de canoa, sabe fazer malhadeira,

emendar malhadeira e tarrafa. Sabe fazer a flecha, sabe fazer a moradia dele, que é bater e tecer a palha para fazer o japá. Sabe fazer um fogão a lenha, sabe tecer o japá para fazer o capote. Sabe fazer a casa de taboa, de taipa. Saber criar. Cria galinha, cria pato, cria porco, cria gato e cria cachorro. O ribeirinho pode criar gado, mas ele nunca sobrevive do gado, e o gado é sempre um pouco para alimentação, coalhada para alimentar a galinha ou uma poupança em caso de precisão. Sabe fazer o próprio remédio. O ribeirinho é diferente do pescador. Porque o pescador só pesca. E o ribeirinho é um pouco de cada coisa. Sabe um pouco de cada coisa para sobreviver do rio e da terra. Se ele fugir disso ele não é ribeirinho. E não consegue viver ali. O ribeirinho pode estar caseiro, pode fazer uma diária pra alguém, pode ter outra fonte de renda, mas ele tem uma vida e uma história no beiradão. O ribeirinho não tem empregado, mas pode trocar uma diária e trabalhar em mutirão. O ribeirinho ele preserva o lugar dele. A mata. Preserva porque ele sobrevive dali. O modo de vida ribeirinho é sobreviver do seu lugar. Tudo o que ele tem ele tira de lá. Ele planta e tira o seu alimento dali, e também o seu remédio. O que sobra ele vende na cidade. Ribeirinho tem história. Tem uma vida no rio. Um tempo prolongado no local. O que define o ribeirinho é a sua história, e não a casa ou o fato de estar na ilha num certo dia. A vida do ribeirinho é o rio.

Na sequência foi posta em discussão a forma de realização das reuniões setoriais e ficou definido que seria também realizada com relatos dos ribeirinhos, de modo a deprender as comunidades de cada região do reservatório, com indicação nominal das famílias.

As raízes do ribeirinho... Do veterano da região de arroz cru, Paratizão é como eu falei. Quando eu me entendi de gente, quem morava na ilha de serra, depois do pai dela, era a família Gregório. Quem são a família Gregório? Vó dessa daqui. Esses são os veteranos. Quem morava no Arroz Cru? Vitorino Balão e Chico Vieira, que é da família vieira. Laurindo, Alfredo pessoa, que é da família pessoa. Isso na margem direita. Do Alfredo Pessoa, vinha pegar a ilha aqui. E o Nazaré Pessoa, que é o pai... aí vinha subindo, trindade. Josafá e Cecílio. Zeca Nunes. Essas são as raízes. (Conselheiro Aranô)

Esses ribeirinhos aqui tudinho da área atingida. Vocês conhecem esse pessoal aqui? Pergunta pro Conselho todinho, que eles conhecem a história toda. Conta tudo. (Conselheiro Cléo)

Quem não é ribeirinho. Não sabe o que é ribeirinho. Pode pensar que ali não mora ninguém? (representante do Ministério Público Federal)

Tem pessoas que não tem aquele sotaque, aquela tradição de fazer as coisas bem enxuta. Pessoas meio a toa. Ele vai lá pega uma travessa, coloca uma aqui outra ali. Passa umas palha por cima. Aquelas palha que fica um rabo de jacu, como a gente chama. Acabou esse ele bota outro. Também existem pessoas assim. (Conselheiro Raimundo)

Na sequência, a Sra. Antonia Melo, representante do **Movimento Xingu Vivo para Sempre** afirmou a necessidade de resgatar os desafios imediatos do Conselho, como pautas que também são urgentes, além da questão do ponto de apoio de pesca. Primeiro a condição de subsistência dos ribeirinhos não reconhecidos que estão passando necessidade. Segundo a situação das famílias que estão reassentadas em áreas inadequadas. Terceiro a necessidade de se avaliar a aquisição de área apta para realocação. A **pesquisadora Ana de Francesco** acrescentou o problema da carta de crédito, para os casos em que esta não recompôs o modo de vida e lembrou que o IBAMA já se pronunciou quanto a isso.

Foi tirada uma comissão para facilitar a comunicação do Conselho: Gilmar, Aranô, Delcilene e Francineide.

Após consenso em torno do critério para reconhecimento de um ribeirinho, foi definida a necessidade urgente de avaliar as situações de pescadores que perderam seus locais de pesca, de ribeirinhos assentados em locais inadequados, e foi discutido o cronograma e a metodologia para as reuniões de reconhecimento, que deverão ser realizadas por setores, com a presença dos conselheiros representantes de cada local e se possível de moradores antigos da região, bem como do Grupo de Acompanhamento em apoio ao Conselho. A primeira reunião ficou agendada para o dia 20 de janeiro, para as áreas do Paratizão, Cotovelo e Palhal.

3.2 Primeira reunião setorial de reconhecimento social - 20 de janeiro de 2017

No dia 20 de janeiro de 2017, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, foi realizada a primeira reunião de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. O objetivo da reunião era identificar as famílias tradicionais do beiradão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação com o rio Xingu tenha sido impedida pelo processo de remoção compulsória para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

A reunião seguiu a metodologia definida anteriormente, de divisão dos trabalhos por setores, sendo essa data reservada para a região do Palhal, Cotovelo e Paratizinho, representada pelos conselheiros Hildo da Costa Costa, Joana Gomes da Silva (representada por sua filha Francenilda Gomes da Silva), Antônio Cavalcante, Nelson Dias, Delcilene e Maria Francineide. Além deles estavam presentes os conselheiros representantes dos demais setores, bem como ribeirinhos antigos moradores, como a Sra. Rita Cavalcante, o Sr. João Augusto da Costa (Turu) e o Sr. Wilson. Segundo definido os representantes de cada setor seriam responsáveis por trazer a história de ocupação da região, mediante contato prévio com outros ribeirinhos da localidade, especialmente aqueles já reassentados, que inclusive poderiam ser chamados a participar. Os conselheiros que não representam o setor,

mas que conhecem a localidade também se manifestariam nesse processo. E ao final os nomes seriam submetidos a todos os conselheiros.

A reunião foi acompanhada por ribeirinhos, pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União, pelo IBAMA, pela professora da UFPA, Francilene Parente, pela pesquisadora da UNICAMP, Ana de Francesco, pelo grupo de pesquisadores vinculados ao professor da USP, Christian Dunker, pelo Instituto Socioambiental e pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre e por observadores externos admitidos pelo conselho.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

A **Conselheira Francineide** iniciou a reunião agradecendo a presença das instituições e manifestando em nome do conselho a alegria de receber as pessoas que ali estavam para conhecer a história do beiradão. E explicou a importância das reuniões.

Bom dia a todos e todas, em primeiro lugar hoje é um dia muito importante para todos nós que estamos iniciando o reconhecimento de cada um de nós, cada um ribeirinho que nascemos e se criamos no Xingu, então isso é muito importante para nós que estamos aqui. E também receber uma pessoa muito importante a Dra. Eliane Brum, uma escritora que chegou para vir fazer parte, conhecer nós e ouvir cada um de nós, e eu queria que todos nós fôssemos felizes em receber ela. É importante também a presença da Dra. Thais, a presença do Hugo. Cada um de nós, hoje, vamos ter a oportunidade de saber muito sobre os nossos direitos também, vamos saber onde estamos localizados, como que vai ser reconhecido, então tudo isso vai ser tratado hoje aqui. Então agradeço e obrigada a todos vocês que aqui se encontram.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

A representante do **Ministério Público Federal** explicou que na data anterior foi realizada na sede da procuradoria da República em Altamira reunião para organização de um grupo de apoio ao Conselho Ribeirinho. Lembrou as palavras da professora Manuela Carneiro da Cunha, quando a SBPC recomendou a criação de um conselho de pares, que deveria ser criado pelos próprios ribeirinhos e que não necessitaria do reconhecimento de ninguém para atuar. Lembrou, porém, que houve um compromisso das instituições presentes naquela audiência pública de criar um grupo de apoio para, quando chamados pelo conselho, dar o assessoramento necessário. Explicou que nesse primeiro momento se reuniram o MPF, o IBAMA, a DPU, a pesquisadora Ana de Francesco da Unicamp, que fez os estudos com a SBPC, para [junto com a UFPA e o Movimento Xingu Vivo para Sempre] acompanhar essas reuniões. Explicou que esse grupo vai ajudar que o Conselho se fortaleça e que, nesse primeiro momento, transcreverá as reuniões em uma linguagem que possa ser documentada. Salientou que uma vez definido um critério para identificação apenas os ribeirinhos seriam capazes de realizar esse reconhecimento.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Na sequência restou definido que as questões emergenciais, como a escola e o transporte dos alunos, a entrega de materiais de construção deveriam ser discutidas em reuniões específicas a serem convocadas pelo conselho. Foi então feito um resgate da reunião realizada no dia 13 de janeiro, quando se definiu o critério para o reconhecimento social. A **pesquisadora da Unicamp, Ana de Francesco**, explicou a importância desse critério, já que o conselho tem o papel de reconhecer as pessoas que pertencem a esse grupo e tem que ser igual com todo mundo. Que tem que ter como uma lei usada para ser justo para todo mundo. Para usar a mesma medida para todas as pessoas. E explicou como foi escrito esse critério.

Nesse dia todo mundo foi falando e eu fui anotando no papel, como se fosse uma palavra falada, para ficar de um jeito mais próximo do que foi falado na reunião. Então eu vou lendo e quem não tava lá e achar que tem alguma coisa que tá um pouco torta, que tá mal explicada ou alguma coisa que faltou, vocês me parem e a gente vai arrumando. Então, a gente dividiu esse critério do que é o ribeirinho em 5 pontos, 5 temas, que é: a história, a moradia, o modo de falar, o saberes e a economia.

Sobre o primeiro ponto foi lida a memória da reunião anterior e lembrado que os ribeirinhos 'têm história'. *Que ele tem história porque ele tem um tempo que ele mora na região, ele tem família, ele tem os vizinhos, ele tem uma comunidade. E isso conta a história dele. Tem uma frase que foi dita que o “ribeirinho é família”, morava no beiradão e construía uma família naquele lugar. Tem uma outra coisa importante: o que significa viver na comunidade, na vizinhança. E foi dito que significa dividir o trabalho, trabalhar junto e dividir a comida.* (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Se eu for contar minha história de ribeirinho dá um dia... tem muita história, só história sofrida. (Conselheiro Raimundão)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

O segundo ponto destacado foi a 'moradia do ribeirinho'. *O local da moradia era sempre na beira do rio, mas pode ser tanto na ilha como no beiradão, na terra firme. O ribeirinho pode ter uma dupla moradia, pode ter uma casa na rua e uma casa na roça porque ele vive entre a rua e a cidade. A casa na cidade é um ponto de apoio pra ter acesso à saúde, à educação, aos serviços e ao comércio. Então foi dito que o ribeirinho ele vive da casa na mata porque a casa na rua é o ponto de apoio dele para usar a cidade. E o jeito que constrói a casa na roça é diferente da casa na rua, a casa na rua é preciso ter mais segurança, então a casa é mais fechada, já no beiradão a casa pode ser aberta, é uma casa simples, aberta e ventilada, pode ser coberta de palha, lona, cavaco, pode ser de taipa ou de madeira as vezes pode ser aberta e tem sempre um fogão a lenha.* (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

O terceiro ponto destacado foi o 'modo de falar ribeirinho': *diz aqui também que tem o modo de falar, que tem as palavras próprias do beiradeiro, no sotaque, no jeito de falar.* (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

O beiradeiro tem sempre a sua gíria, sempre fala diferente. (Conselheiro Raimundão)

O quarto ponto destacado foi sobre o 'saber fazer ribeirinho'. E a pesquisadora explicou a importância desses conhecimentos tradicionais. *Ribeirinho sabe subir em canoa e remar, sabe tratar e tancar peixe, sabe tirar macaxeira e fazer farinha, sabe fazer canoa, remo, vassoura, abano, vários tipos de peneira, balaio, tupé, tiquiti, sabe fazer um arco e uma flecha, sabe fazer e emendar malhadeira e tarrafa, ele sabe construir uma casa, sabe fazer telhado de palha e parede de taipa, sabe fazer seu fogão de barro, sabe fazer farinha e remédio do mato...* (pesquisadora Ana de Francesco Unicamp)

Sabem tirar polpa de murici, cajá, golosa... (Conselheira Francineide)

Sabe também fazer traieira para fazer o carvão, amolar faca na pedra. (Conselheira Socorro)

O Conselheiro Aranô destacou desse saber fazer ribeirinho a peculiaridade da relação que o ribeirinho mantém com a natureza, que passa a ser um elemento específico do critério de identificação.

Sabe cuidar, zelar e preservar do seu lugar, da mata e da natureza, ela não vai derrubar um pé de açaí, ele não destrói, ele preserva porque ele precisa. (Conselheiro Aranô)

Iniciou-se um debate sobre como lidar com as famílias ribeirinhas em que os filhos passam a viver na cidade. Esses filhos em alguns casos mantém a relação com o rio e a pescaria, mas em outros assumem um modo de vida não ribeirinho e passam a ter uma relação eventual com o rio, para visitar os pais ou irmãos, por exemplo.

Quando os filhos da gente estudam e são pequenos, a gente dá jeito de colocar na escola e trazer e levar pra cidade mas quando os filhos crescem e querem fazer uma faculdade eles tem que morar na cidade para arrumar algum bico para ajudar porque só a gente vendendo as coisas que trazemos do mato não dá. (Conselheira Socorro)

Meu pai era ribeirinho, minha mãe teve 19 filhos que nasceram no beiradão do rio Xingu. Meu pai adoeceu e veio pra cidade, minha mãe também veio. Então automaticamente essa minha família não vai poder ser reconhecida como ribeirinho? Meu pai era ribeirinho, meu irmão é ribeirinho, nós todos somos ribeirinhos. (Conselheira Francineide)

Uma coisa eu vou dizer aqui, vou ser bem claro. Eu sou um conselheiro que quero dar apoio a todos os ribeirinhos, mas nós não podemos fazer o seguinte: a pessoa que nunca morou no beiradão porque era filho de um ribeirinho eu acredito que não vai ter áreas para todos. A família da Glaucineide, o pai morava em uma propriedade. A família todinha foi reconhecida e isso o que causa? Na hora do conselho reconhecer isso vai dar problema, porque? Sua mãe viveu a vida inteira lá mas se alguém que não morou for reassentado tira o lugar de outros que tem direito como eu que nasci e me criei e não fui reconhecido por que? Porque foram reconhecidas dezenas de pessoas que nunca foram ribeirinhas. Então esse é o cuidado que a gente tem que ter. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

A complexidade da situação restou evidente e os conselheiros deixaram incontestes a decisão de que deve ser mantida a mesma relação que se tinha anteriormente com o rio. Ou seja, aqueles que apenas visitavam os pais, devem manter o direito da visita, porém, não serão considerados ribeirinhos.

Nós temos que diferenciar o que era ribeirinho reconhecido e que morava. Eu não vou reconhecer quem não era porque minha irmã mora na cidade, meu irmão mora no Goiás, eu vou trazer ele pra cá? Não, porque nós temos que ser bem claros: dar direito para quem tem, para nós não arrumar problema pra nossa cabeça. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Como é que o conselho pode trabalhar: eu tenho 6 filhos, mas são 2 que voltam para a margem comigo. E os outros 4, não é teu filho? Tudo bem, são meus filhos mas eles já estudaram, já tem a casa deles aqui, muitos já

trabalham de empregado. Eu não to tirando o direito deles ser ribeirinho não, eles são ribeirinho sim, agora o direito que eles tinham quando eu que eu tinha que eu morava lá é o mesmo que eles terão agora, eles podem ir final de semana lá, ir pescar, tem o mesmo direito, não quer dizer que eu tô tirando ninguém gente.. eu não tenho essa capacidade de fazer isso. O conselho tem que trabalhar sim e direito para ser uma coisa certa porque se eu for buscar ele tem que buscar o que, vou pegar o Jurandir. Vou levar meu filho com a minha nora. A minha nora tem um irmão, ela já vai querer levar o irmão dela. E aí, como vai ficar essa confusão? Realmente ribeirinhos tem muitos, mas tem muitos deles que vive mais aqui na cidade mesmo, com os filhos tudo. Só um exemplo que eu vou te dar, da Elquiene, que tem 23 anos, sabe onde ela tá trabalhando? No regional. Por quê? Porque a vida dela é mais estudar aqui em Altamira. Outros dois estão trabalhando na serraria e outro tá no rio pescando. Essa que é a diferença. Eu não vou tirar o direito dos dois que tem, porque todo mundo tem direito, porque os outros já tá agasalhados. Porque se nós estamos tirando o direito de quem tem para dar para o nosso filho e o conselho não pode trabalhar desse jeito, ele tem que ser uma coisa certa. (Conselheiro Aranô)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Se a gente for colocar uma tradição, o povo de Altamira ele vem já de uma história ribeirinha. Poucas pessoas que vieram se adaptando de outra região. Altamira foi fundada por ribeirinho, pessoas que vieram como meu avô que era seringueiro e foi se adaptando às margens do rio. O que o conselho tem que entender são os direitos, deveres e obrigações. Se o conselho conseguir distinguir isso, não vai ter essa contenda. A gente tem que entender porque foi criado o conselho. Não podemos acrescentar algo que não dá. Eu tenho 5 irmãos que vive da pesca, que sobrevive do rio, nós vivemos nessas margens. Mas tem outro que é do quartel, a vida dele hoje é totalmente diferente. Ele é filho de ribeirinhos mas não vai ter o direito de ser encaixado como ribeirinho.

Se o conselho conseguir entender isso, não vai ter problema nenhum. Meu pai e minha mãe aposentaram mas são ribeirinhos. Eles só saíram de lá porque foram deslocados há 3 anos pela empresa. (Conselheiro Gilmar)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Retomando os critérios definidos na reunião prévia, houve concordância de que não é um requisito para se caracterizar um ribeirinho o fato dele estar no rio no momento em que a Norte Energia fez o cadastro. Isso porque do mesmo modo que nem todos que tinham uma casinha no beiradão tinham um modo de vida ribeirinho, pode existir uma história ribeirinha ainda não rompida, que se tornou impossível com a evacuação das ilhas.

Uma pessoa que morou ali no beiradão por 10, 20, 30 anos e teve que sair por um motivo de saúde, que é o caso da irmã Neide. Isso tira o direito dele não ser ribeirinho? Agora se a pessoa saiu de lá, teve outra atividade, foi fazer outra coisa, essa não tem direito, diferente de um que abandonou sua ilha lá. Tem que saber diferenciar uma coisa da outra. Pessoas que não tiveram como ficar na área por motivos de saúde não tira o vínculo dele como ribeirinho. (Conselheiro Gilmar)

A **representante do Ministério Público Federal** salientou que essa posição do conselho reafirma que ribeirinho tem história de ribeirinho. E que apenas esse conselho, com apoio dos ribeirinhos, pode identificar a história de cada um, inclusive compreendendo a situação daqueles que tinham moradia descontínua, que a Norte Energia classificou como “ponto de apoio”, e poderiam eventualmente ter um modo de vida ribeirinho. Ficou evidente que a moradia descontínua não se confunde com uso de lazer; de pescaria de finais de semana.

O ribeirinho para mim é o que mora dentro da área. Por quê? Porque se for para considerar pessoas que utilizam o beiradão para tomar banho de praia, passa uma semana lá, vai lá só deixa lata jogada, queima árvore, faz coisa que a

gente não faz. Então pra ser ribeirinho ele tem que morar lá na margem do rio. Pescador é pescador. Mas o ribeirinho é o que mora dentro do rio. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

O representante da Defensoria Pública da União afirmou a importância de que neste momento seja identificado o ribeirinho morador impactado. E destacou que, garantido o modo de vida tradicional, outras questões podem ser debatidas no futuro, após a definição desse processo com a Norte Energia.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Foram reiteradas as referências à situação de não ribeirinhos voltando para o rio após reconhecimento pela Norte Energia.

Vejam só: tem muitas pessoas que o próprio IBAMA e a Norte Energia vão ver depois. Gente que tá ganhando madeira, casa e não vai morar lá. E essas pessoas o IBAMA tem que ver, retirar essas pessoas e colocar um ribeirinho que morava lá.

Eu me considero um ribeirinho porque eu nasci, me criei, moro, to vivendo dentro do rio, no beiradão. Fui batizado no beiradão e só venho pra cidade a compromisso e já to pegando o barco de volta. E os meus filhos, nenhum é ribeirinho. Se eu chegar a morrer, pode botar outro lá porque não vai nenhum. Eles só vão lá pra visitar. Então esse não é ribeirinho, então tem que ver isso aí. Então tem gente ganhando madeira, já tá com a casa levantada mas lá não vai morar, mas a Norte Energia vai ver, porque é gente que não tem precisão de morar lá.

Eu não sei se eu falei com a Dra. Thais mas com o Hugo eu sei que eu falei. É sobre a pessoa que a Norte Energia colocou lá mas que não é daqui e não é ribeirinho, pegou e fez um barraco lá numa ilha mas nunca morou lá, o certo é ter pelo menos 10 ano morando lá, que é a experiência e o amor que o ribeirinho tem de cuidar, zelar e preservar a natureza e o rio. É preciso de uns 10 ou 15 anos para esse cidadão ser considerado um ribeirinho. A gente que tá

nesse conselho, nós vemos muita coisa que está mal. Depois a Norte Energia ainda vai ser capaz de agradecer o Conselho, porque estão tirando o ribeirinho e colocando quem não tem direito. (Conselheiro Aranô)

Foi questionado se o tempo de 10 ou 15 anos é que caracteriza a inclusão na comunidade. Ou se a pessoa chega de fora e é incluída, depois de trabalhar junto dividir a comida. Como essa pessoa passa a fazer parte da história.

A Dona Raimunda é do Maranhão. Mas você vê o amor que ela tem pelo nosso rio, pela terra, pela natureza, essa mulher tem mais de 40 anos lá e ela tem o mesmo amor nosso, de quem nasceu e se criou lá. O que mais impressiona nós ribeirinhos é o amor que a gente tinha por tudo o que era nosso. Aí chegaram uns aí que queimaram as casas, tocaram fogo numa ilha porque só usavam pra lazer. Essa pessoa não precisa, ela não zela, ela não cuida, não é como a gente. (Conselheiro Aranô)

A **representante do Ministério Público Federal** foi incisiva em afirmar que o papel do conselho neste momento é a identificação dos ribeirinhos e explicou que quem não é ribeirinho não tem direito de voltar para rio. Principalmente aquele que não tem uma relação de cuidar do rio. O ribeirinho tem história, ele protege e é só por isso que poderá ficar nas áreas de preservação do reservatório.

Foram inúmeros os relatos de que não ribeirinhos estariam sendo assentados no reservatório pela Norte Energia. Porém, ficou definido que o papel do Conselho neste momento era a identificação dos ribeirinhos e não o julgamento da atuação da empresa. A proposta foi iniciar a identificação dos ribeirinhos do Palhal, por meio de relatos dos conselheiros. Ao tempo em que se contaria a história do Palhal, prosseguiria a validação do critério de identificação.

PALHAL

Os conselheiros representantes da região do Palhal são Hildo da Costa Costa (Turuzinho) e Joana Gomes da Silva, que foi substituída nessa reunião por sua filha Francenilda Gomes da Silva.

O Palhal é uma região localizada a jusante de Altamira, que se caracterizou pela presença ribeirinha na terra firme. Diferentemente de outras localidades em que os ribeirinhos foram deslocados para as ilhas, no Palhal a regularização fundiária de alguns lotes pelo INCRA gerou a peculiaridade de uma margem preservada no rio Xingu, ao contrário das regiões a montante ocupadas por grandes fazendas.

Compareceu à reunião o **Seu Turú** (João Augusto da Costa), reconhecido pelos ribeirinhos como um dos moradores mais antigos do Palhal. E a história começou a ser narrada pelo Seu Turú, que relatando a sua trajetória relatava a de tantos outros ribeirinhos, que vieram do alto rio Iriri na época da seringa.

Ah, se for contar minha vida toda vai ficar o dia todo aqui.. basta começar por aqui mesmo... Quando eu desci de lá do Alto, eu passei 25 anos cortando seringa, caucho e maçaranduba. Aí eu vim me embora naquela época, ah e castanha e caçando gato também. Aí eu baixei em 78 pra cá e peguei esse lugar lá embaixo.

Eu trabalhei lá e lá eu construí uma família. De lá do Alto eu trouxe dois filhos, esse aqui e uma menina. Aí depois eu tive mais doze, que eu criei tudo lá naquela terra, tudo no Palhal, mas sempre na terra. (João Augusto da Costa, seu “Turú”)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

E quem eram os veteranos lá do Palhal? (Ministério Público Federal)

Meu pai, João Augusto, ele era veterano mesmo de lá. Quem não conhece ele é porque não era morador lá do Palhal... Seu Raimundo. Vou fazer uma lista completa de quem era lá do Palhal: eu, Hildo Costa da Costa, João Augusto, Edmilson Costa da Costa, Francenilda, Raimundo, Mariano...

Tem o seu Domingos Lourdes, seu Pedro, sobrenome a gente não sabe. (Conselheiro Hildo)

Foram realizados encontros setoriais entre os ribeirinhos nas localidades e foi apresentada uma primeira relação de moradores do Palhal:

Vou ler a lista que foi montada: Domingos Lourdes, Pedro Lourdes, Antonio Pessoa, João Augusto, Albino, Mario Juracir, Caboqui, Ramiro, Bílio, Bilinho, Luis Estevão, Lauro, Ademar, Rosa, Edson, Edmilson (irmão Hildo), Joana

Gomes da Silva, Paraíba. Quem que tá aqui que foi reassentado? (**Professora Francilene UFPA**)

A mãe dela (Dona Joana Gomes), Paraíba, Ademar, Ramiro e o Pedro Lourdes. (**Conselheiro Hildo**)

O fato de os ribeirinhos terem ocupado também a terra firme no Palhal resultou em valores diferenciados de indenização. O que gerou um sentimento de injustiça com a realocação não prioritária daqueles que receberam quantias irrisórias pela sua moradia nas ilhas.

Ao mesmo tempo, essa situação levou aqueles moradores ribeirinhos que estavam na região desde a década de 70 a desenvolver atividade econômica, com a criação de algumas cabeças de gado. Esse ponto já havia sido considerado quando da reunião preparatória e gerou novo debate, que acabou por qualificar o critério definido anteriormente. Isso porque a diferenciação entre o ribeirinho e o fazendeiro teria que ser buscada na história ribeirinha de cada um daqueles reconhecidos pelo Conselho. Exemplo foi o caso do Sr. Domingo Lurdes:

Ele tinha um gadinho mas era ribeirinho porque os filhos tudo pescavam, viviam do cari, do peixe. (**Conselheiro Hildo**)

Era ribeirinho porque sobrevivia da caça, da roça, da pesca. (**Conselheiro Gilmar**)

O Sr. Eládio Gonçalves, era ribeirinho? (**Defensoria Pública da União**)

Seu Eládio é do pé do pontão... (**Conselheiro Hildo**)

Mas ele era ribeirinho ou fazendeiro? (**Conselheiro Gilmar**)

Ele era ribeirinho mas ele mexia com gado também. (**Conselheiro Hildo**)

A criação de gado que ele tinha dizia que ele era fazendeiro ou ribeirinho? (**Professora Francilene - UFPA**)

Ele não vivia do gado não porque o Eládio não tinha nem 15 cabeças de gado. (**Conselheiro Hildo**)

Seu Eládio era ribeirinho também! (**Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana**)

Por quê? (**Professora Francilene - UFPA**)

Porque ele vivia do cultivo lá, ele mexia com a roça, mandioca, pescava. O gado era só para os meninos dele tomaram leite lá, era só pra consumo. (**Conselheiro Hildo**)

Gente, deixa eu falar uma coisa, sobre gado... Nós ribeirinhos, nós vivemos a nossa vida no rio. Se tinha condição de criar gado, ter um lote, ele foi construindo a fazenda dele. (**Conselheiro Aranô**)

Mas, explica o Conselheiro Aranô reiteradas vezes que nem por isso ele se torna fazendeiro. Porque o ribeirinho não destrói, “ele preserva, porque ele precisa”.

O Palhal era uma localidade composta por núcleos familiares tradicionais, que mantinham claramente uma relação de vizinhança e compadrio. Foi relatada festa tradicional que ocorria no dia 08 de dezembro todos os anos.

A área ali era boa. A gente tinha a pesca, tinha a caça, tinha a castanha, a seringa, o cupuaçu, correnteza e cachoeira dentro do rio, a vizinhança era muito boa, ninguém reclamava um do outro, todo mundo chegava no final de semana na casa de um e do outro, tinha bola, tinha jantar, almoço, tinha escola no Palhal. Não faltava nada na minha casa, tinha de tudo. Toda semana eu tava em Altamira, vendia meu peixe, comprava minhas coisas depois voltava de novo. Tanto eu como meu pai, meus irmãos, todo mundo fazia isso. Tinha galinha, tinha mandioca, macaxeira, arroz, feijão, cultivava tudo isso e pescava. A gente não dependia das pessoas, só dependia dos vizinhos para ir na casa no final de semana visitar e conversar, se divertir, tinha festa na casa de um chamava o beiradão todinho e era aquela festa. A festa de nossa senhora da conceição era 08 de dezembro, eram três noites seguidas. Hoje lá eu não conheço mais ninguém, quando eu chego no lá mora tanta gente que eu não conheço mais ninguém. Só conheço essa aqui (Francineide), a mãe e o pai dela que estão em um lugarzinho lá. A mãe dessa daqui (Delcilene) me conhece desde criança lá do Palhal. (Conselheiro Hildo)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Quem era mesmo lá do rio conhecia todo mundo que era morador e era veterano lá. Quem chegou depois que a Norte Energia veio, não conhece mais ninguém lá do Palhal. (Conselheira Delcilene)

Tinha escola lá no Palhal, eu estudei lá, minha irmã estudou lá, a gente cresceu lá. A escola era até a quarta série, tinha umas 30 pessoas ou mais. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Os ribeirinhos mapearam a vizinhança do Palhal. Partindo de localidade situada em terra firme, na qual vivia o Sr. Domingo Lurdes, que servia como um ponto de encontro dos moradores da região. Promoveram a diferenciação de fazendeiros e ribeirinhos e fizeram um relato de quem vivia junto das famílias tradicionais da região, como é o caso do Sr. Domingos, do grupo da Dona Francisquinha e da Sra. Joana Gomes.



Lilo Claretto/Arquivo Pessoal

O seu Domingos ele morava na terra. Lá ele criava gado, mas os filhos dele e ele, eles viviam da pesca. Era lá que no começo tinha a escola que a gente ia. A escola ficava na terra do seu Domingos, foi onde eu estudei. Eles viviam assim: criavam gado, mas não eram fazendeiros que vendiam gado pra fora. Eles tiravam o leite pro sustento deles mesmo. Eles cuidavam da área, não desmatavam, pescavam e viviam mesmo era da pesca. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Eles plantavam? (Ministério Público Federal)

Plantavam, faziam farinha, criavam galinha e essas coisas assim, criaram os filhos, os netos. Lá tinha um campo, eles sempre faziam torneio lá e a gente ia pra lá. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Sim, era nosso vizinho e a gente se encontrava. Ele plantava mandioca, arroz, ele mexia com tudo. (Conselheiro Hildo)

As festas eram lá? (Ministério Público Federal)

Lá não tinha festa não, era mais torneio. As festas eram na dona Antonia do seu Lucimar. Lá que era a festa do dia 08. A escola ficava lá e depois foi transferida pro seu Pedro. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

E quem morava lá? (Ministério Público Federal)

Morava ele, a esposa dele, os filhos e as filhas deles, que casaram e moravam lá, tinha netos, os meninos lá cresceram, casaram e tiveram os filhos lá mesmo. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

A relação com o seu Domingos era de vizinhança? (Ministério Público Federal)

Era sim, e ele era primo do meu segundo pai, do seu Lindolfo. Era um parentesco longe mas tinha um parentesco e era muito bom. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Vocês iam pra festa do dia 08 de dezembro? (Defensoria Pública da União)

Ia, pra festa da Nossa Senhora da Conceição. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Lá naquele beiradão não ficava ninguém, todo mundo ia pra festa, dançava até amanhecer. (Conselheiro Hildo)

Lá no seu Domingos era onde os rapazes, os ribeirinhos iam pra brincar de bola. E final de semana iam pra lá fazer disputa, ganhava dinheiro, refrigerante. (Francineide - ribeirinha)

O José de Jesus é sobrinho do seu Domingos. Seu Pedro é irmão, dona Francisquinha concunhada. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Os meninos também, o Manel, o José. (Francineide - ribeirinha)

E era tudo ribeirinho? (Ministério Público Federal)

Era tudo ribeirinho, era tudo parentesco. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Então eles moravam lá? (Ministério Público Federal)

Moravam lá, todos eles. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

E perto do seu Domingos quem morava, quem era o ribeirinho mais próximo? (Ministério Público Federal)

O Pedro e a dona Francisquinha que era em frente, ela morava na ilha. (Todos respondem)

Era tipo assim, aqui é a terra, aqui na frente era a Ilha da Francisquinha e bem aqui atrás era a ilha que era do meu pai. O seu Pedro morava do lado. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Quem era a dona Francisquinha? Ela morava lá fazia tempo? Era uma senhora? (Ministério Público Federal)

Ela foi pra lá com o esposo dela, depois o esposo dela faleceu e ela continuou morando lá com os filhos, eram todos casados, tudo pescador, eles vinham pra cidade vender o peixe. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Era tudo pescador artesanal, pescava carizinho. (Francineide – ribeirinha)

Foi sugerido pela pesquisadora Ana de Francesco fazer um desenho da vizinhança.

Então vocês estão aqui ó, vou desenhar. Aqui tem uma ilha. Com quem você convivia lá? Ribeirinho que vivia na mesma comunidade e vizinhava. Que não era na mesma ilha, mas que vocês viviam junto lá no mesmo local.

A gente morava aqui nessa ilha. Tem o seu Pedro Lourdes, seu Pedro Pedro, irmão dele, tinha o falecido seu Zé Magno na outra ilha (Ilha de Zé Magno). (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Ramiro já foi reassentado também, tá no Palhal, num lugar horrível, num pedral. Esse era ribeirinho também. A Bília é a esposa dele... O Ademiro, que pegou carta de crédito, mas também ainda não foi reassentado, foi a mesma coisa que fizeram comigo. (Conselheiro Hildo)

Mas ele morava lá e vivia do que? (Defensoria Pública da União)

Morava lá e sobrevivia da pesca, era morador de ilha, pescador. (Conselheiro Hildo)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Uma das marcas da região do Palhal era a pesca de peixes ornamentais. E a família da Dona Francisquinha veio do Alto Iriri, desceu para o garimpo do Curuá e teria se fixado no Palhal na época da 'fofoca do peixe ornamental'.

Moraram muitos anos lá... (Conselheira Francineide)

Hoje a dona Francisquinha mora aonde? (Ministério Público Federal)

Mora no Jatobá. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Quantos filhos ela tem? (Ministério Público Federal)

Tem cinco filhos, quatro homens e uma mulher. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Mas nem todos moravam lá? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Não. (Conselheiro Hildo)

O zé, o Manel e o Dival. O Nenê e o Chagas pescavam cari e ficavam mais na rua. Mas quem morava lá mesmo que tinha casinha era e tudo lá eram esses três, quatro com a dona Francisquinha. E tinham barraquinho lá. (Conselheira Francineide)

E eles estão hoje na rua, nenhum voltou pra lá? (Ministério Público Federal)

Sim, todos eles estão na rua, nenhum voltou, eles moram no Jatobá. (Conselheira Francineide)

E a ilha dela não existe mais? (Ministério Público Federal)

Não, acabou tudo, inclusive a gente passou esses dias lá e não tem mais nada, só as árvores secas. (Conselheira Francineide)

E quem morava mais perto dela? (Ministério Público Federal)

O seu Lindolfo, mais atrás da ilha da dona Francisquinha. Porque perto da ilha dela tinha o pessoal do Zé Mago e tinha o pessoal do Lindolfo, que era tudo pertinho. (Conselheira Francineide)

Lindolfo é quem? (Professora Francilene - UFPA)

É meu pai. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Era o Lindolfo e quem? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Seu Zé Magro, o nome da esposa dele é Socorro, só que ele já é falecido. Ele já faleceu há muito tempo. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Os filhos dele eram pescador de carizinho. (Conselheira Delcilene)

[A Dona Socorro] morava lá, a Sandrelina, a Sandra, a Maria, Raimundinha. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Tudinho são conhecida nossa. (Conselheira Francineide)

A Raimundinha é filha da dona Francisquinha. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Mas são duas Raimundinha... Tem a dona Francisquinha e a da Socorro. (Conselheira Francineide)

Depois do Lindolfo aí desce pra baixo. Vem eu, o Hildo. (Conselheiro Hildo)

Essas pessoas que vocês citaram agora, elas são da família do seu Lindolfo ou da dona Francisquinha? (Professora Francilene - UFPA)

Da Francisquinha. São vizinhos da dona Francisquinha. Seu Lindolfo é vizinho e o seu finado Zé Mago, da dona Socorro lá do Jatobá são vizinhos. A dona Francisquinha morava numa ilha bem no meio, em frente do seu Domingos, que tinha os campos de bola, colégio, tudo. A dona Francisquinha morava em frente. Os filhos dela moravam lá, o Manel, o Dival e o Zé. E atrás da ilha dela tinha o pessoal do finado Zé MAGRO, que morava atrás da ilha da dona Francisquinha. Rodeava assim e já era. E o Lindolfo bem do outro lado, na outra ilha. (Conselheira Francineide)

[O Zé Magro] era marido da dona Socorro, que também era parente da dona Francisquinha. (Conselheira Francineide)

Era cunhado. O seu Zé Magro era irmão do esposo da dona Francisquinha. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

E o Lindolfo? O Lindolfo também é parente deles, não é? Mas o Lindolfo é o que? Ou é a mulher do Lindolfo que era parente? (Conselheira Francineide)

Não, era meu pai que era primo de segundo grau deles. Ali era tudo uma parentela. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

A família do seu Zé Magro tava morando lá? (Professora Francilene - UFPA)

Não. (Conselheiro Hildo)

Não, eles saíram antes. (Conselheira Francineide)

Seu Zé Magro teve problema de câncer, aí ele faleceu, aí a esposa dele veio embora. (Conselheiro Hildo)

E quem era mais próximo do seu Zé Magro? (Professora Francilene - UFPA)

Seu Lindolfo. Eu conheço como pescador. (Conselheira Francineide)

Joana é a esposa do seu Lindolfo que é a minha mãe, eles eram só pescador. Eles plantavam macaxeira, milho, tinha umas galinhas, mas era pouco porque a ilha era baixa e alagava.. ficava só um pedacinho. Eu morava na mesma ilha, na Ilha da Samaúma. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Quem mais morava lá? (Professora Francilene - UFPA)

Era eu, minha irmã, que é a Francinete... Meu irmão morava mais minha mãe, meu irmão ele não quer voltar não porque ele tá morando em Marabá agora e só vem a passeio. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Como é o nome do teu pai? Ele tinha essa ilha lá e moravam quantos filhos lá com ele? (Ministério Público Federal)

Lindolfo. Morávamos todos com ele. (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Tinham três casas lá? Da Joana e seu Lindolfo, da Francenilda e da Francinete... (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Tinha uma lógica que era assim: a Francenilda e o esposo trabalhavam mais na roça. A Francinete com o esposo ajudavam o pai mais na pesca. (Professora Francilene - UFPA)

A família era unida, viveu todo mundo junto e uns ajudando os outros e a gente conhecia bastante eles, desde criança, nasceram e se criaram ali na ilha. Eram pescadores, tudo ali na região. (Conselheiro Hildo)

Eu conheço eles desde pequenos, moravam tudo lá. (Conselheira Raimunda)

Eu também conhecia porque eu morava lá pertinho. Eu ia pra casa da dona Francisquinha, que é sogra da minha filha, e eu ficava naquela área pescando e eu conhecia todo mundo, o pai dela, a mãe dela, a família dela todinha. (Conselheira Francineide)

E quantas casas eram? (Ministério Público Federal)

Tinha três barraquinhos lá. Agora não tem mais nada ali, nem a ilha. (Conselheira Francineide)

E quem mais morava perto ali? (Ministério Público Federal)

Seu Edmilson, pro outro lado, meu irmão, era pescador mesmo, a vida dele era a pesca. Morava ele mais a esposa Ivalena, na ilha. (Conselheiro Hildo)

Todos conheciam o seu Edmilson? (Ministério Público Federal)

Conhecia! (Francenilda – representante e filha da Conselheira Joana)

Conhecia pelo apelido, era 'Neguinho'. (Conselheira Raimunda)

Vocês jogavam bola também ali no seu Domingos? (Ministério Público Federal)

Digamos que lá no seu Domingos era a área de lazer dos ribeirinhos, não é verdade? (Conselheira Francineide)

Era! (Conselheiro Hildo)

Então quer dizer que os ribeirinhos tinham no Palhal uma área de lazer?
(Ministério Público Federal)

Era... (Conselheiro Hildo)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Ao final dessa primeira etapa, obtiveram um desenho da rede de vizinhança dos moradores ribeirinhos tradicionais do Palhal, que seria reduzido a uma listagem, para posterior validação com todo o conselho.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

COTOVELO

Os conselheiros representantes da região do Cotovelo são Nelson Dias Curuaia e Antônio Cavalcante, que conduziram o reconhecimento junto dos demais conselheiros e de antigos moradores da localidade: Rita Cavalcante, Maria Elani Cavalcante, Ivonete Cardoso da Luz, Wilson Gomes Nogueira, Raimundo Azevedo Nascimento, Claudio Rogério Gomes Nascimento e Maria Esmeraldina Silva da Silva.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Os conselheiros começaram a descrever sua antiga vizinhança a partir de suas redes de parentesco e vizinhança. O senhor Nelson Dias, que vivia com a esposa e dois filhos, era vizinho da família Cavalcante. Ambas as famílias têm descendência indígena. O pai, Terminor, vivia em um lote perto de Nelson.

A ilha do Bacabal foi primeiro da minha família, quando nós viemos dos altos, era minha família e depois passou para eles [Cavalcante]. Nós saímos, fomos para a aldeia e eles passaram a viver lá. Desde criança nós crescemos juntos, conheço esses filhos deles. Morava junto comigo dois filhos [Daniel e Debora Luz da Silva]. Tinha os vizinhos, que era o Francisco da Chagas, filho do Francisco Alves de Souza.

Eu morava na ilha e meu pai tinha um lote vizinho [Raimundo Luis Alves da Silva “Terminor”]. Era pouca gente. Aí tem o seu Chico [Francisco Alves de Souza], falecido, mas tem o filho dele, o Francisco das Chagas, o Neno. São dois, o Francisco das Chagas e o Marivaldo. (Conselheiro Nelson)

Tinha a Marizete também, era vizinha do Eládio, vivia em terra firme. Meus filhos se criaram lá, nós vendemos nossa terra porque lá não tinha escola. Consegui uma casa na cidade mas eles já vieram grandes pra cá, tudo crescido. Isso já faz tempo. (Maria Esmeraldina (tia de Nelson)

A região do Cotovelo era de poucos moradores, e muitos considerados veteranos já deixaram o rio, e os ribeirinhos entenderam que por isso romperam a história

ribeirinha antes do impacto causado pela Norte Energia. Daí que a discussão de identificação dos moradores dessa localidade foi um exercício de validação do critério de reconhecimento.

[A Marizete] se for usar os critérios, ela tem direito. Ela tinha casa, ela criava gado, mas também, pescava, fazia farinha, roça. (Sra. Rita Cavalcante - ribeirinha)

Eles tinham empregado? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Não. (Sra. Rita Cavalcante - ribeirinha)

Esse Raimundo Gomes [Nonato] era caseiro na Praia Alta. Ele e a família dele, a Socorro que é a mulher e os filhos. (Conselheira Delcilene)

Foi indenizado, pegou um assentamento lá no 27. Ele era ribeirinho sim. (Conselheiro Nelson)

Ele era caseiro mas nunca deixou a atividade, ele pescava, pegava peixe ornamental. (Conselheira Delcilene)

E sobrevivia da beira do rio. (Conselheiro Nelson)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Além incorporação desse critérios naturalmente aos debates, houve aqui decisões de exclusão de antigos moradores que compareceram na reunião para expor sua história. O reconhecimento não foi realizado apenas pelos representantes do setor, mas de todos os presentes que conheciam a região e os moradores. Isso porque a localidade é um ponto de passagem da região de baixo para Altamira.

Eu tenho todo o direito de me meter porque essa região lá do Cotovelo e Paratizão é uma região que sempre foi ligada com a outra. A gente se conhece desde criança, eu mais ele [Nelson], de jogar bola lá no Wilsinho e esse

conhecimento que eu acho que é importante. Não importa a área mas se um conhece o outro da beira do rio, isso que é a nosso trabalho no Conselho. Porque a gente se criou junto, como ele falou aí. Essa cidadã aí [Maria Esmeraldina], antes dela casar com o Nazareno, nós era amigo de festa né. Eles se criaram junto. (Conselheiro Aranô)

O rigor no trabalho do Conselho fica evidente quando, Maria Esmeraldina, tia de Nelson e amiga de longa data de Aranô não é incluída na lista por ter saído do beiradão há muito tempo, quando seus filhos ainda eram crianças.



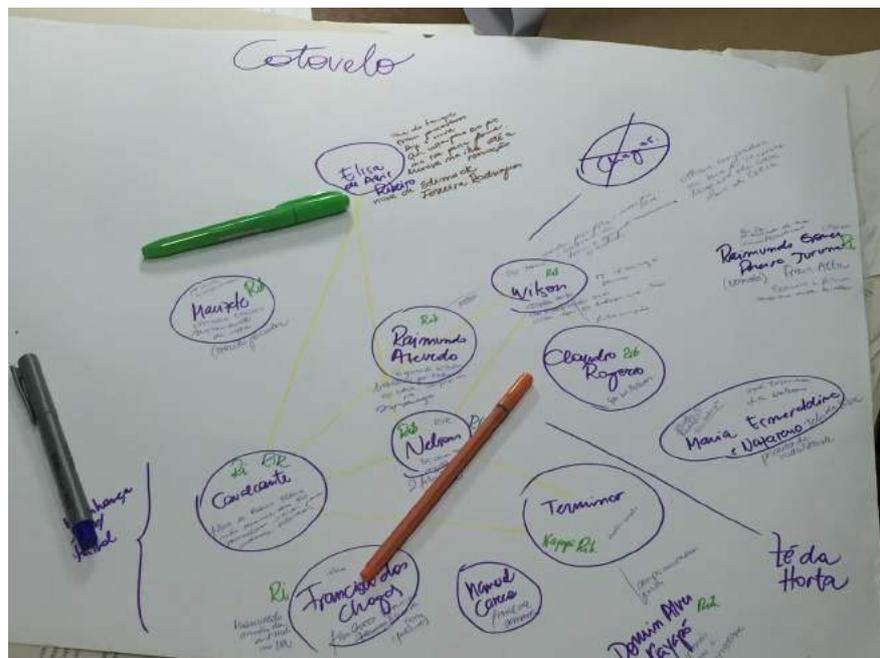
Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Das falas dos dois conselheiros, que já estão reassentados, ficou claro que após o enchimento do reservatório a região ganhou uma configuração peculiar. Com a formação de várias novas ilhas, houve um intenso processo de reassentamento de ribeirinhos nesta região, antes mesmos que houvesse sido autorizado o reassentamento nas áreas de APP.

Moro na área do Palhal, onde era a área do seu Pedro da Lourdes. Fomos um dos primeiros reassentados lá, me jogaram num lugar lá cheio de pedra, só com 200 metros de frente por 100 de fundo e lá era a área disponível. (Conselheiro Nelson)

Eles disseram que só tinha lugar no Palhal. Porque quando a gente foi voltar lá para a ilha, eles disseram que não tinha terra disponível. Ou vocês pegam a ilha de volta ou vocês correm o risco de ficar sem. Nós ainda falamos que a terra não era da Norte Energia, mas eles falaram que era pegar ou largar. (Sra. Rita Cavalcante - ribeirinha)

Os ribeirinhos manifestaram a necessidade de que sejam adotadas medidas para impedir a realocação de famílias desconhecidas em áreas deveriam ser destinadas preferencialmente aos moradores da região. E ao mesmo tempo afirmaram falhas no processo que precisam ser corrigidas, seja pela escolha das áreas, seja pelo tamanho das mesmas, seja pela ruptura dos laços de vizinhança.



Ao final dessa primeira etapa, obtiveram um desenho da rede de vizinhança dos moradores tradicionais que mantinham a história ribeirinha na região do Cotovelo com a chegada da Norte Energia, que seria reduzido a uma listagem, para posterior validação com todo o conselho.

PARATIZINHO

As conselheiras representantes da região do Paratizinho são Delcilene Gomes da Silva e Maria Francineide Ferreira dos Santos, que conduziram o reconhecimento junto aos conselheiros do Paratizão e Palhal.

A identificação dos ribeirinhos do Paratizinho seguiu a mesma metodologia já utilizada. O critério definido serviu como referência para orientar a interpretação da história de cada morador vizinho que os ribeirinhos conheciam profundamente. E, com isso, foi possível obter a rede de vizinhança da localidade.



Lilo Claretto/Arquivo Pessoal

Dona Francisca e Moisés moravam lá. Eles eram caseiros do Agostinho que era meu padrinho, mas eles eram ribeirinhos. Aí tem o João [João Claudenir Rocha Balão], tem o Zé [José Paulo da Rocha Balão], que são irmãos. Aí tem o Sibá. Tem o Rony, Antonio Rodrigues. (Conselheira Delcilene)

O Antonio Rodrigues era da comunidade? Vocês conhecem? Ele vivia lá? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Era pescador e vendedor de peixe também. (Conselheira Francineide)

Ele era comprador de carizinho, era pescador e atravessador. (Conselheiro Gilmar)

Eu conheci o seu Antonio Rodrigues pegando carizinho lá no Palhal. (Conselheira Francineide)

Esse Rony já foi reassentado? (professora Francilene - UFPA)

Já, o Rony já foi. (Conselheira Delcilene)

E o Rony, vocês conhecem ele? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Era ribeirinho sim. (Conselheiro Nelson)

Sim. (Conselheira Delcilene)

Quem era tua mãe? (professora Francilene - UFPA)

Maria das Graças. (Conselheira Delcilene)

Quem que morava com a Dona Maria? Quantos filhos? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Seis. (Conselheira Delcilene)

E quanto desses seis são casados? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Três, só que na época que a gente saiu de lá, só um que era casado... Tem o pessoal também que é o Rocha e o Titó. (Conselheira Delcilene)

Juarez Alves da Rocha, ele é Joca. O Titó ele morava junto com ele lá, o nome dele é Jaime e ele já foi reassentado. (Sr. Julio - ribeirinho)

O Jaime e o Jurez, tem mais um irmão, o Julio. Vocês moravam tudo na mesma casa? Você é o Julio? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Falta o Simão também e o José Orlando. (Conselheira Delcilene)

E ele foi reassentado na área que era da Batata? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Isso. (Conselheira Francineide)

Tem mais dois nomes aqui. Quem é o seu Sibá? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

É meu pai, é muita história. Ele fez uma casinha lá mesmo, quando a Norte Energia passou lá, indenizou e ele teve que sair. Ele morava lá no beiradão, ele é ribeirinho... Tem o pessoal que era da terra também, tem a dona Josa, que é ribeirinha também, são indígenas. Tem a Josa e o seu Aristides da Maria. (Conselheira Delcilene)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Tem o seu Chico do Aristides que é mais em cima. (Conselheira Francineide)

O Aristides a gente conhece, era morador de lá mais de 40 e poucos anos. (Conselheiro Cléo)

Vocês querem que eu releia tudo? Então vou fazer assim.. tem a Maria das Graças com seus dois filhos que viviam no rio pescando acarizinho, que é o Valdecir, mais conhecido como Deco, e o Rivaldo. Daí tem o Juarez e seus dois irmãos, o seu Julio e seu Jaime. Tem o Sinésio, o Simão, a Francisca e o Moisés que já estão reassentados. O Mundico que foi reassentado. Iran e Dodó, que estão excluídos. José Orlando que está na terra da Batata [Virginia Batista]. O João e o José, que estão ali perto da área da Josa, já reassentados, com a dona Nega. O Rony, que precisamos ver melhor o que está acontecendo. E tem o Antonio Rodrigues que tá reassentado mas que há uma controvérsia se é ribeirinho ou se é atravessador. Tem o Sibá, o Aristides e Josa, na terra firme. (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)



Eles são os moradores verdadeiros de lá. Mas agora a Norte Energia já colocou quantos nessa área já? (Conselheiro Cléo)

No Paratizinho, pela Norte Energia, são 28 famílias. (Conselheiro Aranô)

Deste modo foi construída rede de vizinhança do Paratizinho. Ao final, foi feita uma comparação do mapeamento dos ribeirinhos com a lista da Norte Energia, onde haviam mais pessoas e os nomes não batiam. Em parte pela dificuldade dos ribeirinhos de identificar seus vizinhos pelos nomes oficiais, já que quase todos tem um apelido, seja pela diferente setorização operada pela Norte Energia, seja ainda porque a empresa identificou como ribeirinho pessoas agora não reconhecidas pelos pares.

Esteve presente na reunião do Paratizinho a Senhora Genina, que relatou sua história no beiradão, forçando o conselho ao difícil exercício de exclusão, que resultou novamente na validação do critério estabelecido.

O meu nome é Genina Feitosa da Silva, eu moro aqui há 64 anos. Meus pais e meu irmão vizinham nessa ilha e eu moro no Paratizinho. Meu pai morreu com 78 anos e nos criou com o sustento dali. Meu tio ficou na ilha e morreu com 83 anos. Então a gente foi criada nessa ilha, a gente ficou todo esse tempo lá. Quando meu tio faleceu, meu irmão sofreu um acidente e eu fiquei na ilha tomando conta. Eu coloquei um caseiro para tomar conta de lá porque a gente tinha muita criação: galinha, pato, ovelha. De segunda a sexta eu ficava na cidade, na sexta eu ia para lá. A gente pescava para consumo e não fomos reconhecidos como ribeirinhos. Quando a Norte Energia chegou eu não estava. Quando eu cheguei lá para falar com eles, eles disseram que a ilha ia ser alagada. Em 2 meses foram lá e derrubaram tudo. O caseiro foi indenizado e nós ficamos sem a nossa ilha. O que queria questionar aqui é porque se você tem uma coisa de família, a gente nasceu, se criou e viveu ali. De repente você não tem o direito daquele lugar. Eu sempre ia nas reuniões mas nunca me deixaram contar a minha vida. Eu tenho certidão de nascimento dos meus pais que casaram lá. Meus 5 irmãos nasceram lá naquela ilha. Ali naquela ilha tem uma história, então porque a gente não é reconhecido? (Sra. Genina)

Eu vou explicar realmente o conselho outra vez. O conselho foi criado para reconhecer os ribeirinhos que sobrevivam lá da terra, da beira do rio. Eu só to explicando que eu não tenho esse poder de dizer quem tem direito e quem não tem direito nesse ponto. O conselho foi criado para os ribeirinhos que sobrevivem no rio, não pra lazer. (Conselheiro Aranô)

Acho que cabe vocês procurarem a Defensoria Pública porque vocês não estão encaixando aqui, vocês não viviam da ilha, certo? (Conselheiro Gilmar)

O caso dessa senhora é muito sério, porque envolve a história da família dela, do tio que casou lá, os filhos nasceram lá, toda a história. (Conselheira Francineide)

Não ser ribeirinho não significa não ter direitos e não significa não ter história. O que eu estou percebendo da família de vocês é que vocês são os fundadores dali, muito antigos, mas que um dia perderam o vínculo de ribeirinho, como eles estão colocando aqui... Mas quem estará autorizado a morar no reservatório é quem tem o modo de vida ribeirinho.. (Ministério Público Federal)

Embora o conselho tenha compreendido e respeitado o vínculo desta família com aquela localidade, considerando inclusive que poderiam ter o direito a manter sua ilha apenas por este vínculo histórico e familiar, não incluíram dona Gemina na lista de famílias ribeirinhas do Paratizinho. Havia sido decidido que o critério de reconhecimento não se baseava apenas na trajetória das pessoas, em sua histórica, mas na manutenção do vínculo com o território até o momento da chegada da usina. O critério definiu um vínculo mais econômico que afetivo, por isso dona Gemina ficou excluída. Economicamente seu vínculo era de lazer. Então o conselho não a reconheceu, reconheceu seu direito, porém não a reconheceu como ribeirinha.

3.3 Segunda reunião setorial de reconhecimento social - 23 de janeiro de 2017

No dia 23 de janeiro de 2017, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, foi realizada a segunda reunião de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. O objetivo da reunião era identificar as famílias tradicionais do beiradão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação com o rio Xingu tenha sido impedida pelo processo de remoção compulsória para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

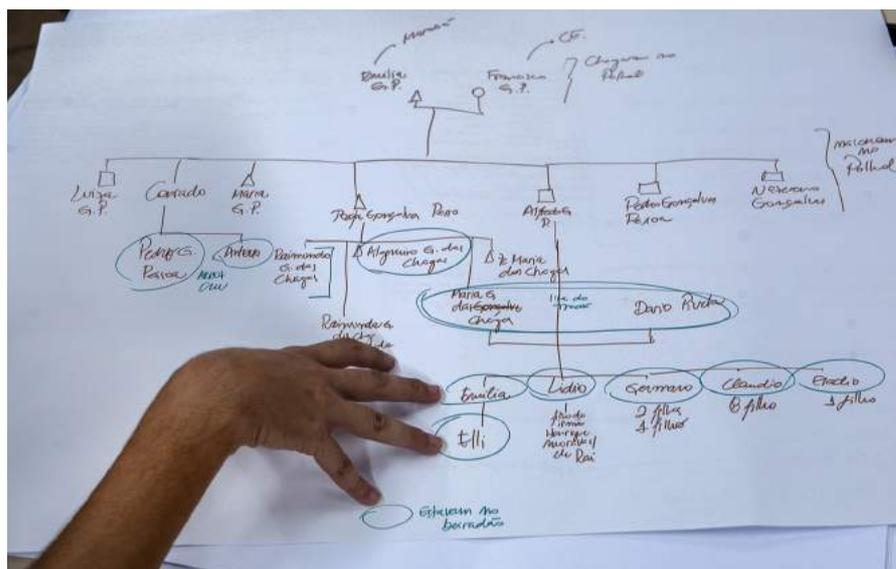
A reunião seguiu a metodologia definida anteriormente, de divisão dos trabalhos por setores, sendo essa data reservada para a região do Paratizão e Arroz Cru, representada pelos Conselheiros Cleo Francisco Aquino, Leonardo Batista Juruna e Alexandre Balão.

Segundo definido os representantes de cada setor seriam responsáveis por trazer a história de ocupação da região, mediante contato prévio com outros ribeirinhos da localidade, especialmente aqueles já reassentados, que inclusive poderiam ser chamados a participar. Os conselheiros que não representam o setor, mas que conhecem a localidade também se manifestariam nesse processo. E ao final os nomes seriam submetidos a todos os conselheiros.

PARATIZÃO

Na reunião de reconhecimento dos moradores do Paratizão estiveram presentes além dos conselheiros, outros ribeirinhos, como o Sr. Dinaldo Batista de Lima (Beja), Algemiro Gonçalves das Chagas e Lidio Gonçalves Pessoa. Os conselheiros realizaram reuniões prévias com os moradores já reassentados e conseguiram desenhar um mapa detalhado da vizinhança do Paratizão, com cópia de documento de identificação dos ribeirinhos que muitas vezes são conhecidos apenas pelos apelidos.

A história do Paratizão remonta à trajetória de três grupos comunitários bem definidos, ligados às famílias Batista, Pessoa e Gonçalves, cujos troncos genealógicos foram se cruzando com o passar dos anos. Dessas famílias, alguns tinham lotes na terra firme, outros permaneceram nas ilhas e outros deixaram o modo de vida ribeirinho antes da chegada da norte energia. Porém a evidência é da existência de uma extensa família tradicional no Paratizão.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Os depoimentos dos conselheiros e ribeirinhos presentes deixaram muito clara a forte e peculiar relação de parentesco da região e reafirmaram a importância de elementos do critério de identificação, que define que o ribeirinho tem comunidade.

Estava presente o **Sr. Dinaldo Batista de Lima**, conhecido como 'Beja', que hoje está reassentado na área do cafezal do antigo lote da dona Batata, como era conhecida a Sra. Virgínia Batista, sua mãe. A família batista é indígena juruna, ligada ao grupo que hoje vive na Terra Indígena Paquiçamba.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

O senhor pode contar a história da sua família, Seu Dinaldo, por favor? Quem é pessoa mais velha da sua família? (Pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

A pessoa mais velha era minha mãe, a Dona Virginia... lá nós vivia de pesca, vivia não, nós vive de pesca... tinha uma área tipo uma vila, tudo na beira do rio. Nós ficava num pedacinho de terra lá, a terra era 22 alqueires de terra pra todo mundo... tinha a minha, tinha a da minha mãe, tinha a do Cleo, meu genro ali, meu filho Derian, tem a do Divaldo, do Diano, o Divan morava com a minha mãe. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Ela [Dona Batata] ficava sozinha em casa, ele tomava de conta. (Conselheiro Cleo)

Aí a Diane, ela morava no fundo do nosso lote, essas pessoas aí... a Diane tinha 5 mil pés de cacau (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E mais alguém da família tinha pé de cacau? (Pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Eu tinha. Agora não tem mais, foi pro fundo. Tinha roça também... tinha roça lá, tinha pé de banana, de cacau, tinha tudo. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Tinha castanha? (Pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Tinha. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Quebrava castanha? (Pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Quebrava. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Era produção pra vocês ou vocês vendiam também? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Quando dava muito a gente vendia (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E fruta? Tinha fruta da mata? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Tinha açai, cupu..(Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

As frutas eram pra consumo ou vocês vendiam também?(pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Açai nós vendia, cupu era só pra consumo. Cupu brabo mesmo.(Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Tinha mata no lote? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Tem, nós moramos lá 40 anos e nós preservamos a mata. Nós tinha um pedaço desmatado pra roça. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E dessa família aqui, seu Dinaldo, o senhor recebeu reassentamento. É na área onde o senhor morava antes? No mesmo lote? E o resto da família? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

É, onde era o cafezal. Nenhum da família tá. Tem um trabalhando aí pelas fazenda. A minha irmã tem 5 filhos e ela tá comigo porque ela não tem casa onde morar. Eu levei ela pra morar comigo. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

A sua irmã morava lá antes? (professora Francilene - UFPA)

Sim, morava, é a Diane. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Seu Dinaldo, o senhor falou da sua mãe, dona Virginia, né? o senhor consegue lembrar um pouco dessa história de ocupação, quando vocês chegaram no lote? (professora Francilene - UFPA)

Nós morava lá embaixo, lá onde a gente chamava de banda, lá o pessoal morava lá dentro da aldeia né? (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

É lá perto da casa do papai, era dividido, morava lá embaixo mas era tudo o mesmo pedaço. Conselheiro Aranô)

Aí quando o marido da minha avó morreu, todo mundo foi saindo lá pro Paratizão... (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

Acabou a aldeia? A aldeia Juruna? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Foi, saímos de lá mas a gente tá sempre lá, né? é, Juruna... (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E o marido da sua avó chamava como? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

José Altino. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E a sua avó? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Nazaré (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

E o senhor Aranô, o senhor conhece como ribeirinho? (Conselheiro Cleo)

Claro, ele morava lá no Paratizão junto com nós... esse pessoal aqui tudo morava junto, todo mundo convivia lá junto. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Participou do reconhecimento também o Sr. **Algemiro Gonçalves das Chagas**, que ao narrar a história de sua família, revelou a forma como se cruzaram os três grupos de moradores veteranos do Paratizão.

Nós chegamos no Parati em 49, no tempo da seringa e da castanha. Agricultura era mesmo para sobreviver, em cada região tinha. Aí ficava lá mesmo. Os filhos arrumavam família. Meus avós mesmo moravam no Palhal. Minha mãe era Josefa Gonçalves Pessoa, o irmão dela é o Alfredo Gonçalves Pessoa, pai do Lidio. Tem o Pedro Gonçalves Pessoa. Nazareno Gonçalves Pessoa. Maria Gonçalves Pessoa e Luiza Gonçalves Pessoas. Esses eram filhos do meu avô Francisco Gonçalves Pessoa. A Emília era a minha avó. Meu avô mesmo veio do Ceará, veio cortar borracha, porque lá não tinha condição de viver, não chovia. Aí ele veio para cá. A Emília era de Marabá. Os filhos tudo nasceram e se criaram no Palhal. Aí minha mãe Josefa casou com o José Maria das Chagas. Todo esse pessoal nasceram e se criaram aqui... Meu irmão, José Maria das Chagas. Pegou o mesmo nome do meu pai. Tem o Raimundinho Gonçalves Pessoa, meu irmão. Ele morava lá numa ilha. Depois nós passamos para a terra. Nesses últimos anos o Raimundo estava morando numa terra no Parati grande. Aí tem a Maria Gonçalves das Chagas, que é a mãe do Dariel. Ela é esposa do Pivela, mas o nome dele é Dario. (Sr. Algemiro – ribeirinho).

Então a família de vocês fundou o Palhal e daí foi crescendo até chegar no Paratizão. E se misturou com a família do seu Beja... (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Aí foi misturando... Sou casado com a Elisa Batista de Almeida, que é irmã da dona Virginia, conhecida como Batata, irmã do Dario, conhecido como Pivela. (Sr. Algemiro – ribeirinho)

Os conselheiros do Paratizão optaram por priorizar a definição daqueles ribeirinhos que permanecem longe do rio. E levaram documentação daqueles que reconhecem ribeirinhos, a partir do que se desenhou, com apoio dos 'veteranos' presentes, o mapa do Paratizão, que apenas pode ser compreendido partindo dos grupos familiares mencionados.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Começa de baixo ou de cima pra baixo? Então começando lá do Paratizão, né, Diane Batista de Lima, que é uma que não tá reassentada, Divan Batista de Lima, Divaldo Batista de Lima, Diano Batista de Lima, Cleo Francelino Aquino, que sou eu... Aí vem o Derian Batista de Lima, que esse aqui é filho dele aqui, Dinaldo Batista de Lima, o Beja. Aí vem o Leonardo Batista, o Leonel Luz Batista e Ismael Luz Batista. Por enquanto tudo é terra firme, mas tem esse aqui da ilha: Egidio Neto da Luz Silva, o Edigio era vizinhança nossa. Tem o Siliverte, o neguinho. Ele mora no Laranjeiras. Antes ele morava na terra firme. (Conselheiro Cleo)

Agora aqui tem umas pessoas que também eram moradoras do Paratizão... No caso, o Fernando Florenço é um. O Lidio eu não sei como tá a situação do Lidio. Mas tem mais um veterano aqui também. Ronaldo Porto. Eládio Batista. Eli Pessoa de Souza, irmão do Lidio Gonçalves Pessoa. (Conselheiro Aranô)

Esse aqui era meu vizinho, o Ronaldo, o Lidio, meu tio Zé era meu vizinho também, o Fernando, o Eli, o Egidio era mais longe, morava na ilha mas tava bem ali no canal onde a gente passava. Era meu vizinho também o Zezão. (Sr. Dinaldo “Beja” - ribeirinho)

A rede de vizinhança e parentesco do Paratizão foi sendo desenhada seguindo o critério anteriormente definido. Ao tempo em que incluíam ou excluíaam algum nome esse

critério de revalidava. E com isso foi possível diferenciar o ribeirinho do fazendeiro, o ribeirinho de história antiga do ribeirinho de história recente, que se rompeu com o deslocamento compulsório da Norte Energia.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

Ao final, foi feita a leitura dos nomes incluídos, com a participação de todos o conselho, o que resultou na seguinte relação, que posteriormente seria ainda submetida a validação em reunião destinada a essa finalidade.

ARROZ CRU

Participaram do processo de reconhecimento social do Arroz Cru o conselheiro Alexandre Balão, os conselheiros do Paratizão e Trindade e os antigos moradores da região Francélia Nogueira da Costa, Francisco Barros Gomes, Delícia Ferreira dos Santos, Lucas Matias da Costa, Laurindo, Antonio das Chagas “Gino”, Euclides de Oliveira, Sebastião Cardoso e seu filho Manoel.

Os moradores do Arroz Cru já haviam se reunido e trouxeram para a reunião uma lista dos moradores ribeirinhos, a ser validada naquela ocasião pelo Conselho.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

O reconhecimento dos moradores começou pela terra firme, foram mencionados os nomes de todos aqueles que viviam na margem e tinham um modo de vida ribeirinho:

Lucas Matias da Costa, Laurindo, Rego Freitas Pessoa, Benedito Balão, Alexandre Balão, Mario Balão, que é o filho da Teodorinha, Maria Otília, Antonio Sales, Arnaldo Sales, é o Cotia, Marcio Luiz Balão, o Weides, Zé Vieira, Joelson, Joelma.

Em seguida os moradores das ilhas:

Delícia Ferreria dos Santos, Antonio Gomes das Chagas. Tem o Donizete também. O Otávio Gomes das Chagas, Francisco Barro Gomes, Antonio Gomes das Chagas, José Barro Gomes, Edilardo Barro Gomes, Nazaré Gomes das Chagas, Raimundo Gomes das Chagas, Manoel Lima dos Santos, Corró (marido Francélia), Donzin, o Euclides de Oliveira, é da terra firme. Sebastião Rocha da Silva, José Luiz Nogueira da Costa (filho da Francélia), José Paulo e José da Silva Chagas, é da ilha. Mais conhecido como seu Zé. Seu Antonio Gomes das Chagas é mais conhecido como Gino, tem o Quinha também, ninguém aqui sabe o nome dele, só conhece como Quinha. Tem ainda Rosimar Gomes das Chagas, Ronildo Gomes das Chagas.



Lilo Clareto/Arquivo Pessoal

[Sobre Benedito balão]. É sim, vivia de agricultura, cortou seringa, pegou castanha, morou a vida toda no beiradão. Ainda hoje os filhos vivem no beiradão. (Sra. Francélia - ribeirinha)

E Alexandre Balão, Mario Balão, tudo vivia com o pai, né? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Também! Tudo ribeirinho do pé rachado. (Todos respondem)

3.4 Terceira reunião setorial de reconhecimento social - 24 de janeiro de 2017

No dia 24 de janeiro de 2017, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, foi realizada a terceira reunião de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. O objetivo da reunião era identificar as famílias tradicionais do beiradão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação com o rio Xingu tenha sido impedida pelo processo de remoção compulsória para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

A reunião seguiu a metodologia definida anteriormente, de divisão dos trabalhos por setores, sendo essa data reservada para a região do Costa Junior, Babaquara e Bom Jardim, representada pelos conselheiros Raimundo Braga Gomes, Gilmar da Silva Gomes, Euclides Câmara de Oliveira Filho, Maria Luiza da Conceição. Além deles estavam presentes os conselheiros representantes dos demais setores, bem como ribeirinhos antigos moradores.

Segundo definido os representantes de cada setor seriam responsáveis por trazer a história de ocupação da região, mediante contato prévio com outros ribeirinhos da localidade, especialmente aqueles já reassentados, que inclusive poderiam ser chamados a participar. Os conselheiros que não representam o setor, mas que conhecem a localidade também se manifestariam nesse processo. E ao final os nomes seriam submetidos a todos os conselheiros.

A reunião foi acompanhada por ribeirinhos, pelo Ministério Público Federal, pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, pela pesquisadora Ana de Francesco, da UNICAMP, pela professora Francilene Parente, da UFPA e por observadores externos autorizados pelo conselho.

COSTA JÚNIOR

Estavam presentes na reunião os dois conselheiros do Costa Júnior, Raimundo Braga Gomes e Gilmar da Silva Gomes, além dos moradores da região José Almeida dos Santos, Edson da Silva Gomes, Alcir da Silva Gomes, Aureo da Silva Gomes, Denilson Gomes do Nascimento, Adelino Ferreira Correia, Mayara de Oliveira Camara da Silva, dentre outros ribeirinhos das demais localidades.

O Conselheiro Raimundo esclareceu a metodologia que os ribeirinhos haviam definido para a condução do processo de reconhecimento social:

Nós vamos fazer por ilhas. Vamos pegar o Costa Júnior de baixo para cima e vir subindo. Costa Júnior é uma área muito próxima e a gente conhece todo mundo, então fica muito fácil de fazer. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Em seguida se apresentam como moradores do Costa Júnior:

*Meu nome é **Gilmar da Silva Gomes** e eu sou morador do Costa Júnior. (Conselheiro)*

*Meu nome é **Edson da Silva Gomes** e eu sou morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***José Almeida dos Santos**: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***Alcir da Silva Gomes**: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***Aureo da Silva Gomes**: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***Denilson Gomes do Nascimento**: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***Raimundo Braga Gomes**: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)*

***Adrelino Ferreira Correia**: morador do Costa Júnior também. (Ribeirinho)*

***Mayara de Oliveira Camara da Silva**: moradora do Costa Júnior. (Ribeirinha)*

Benedito Barros Ferreira: morador do Costa Júnior. (Ribeirinho)

Esse foi o primeiro morador do Costa Júnior. (Conselheiro Raimundo Berro Grosso)

Edilson Gomes do Nascimento, morador do Costa Júnior. O Benedito Barros é meu tio. (Ribeirinho)



O Conselheiro Raimundo 'Berro Grosso' explicou que esses eram os ribeirinhos moradores tradicionais do Costa Júnior, deixando evidente a sua absoluta convicção em identificá-los e a forte relação comunitária que existia na localidade.

Esses todos são moradores da ilha do Costa Júnior, de uma ilha só. Tem também o Edson da Silva Gomes. É tudo uma ilha só mas eram várias moradas. A história de todo mundo do Costa Júnior é uma história só. Todos são ribeirinhos pescadores e tem seus cultivos de macaxeira, pé de caju, batata, todos tinham a mesma vida. O Costa Júnior era uma área grande. Em uma parte da ilha ficava uma grande parte da família e nas outras três áreas outro restante. Moramos lá desde o dia 11 de novembro de 1977, são pessoas que nasceram e se criaram nessa região. O último que chegou lá é esse meu cunhado que casou depois com a minha irmã, Elza Maria Braga Gomes. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

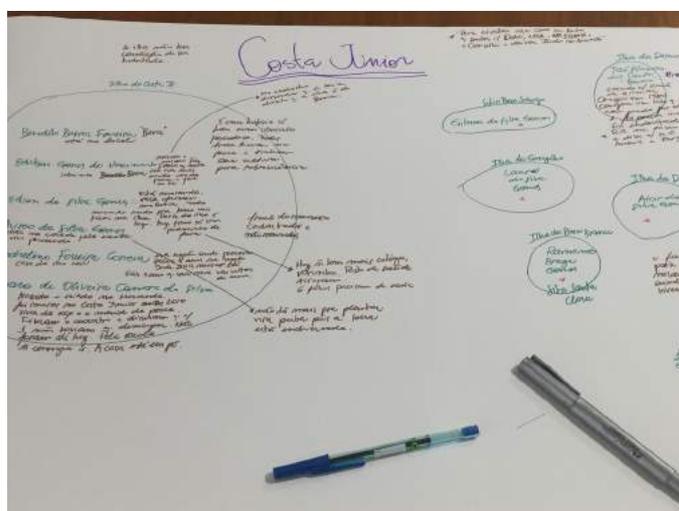
Eu praticamente nasci dentro de uma canoa, eu nasci lá. Comecei a mariscar eu tinha 7 anos de idade. A minha vida todinha foi lá. Depois dessa barragem eu tive que vir para a rua, mas eu não queria. Para me sustentar era só do peixe mesmo. E lá era uma localidade que eu sempre me dei bem. E hoje eu sinto falta. Eu morava com o meu tio, meu pai, era uma família grande. Eu ajudava meu pai lá. Já tá com dois anos que eu estou aqui na rua. Eu mexo com pesca ainda até hoje, paro lá na ilha do meu tio. Eu sempre vou para lá ajudar, ele é meu tio, mas eu considero ele como meu pai e ele precisa da minha ajuda. Eu

não posso estar lá direto porque me tiraram a força, fizeram meu cadastro. (Edilson Gomes do Nascimento – ribeirinho)

Ele morava na mesma área que o tio dele, mas tem a casa dele, que até hoje está lá. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

O Conselheiro seguiu identificando os moradores das outras ilhas da região.

Aí vem as outras ilhas. Primeiro tem a ilha do Gilmar da Silva Gomes. Aí vem o Lauro da Silva Gomes, em uma ilha que só ficava ele, bem próxima do Gilmar. Aí vem a minha ilha, Raimundo Braga Gomes. Depois vem a ilha do Alcir da Silva Gomes. Aí vem o José Almeida dos Santos, que é o meu cunhado. Essas são as localidades. Se não morou, eu não vou colocar aí... Eu não vou incluir o nome de quem fez um barraco com intenção de receber uma indenização. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)



A descrição das histórias das famílias que viviam na região trouxe uma outra história, que diferencia a realidade fundiária e o estado de preservação ambiental das regiões a montante e a jusante de Altamira. Enquanto famílias ribeirinhas do Palhal, Arroz Cru e Paratizão ocuparam a terra firme e preservaram a mata, na região do Costa Júnior foi descrito um processo violento de concentração fundiária e grilagem de terras. Foi narrada a forma como os fazendeiros negociaram as áreas ribeirinhas. *Ele oferecia dinheiro para os ribeirinhos saírem de lá, mas quando não queria sair, ele botava as cabeças de gado e eles passavam por cima do teu milho, do teu arroz e tinha acabado tudo. E as suas vaquinhas que você tinha botado pra dar o leite para os meninos também tinha ido embora junto com o gado deles. Ele pressionava para venderem os lotes. Esses fazendeiros expulsaram as pessoas para as ilhas, que é onde nós vivemos até o dia de hoje. Se os fazendeiros pressionavam para um sair, o resto acabava saindo porque ficava com medo de ficar ali sozinho e acuado. Isso foi em 1998. Época da SUDAM.*

Nesse contexto, hoje os moradores do Costa Júnior estão sendo reassentados pela Norte Energia na região do Palhal.

Além do reconhecimento social, algumas outras questões específicas do Costa Júnior foram levantadas. Por se tratar da localidade onde foi definido o remanso do reservatório, algumas famílias foram cadastradas em 2011 mas em 2015 não foram removidas, sem compreenderem o processo e tendo paralizado ao longo destes anos as suas atividades produtivas.

Nessa área do Costa Júnior ninguém foi indenizado. Eles fizeram o cadastro, pediram para não fazer plantio nenhum. Então todos estão na mesma situação. Foram obrigados a abandonar seu setor porque não podiam fazer nada. Cortaram todas as plantas que a gente tinha e depois falaram que a área não ia ser afetada. Essa área está bem atingida, não tem como dizer que não. Muitos estão morando lá, todos tem seu cultivo e sua pesca, não tem como sair de lá. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Pois é, o pessoal da Norte Energia esteve lá e queriam me dar uma melhoria para eu ficar lá, mas me tirar não. (Edson – ribeirinho)

É porque como todo o pessoal saiu, ele ficou lá sozinho, isolado. O grande ponto também é que eles chegaram lá 3 anos atrás e mandaram a gente parar com tudo. Porque tudo que fizesse não ia constar como benfeitoria a ser indenizada. Eles chegaram e falaram: se você pregar uma tábuia a mais ou fazer um galinheiro nada disso vai ser indenizado se você construir. (Conselheiro Gilmar)

Conferiram todas as moradias, contaram até os pés de cajá que tinham lá. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Lá perto de nós, mais pra cima, teve gente que foi indenizada, mas nós não. (Edson – ribeirinho)

Teve gente que era vizinho comigo, tá uns 30, 40 minutos de barco subindo e estão dentro da área afetada, mas nós não estamos. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Acontece que eles perderam a metade do que eles tinham. A parte que usa no verão, perdeu. (Conselheira Socorro)

La está bem impactado porque essas ilhas têm só um lado alto, pra lá tem lago, pra lá tem o rio. Então tinha um pedaço lá que era alto, que a gente plantava e criava. Só que com a enchente do reservatório, lá aumentou, o lago cresceu e para a frente que é o rio, né? Então não dá pra conseguir viver. (Edson – ribeirinho)

Ficou só um lombo de terra, praticamente como é uma embarcação quando alaga e fica só o fundo. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

E eu já fui uma vez com eles mas eles disseram que a nossa área não ia ser impactada. E tem pessoas que tão lá perto e receberam indenização. (Aureo – ribeirinho)

Essa área do Costa Júnior tá isolada. (Conselheiro Gilmar)

Se o José Almeida dos Santos não fosse impactado e o Edson fosse, eu concordaria porque o Edson tá aqui, é uma das primeiras moradas do Costa Júnior. Mas o José é dos últimos. É o último morador e ele foi considerado como impactado. Como que os outros não foram? (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Agora eu não entendi, doutora, porque não tiraram essa ilha. Porque quando eles foram fazer o meu cadastro lá, ele chegou pra mim e falou, olha seu Aureo, vou botar 3 propostas muito boas pra você e você vai ver qual vai te agradar pra eu fechar o teu cadastro. Aí de primeiro ele colocou 131 mil reais na ilha. Isso foi em 2013. A segunda proposta, se você não quiser os 131 mil da carta eu te dou uma casa em qualquer um dos 4 reassentamentos. E se não quiser nenhuma dessas duas, eu te dou um ou dois alqueires de terra no 27 com casa pronta. Eu queria a terra e a proposta agradou. Então ele disse: de hoje em diante então eu fecho o seu cadastro e você não plante um pé de coco naquela ilha porque eu conferi e vi o que o senhor tem lá. Eu falei pra ele: o senhor vai me tirar daí ou vai fazer eu parar o serviço lá? Ele falou que eu tinha que sair porque minha terra tava na área do reservatório. Eu falei tá bom. Depois me ligaram para ir lá e começar a remover minha ilha quando foi umas oito horas da noite ele me ligou e disse: não, a sua ilha não vai sair. Porque não vai sair? Ele disse que um cara que veio de fora falou que não ia precisar sair. Ele disse: fica lá com a tua ilha mesmo, se não quiser voltar pra lá deixa lá se acabando. E isso ele fez com todo mundo. (Aureo – ribeirinho)

É, eles fizeram um cadastro lá e falaram que depois voltariam para colocar no papel junto comigo cada pé de planta. Mas nisso ele sumiu. E depois de dois anos ele voltou dizendo falando que eu tinha direito a um valor de mil cento e poucos reais desse tempo todo que a gente morava lá. Ele falou que a água ia alagar a minha ilha e eu ia ter que sair. Como a minha filha tava precisando fazer uma cirurgia, eu aceitei a proposta. Ele falou que se não tivesse bom eu jogava na justiça e que poderia ficar na parte que não ficaria alagada. Isso foi em 2013... Aqui tá o Edson, o Aureo, o Bena, o Edilson, o André Lino e a Mayara. Dá 45 minutos daqui do começo até o fim. O remanso do rio fica aqui, mais pra baixo ia ser impactado, mais pra cima não. Então aqui em cima, o José Almeida dos Santos, foi considerado impactado e indenizado. Se falaram que dentro do remanso não seria impactado, já dá pra ver o erro. E essas pessoas que estão tudo aqui dentro do remanso. Tinha que ser um inverno muito grande para alagar minha ilha. Essa do Edson já foi pro fundo, mas a minha não. Agora não dá pra entender como um eles falavam que um prédio de dois andares ia pro fundo e o de um andar não ia? Não consigo entender essa lógica. Então aqui foi indenizado e ali não. Eu fiquei lá um tempão esperando lá na ilha, pagava gasolina pra ir e voltar e nunca entregaram nosso SPU. Não entregaram porque sabiam que se a gente tivesse

a indenização seria maior, mas ela nunca chegou. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Com a saída dos vizinhos, o fechamento da escola e do posto de saúde que atendia a região e a alteração ecológica do rio, mesmo aqueles que não tiveram que sair, narraram dificuldade para permanecer. Foi rompida uma rede de apoio e ajuda mútua que era garantida pela rede de vizinhos e parentes. Além disso, não existe mais infraestrutura de saúde e educação para os filhos.

Nessas ilhas nossas tem a plantação de inverno e de verão. A água faz com que a ilha que tinha um, dois metros de fundura agora fica só na água e tudo morre porque fica tudo alagado o tempo todo. (Conselheiro Gilmar)

Eu também tive que sair porque acabaram com a escola lá e nós viemos para a rua, mas eu sempre tô lá pescando, toda semana eu tô lá. Mas fazer alguma coisa na ilha agora não compensa, porque eles mandaram não mexer. Agora eles entregam uma ilha lá pra gente começar do zero? Lá numa ilha que quando você plantar um pé de banana quando ele pega raiz ele morre. Se eu planto uma macaxeira quando vai arrancar vira puba. (Sr. Aureo - ribeirinho)

Lá eu vou pescar, tenho o meu barraquinho. Agora a madeira tá fraca e ele caiu mas eu vou ativar ele de novo. Eu sou analfabeto, eu só sei pescar. Eu sou de outra região mas eu pesquei 7 anos lá até hoje. Fiquei no meu barraco lá desde 2011. Saí de lá no ano passado. Na verdade eu não saí, eu só não parei mais lá porque a água matou nossas plantações. (Sr. Andreino – ribeirinho)

O problema de lá hoje é que se um motor quebrar, você não encontra uma vizinhança ali pra pedir ajuda.. não tem mais ninguém. Hoje se um motor quebrar você tem que remar no banzeiro porque não tem mais nenhum vizinho naquela região pra socorrer a gente. (Sr. Aureo – ribeirinho)

Minha história era que eu morava lá. Nasci e me criei lá na região da Meranda. Depois eu saí de lá e fui morar no Costa Júnior, foi antes de 2011. Eu vivia da roça e meu marido vivia da pesca. Foram lá fazer o cadastro e falaram que era pra gente desocupar que com um mês eles iam indenizar a gente mas até hoje estamos esperando. Fui lá esses tempos mas agora meus filhos estão estudando e como que eu vou ficar lá? Derrubaram a escola e o postinho de saúde. A única renda que eu tenho é o bolsa família e moro de favor no fundo do quintal da minha sogra, no São Joaquim. Lá na ilha tem uma casa e ainda tá em pé. (Mayara - ribeirinha)

Os ribeirinhos da região já reconhecidos e reassentados pela Norte Energia relataram também que estão tendo problemas em suas novas áreas.

Eu cheguei aqui em 1980. Desde esse tempo que eu nunca saí de lá do Costa Júnior. Casei com a irmã dele [Raimundo Braga Gomes], comprei um lote e continuei pescando nas ilhas. Saí da minha ilha faz um ano e pouco. Me deram 15 mil. Não pagaram nem a madeira que serrei. Eu fiz o cadastro mas eu

encrenquei com eles. Eles me deram um assentamento dentro da fazenda do Délio. Aí quando eu cheguei lá com um dos meus cunhados o Délio baixou lá com mais um e falou que se eu não sáísse agora ele ia chamar a força nacional. Quem é o dono da terra? A Norte Energia ou ele? Aí eu falei: meu amigo, não tô fazendo nada pra você chamar a força nacional. Um homem na minha idade não entra em nada dos outros sem autorização. Eu vim aqui com autorização da Norte Energia. Mas ele disse que NESA nunca comprou terra dele e nunca pagou por nada e só pediu para eu sair. Eu conheço o Euclides, via ele lá. Depois eu recebi uma ligação para receber a madeira lá. Aí disseram que tinham conversado com o seu Délio e tava tudo certo. Mas aí eu disse que para estar resolvido o Délio tinha que sentar comigo, com a Norte Energia, com o MPF e com o Conselho para eu poder voltar pra lá. Do contrário eu continuo dizendo que eu não quero. Eu to com 72 anos e não vou bater de frente com fazendeiro... (José Baiano - ribeirinho)

Lá foi a mesma coisa. Quando eu tava limpando chegaram lá para perguntar porque eu tava mexendo ali. Estava tudo aberto, o gado andando por lá e ele disse que era melhor eu ir embora. Mas agora na minha área já passaram a cerca. Ele mudou aquela cerca de lugar. (Conselheiro Euclides)

Quando a dona Patrícia [Norte Energia] leva a gente num lugar para ver a área ela fala que só tem aquele lugar, não tem opção. Se você quiser, é esse aqui, se não quiser tem que ficar para depois. (Edilson - ribeirinho)

BACABAL

A identificação dos moradores do Bacabal seguiu a mesma linha da área do Costa Júnior, e muitos ribeirinhos conheciam esse local, que é uma passagem diária entre suas localidades e Altamira. Portanto, além dos conselheiros do Bacabal, João Batista e Raimundão outros ribeirinhos participaram da identificação.

Esteve presente á reunião o ribeirinho Arnaldo Costa Pereira, que relatou a sua exclusão pela Norte Energia, foi reconhecido pelos pares e auxiliou no processo de identificação.

O que eu quero falar hoje da ilha do Bacabal, como o Raimundo 'Berro Grosso', esse aqui outro é meu tio. Eu fiquei de fora depois de tantos anos que eu pesco lá. Eu não consto nessa terra. Só consta ele mais a esposa dele e eu fiquei de fora. Mas eu trabalhava nessa ilha e não ganhei nada até agora. Eu nasci e fui registrado no Bacabal. Eu sou o Arnaldo Costa Pereira. (Naldo - ribeirinho)

Esse aqui é nascido e criado mesmo... (Conselheiro Euclides)

Na mesma ilha que nós morava tem o Mané Chico, o Manoel Vieira de Souza, que é o irmão do Domingos Vieira. Nessa que a gente morava (eu, mané chico e domingos) é a mesma ilha que tem o colégio, na Ilha dos Espanhóis, que derrubaram esses dias. Ali conhecido tem o Antonio, que vive na outra ilha, que é conhecido como Matarrancho. Essa ilha é a ilha que nós mora, tem o furo da Meranda, que é onde mora a dona Claudia. A ilha do Bacabal é a mesma ilha dos Espanhóis. Essa é a ilha do Bacabal, onde a gente morava. É mesma ilha, só que ela faz um furo por dentro. Na outra ilha grande, conhecida como Bacabal grande, é onde mora o Raimundão e Fátima. Nessa mesma ilha morava o Paulo, o Donaldo e a menina Edileusa, que pegaram reassentamento agora no 27. O Paulo era o chefe, o dono da casa. E o Donaldo era o caseiro. Depois ali tem o Antonio Matarrancho e o Corta Panela. Mas a gente não sabe o nome dele. (Naldo - ribeirinho)

Vocês reconhecem o corta panela como ribeirinho? e o Matarrancho? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

É sim, são pescador igual nós, você pode procurar que todo mundo conhece ele. Ele já reassentado no Paratizão. (Naldo - ribeirinho)

Então tem três ilhas, a ilha do Bacabal, Bacabalzinho e a ilha do Pedra Roxa. (Professora Francilene - UFPA)

O meu caso tá complicado porque o Domingos ganhou a terra dele, foi indenizado e eu fiquei de fora. Ele ganhou a terra no Trindade. Desses 24 mil, ele só me deu 2.500. Se ele ganhou a terra, ele tá lá com a família dele. Então eu também quero porque eu tenho a minha família também. (Naldo - ribeirinho)

MERANDA

Estavam presentes os conselheiros: Euclides Camara de Oliveira Filho e Maria Luiza da Conceição. O Sr. Euclides é um dos ribeirinhos mais antigos da região e seu testemunho além de auxiliar em outras regiões, foi ouvido reiteradas vezes, até que os ribeirinhos afirmassem a convicção dos nomes indicados. Alguns nomes foram excluídos. E nesse processo de depuração da lista da Meranda ficou evidente que apenas os conhecedores da região e da história de cada um podem dizer quem teve a história rompida pela Norte Energia.



[E o Sr.] João Batista. Pescador? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

O João Batista, a mãe dele era a primeira parteira que pegou criança naquela região todinha, a dona Zeca. Nunca vinham pra cidade pra ganhar neném naquela época. Ela pegou criança que nasceu e se criou naquele beiradão. O filho dela nasceu e se criou ali também. (Conselheiro Raimundo)

Então podemos dizer que o João Batista é um ribeirinho? (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Ele é um ribeirinho como todos nós! (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

E o Baiano Preto, é ribeirinho? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Baiano Preto é ribeirinho, ele foi muito tempo caseiro do pessoal dos Espanhóis mas ele é ribeirinho porque ele se adaptou na ilha lá. (Conselheiro Raimundo)

Aquela ilha lá não tem pra ele, ele sabe tudo lá...(Conselheiro Euclides)

E o Jesus e a Emília? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Eles eram ribeirinho, pescador, faziam uma farinha lá que tu é doido menino... (Naudo – ribeirinho)

Esse daí já tão assentado pra baixo já, pras bandas do Cotovelo, como é o nome lá? Ah, é no Palhal. (Conselheiro Euclides)

E a dona Osvaldina, ela é ribeirinha? (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

A dona Osvaldina é, original mesmo.(Conselheiro Euclides)

[...] *É esse que o senhor tava falando que não morava lá?* (pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Não morava. Só ia final de semana. (Conselheiro Raimundo)

A casa dele era só pra lazer mesmo. (Naldo - ribeirinho)

BABAQUARA

Babaquara é a ilha que nós morava, bem de frente do igarapé do Babaquara. (Conselheiro Edvaldo)

Heleno da Costa Ferreira. Quem é o seu Heleno? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

É o meu pai. (Conselheiro Edvaldo)

Conheço essa fera. (Conselheiro Raimundo “Berro Grosso”)

Ele morava lá? Pescava? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

É pescador. Morava minha mãe. Quando a gente era pequeno, eles se separaram. Nós éramos em cinco irmãos, três mulheres e dois homens. Nós homens ficamos com ele, as mulheres foram com a minha irmã... Eu e meu irmão Edileno de Moraes e o meu é Edvaldo de Moraes. Fomos nós que acompanhamos ele. Nascemos no beiradão, nos criamos e crescemos lá, pescando na poupa da canoa...Nós fomos crescendo e se adaptando lá, logo eu comprei uma canoa pra mim e comecei a pescar. A gente vinha pra cidade só pra trazer o peixe, aí sempre a minha vida foi no beiradão. Minha profissão é a pesca, o meu irmão também. (Conselheiro Edvaldo)

Conheço demais o Adevaldo. (Conselheiro Raimundo)

Ele morava lá o Adevaldo? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Morava, é ribeirinho também. Tem mais outro vizinho também mais abaixo, que é o Marcilio da Costa. Ele foi reassentado. Ele era pescador, ribeirinho. (Conselheiro Edvaldo)

E ele é da sua família, seu Raimundinho? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

É meu irmão, o Dielzinho.

Tem o Marcelo Nascimento da Costa, que é o filho dele que morava lá também, filho do Diel, que foi reassentado junto. Tem outro filho também do Marcilio, que é o Adriano Nascimento da Costa, que tá no mesmo reassentamento. Os outros da nossa família que nós somos tudo filho ali

daquela região, a maioria já é falecido porque é gente antiga dali. São esses que estão vivos. Aí tem esse outro rapaz que era vizinho da gente, ficava no furo do cemitério subindo.

Qual é seu nome? (Professora Francilene Parente - UFPA)

Pedro Ferreira Gouveias

Esse era o homem que engordava as capivaras pra nós comer. Botava as roças de milho que as capivaras caíam dentro e eu achava bom. (Conselheiro Raimundo 'Berro Grosso')

A mãe dele a gente também reconhece. (Conselheiro Edvaldo)

Só que minha mãe, antes do cadastro da Norte Energia, meu pai adoeceu e tem uma história, foi quase uma promessa que eu fiz que se meu pai escapasse daquela eu ia tirar ele de lá. Quando meu pai escapou a primeira vez eu consegui uma casa e dei pra eles aqui em Altamira, uma casinha de madeira. Aí foi quando a Norte Energia passou lá fazendo o cadastro a minha mãe ficou fora.. meu pai acabou morrendo um ano depois e minha mãe não voltou mais pra lá... (Sr. Pedro)

Aquela merece um pedaço de terra, muito trabalhadeira, uma pessoa muito sofrida.. (Conselheiro Raimundo 'Berro Grosso')

Não é que merecia, é que tem direito né. (Conselheiro Edvaldo)

Tudo isso é a parentela que fazia parte lá da nossa área, aqui é minha mãe, irmã, irmã, sobrinha. Tudinho aqui ó. E queria falar e deixar registrado é que eu tenho visto um povo que saíram da atividade que não são reconhecido como ribeirinhos e tão entrando no nosso meio. Então quero deixar bem claro pro conselho que não deixem passar isso. Tem que ser pelo certo... (Conselheiro Edvaldo)

3.5 Quarta reunião setorial de reconhecimento social - 30 de janeiro de 2017

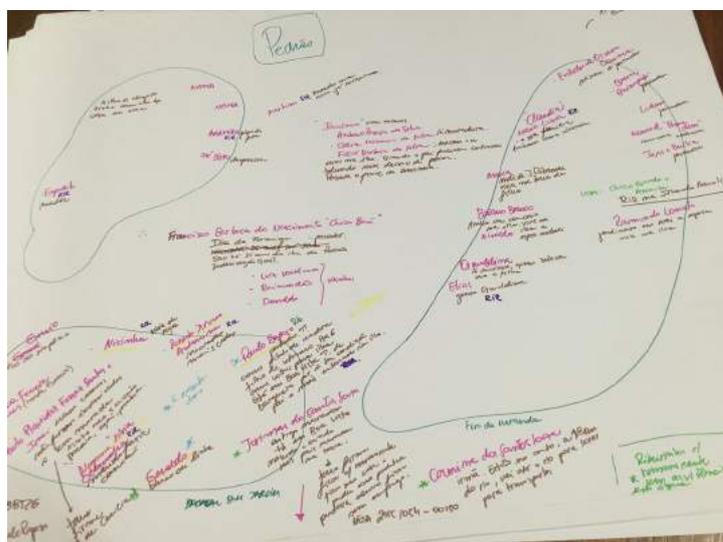
No dia 30 de janeiro de 2017, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, foi realizada a quarta reunião de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte. O objetivo da reunião era identificar as famílias tradicionais do beirão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação com o rio Xingu tenha sido impedida pelo processo de remoção compulsória para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

A reunião seguiu a metodologia definida anteriormente, de divisão dos trabalhos por setores, sendo essa data reservada para a região do Pedrão ou Pedão, Meranda, Bacabal (segunda validação), Barriguda, Ilha do Acioly, Padeiro, Sossego, Arapujá, Curica e Bom Jardim. Os conselheiros que não representam o setor, mas que conhecem a localidade também se manifestariam nesse processo. E ao final os nomes seriam submetidos a todos os conselheiros.

A reunião foi acompanhada por ribeirinhos, pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União, pelo IBAMA, pela professora da UFPA, Francilene Parente, pela pesquisadora da UNICAMP, Ana de Francesco, pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre e por observadores externos admitidos pelo conselho.

PEDÃO/PEDRÃO

A reunião em torno da ilha do Pedão reuniu vários conselheiros e ribeirinhos que orquestraram um pronunciamento conjunto sobre o povoamento da região. A fala de um era validada pelos demais e com isso obtiveram um desenho que depois rediscutido nome a nome. A construção dessa vizinhança em conjunto foi uma demonstração de que, uma vez definido o critério para identificação do ribeirinho, apenas os próprios ribeirinhos podem afirmar que tem a história que esse critério exige.



É bom todos os conselheiros estarem aqui para validar as informações. Dona Marta, a senhora que é antiga de lá poderia nos contar quem era de lá e quem vivia de lá. (pesquisadora Ana de Francesco - UNICAMP)

Na ilha era eu e a mãe Dona Neusa, o Agemiro e Seu José Bispo. Agora vou falar dos vizinhos da ilha: dona Joaquina, seu Antonio da Silva "Inocência", já falecido mas dois filhos ficaram, a Célia e o Félix. (Conselheira Marta)

Eu, Célia Minerva da Silva e Félix Barbosa da Silva. (Conselheira Célia)

Esses são os vizinhos do lado esquerdo, pro lado da Fazenda. Do lado direito eu conheço o Seu Expedito, que era o caseiro de lá. (Conselheira Marta)

Ele era caseiro. (Conselheiro Euclides)

Seu Zé Bispo desapareceu. Ali vivia todo mundo junto, eram 5 famílias que vivam lá. (Conselheira Marta)

Esse aqui, seu Francisco, o seu Chico, é nosso primo e é dos moradores mais antigos do Pedrão. (Conselheira Célia)

Nascido e criado lá. Francisco Barbosa do Nascimento. (Francisco – ribeirinho)

Ele aqui foi dos primeiros moradores de lá. (Conselheiro Euclides)

O senhor morava aonde? Qual foi a sua última morada? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Minha última morada foi na Ilha da Formiga, perto de onde tá o reassentamento do seu Raimundo. Todo tempo eu vivi da pesca. Me conhecem como Chico Beré. (Francisco – ribeirinho)

Seu Chico, quem eram os vizinhos do senhor que moravam lá? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Raimundão, Luiz Venancio morava entrando no Costa Junior. Faz uns 35, 40 anos que eu sai de lá da ilha do Pedão e fui pra Formiga. Então nesses últimos anos eu fiz mais parte do Bacabal do que do Pedão. (Francisco – ribeirinho)

É, foi isso, porque quando ele saiu é que eu fui pra lá. (Conselheira Marta)

O seu Agemiro vivia da ilha? (Pesquisadora Ana de Francesco - Unicamp)

Vivia, ele vivia da plantação e de polpa de fruta.

Fui criado lá na ilha, fui pescador, mas saí de lá quando fui pra escola. Eu ia lá de vez em quando para ficar com o meu pai mas era ele quem morava lá. Eu não vou mentir. (Sr. Antonio da Silva)

Vários casos ocorreram como o do Sr. Antônio, em que as próprias partes compreendiam que a sua história ribeirinha foi rompida antes da chegada da Norte Energia. Isso se deveu ao rigor do conselho e à compreensão de que os direitos porventura existentes anteriormente persistiriam. Aquele que visitava o pai num final de semana continuaria podendo fazer isso.

Ali tinha o Luiz Venancio, Raimundão, Donaldo (morava próximo do Raimundão no Bacabal), o Cabral, Domingos Vieira, o Edimar (marido da dona Elza). (Sr. Antonio da Silva)

Tem o Domingos Vieira, Maciel, aí por baixo tinha a Raimunda Botelho, o seu Chico, tudo perto das ilhas. Em frente ao Agemiro tem o seu Martim, que era

o morador mais novo mas já foi assentado. Ele morava bem em frente ao poço da praia do Agemiro. (Conselheira Marta)

Com essas descrições foi desenhado um mapa da vizinhança tradicional do Pedão, o qual seria lido para validação nome a nome por todos os ribeirinhos presentes. E depois ainda seria levado a reuniões específicas de validação.

Em alguns momentos foi necessário refazer o mapa de vizinhança, de modo a garantir que os Conselheiros tivessem a tranquilidade de se pronunciar com isenção. Com isso, foi sendo feita uma depuração da lista, de modo a se incluir apenas ribeirinhos reconhecidos por todo o conselho. Deste modo, na ocasião, foi feita ainda a validação do mapa da região da **Meranda**, ouvido o relato Conselheiro Euclides, que é um dos ribeirinhos mais antigos e respeitados da região.



Sr. Euclides, venha ajudar a gente de novo e vamos refazer o mapa. (pesquisadora Ana de Francesco – Unicamp)

Vou começar por mim, Euclides Oliveira Camara. Sou criado nessa região e vivia lá desde os oito anos da pesca. Depois tem o Osmar “Baiano Preto”, aí vem o Lielson, depois o seu Manoel “da Perna Dura”, aí vem o Jesus casado com a Emília. Esses são os que dependem do rio. Aí vem o Chico Gordo e a dona Merita, a esposa. Mas esse era empresário. Aí vem a dona Claudia (Maria Luiza) que vivia da ilha, ela fazia farinha. Os filhos moravam ali numa vila, os outros filhos não moravam ali, eles viviam na rua e iam lá no final de semana. Os que viviam lá tinham que ser aprovados. Não vou botar meu irmão e meus filhos se eles não moravam e dependiam de lá, tudo tem que ser certo. Aí depois do Chico Gordo, que era o empregado. Depois dele tem o Raimundo Nonato, ele morava na ponta da Meranda, mas ele também não dependia do rio. Ele é jardineiro em Altamira. A mulher dele realmente morava lá, ela plantava, tirava mandioca, fazia farinha, tinha muita coisa lá. Aí tem a mãe do Zé da dona Claudia. A mãe era caseira da filha. Então a dona Maria, que é a

mãe do Zé, morava e trabalhava na terra da filha. Isso é na ilha do Bacabal, do lado da Meranda. Aí tem o Baiano Branco, que tinha comércio lá na ilha. (Conselheiro Euclides)

Isso era bem na frente da terra do meu avô. O pai vendia o peixe pra ele e já trocava pelos mantimentos dele, pra não ter que vir pra cidade. (Josefa, filha do Sr. Euclides – ribeirinha)

Era o Nilson Baiano, Nivaldo. (Conselheiro Raimundo)

Quem vivia mais lá era a mulher dele, ela que ficava mais trabalhando lá na terra. (Conselheiro Euclides)

Padeiro, Sossego, Arapujá, Curica

Embora não seja esse o objetivo da reunião, ao tempo em que se utilizava o critério para se reconhecer os moradores ribeirinhos, outros foram excluídos pelo conselho.

O [...] não morava lá, ele tinha uma ilha de lazer. (Conselheiro Aranô)

Nós não reconhecemos o seus irmãos como moradores. Tem que voltar só quem morava e vivia de lá senão a gente vai ter problema. (Conselheiro Naldo)

Quem morava lá era eu com meu pai e a Ivonete. (Camuça - ribeirinho)



[O seu Geraldo] ele fazia barco de linha lá. (Conselheiro Euclides)

É ele mesmo, ele tá no Jatobá. (Gabriele - ribeirinha)

Ele tinha a terra dele, viveu a vida inteira lá. (Conselheiro Raimundo)

Tem a Negona, o marido dela fazia canoa. (Conselheiro Euclides)

O nome da Negona não é Claudia? (Josefa, filha do Sr. Euclides)

Não, é a Silvia, que trabalha na prefeitura. Só o marido dela que é ribeirinho. Ela trabalha na prefeitura e ia pra lá só de final de semana. Me falaram que ela foi reassentada na ilha do Mansur. (Conselheira Socorro)

E e o marido dela é ribeirinho? (Ministério Público Federal)

Ele é ribeirinho sim, fazia canoa. (Conselheiro Raimundo)

3.6 Quinta reunião setorial de reconhecimento social - 02 de fevereiro de 2017

No dia 02 de fevereiro de 2017, na sede da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Altamira, foi realizada a quinta reunião setorial da região do Bom Jardim (continuação), Poção, Bacabal, Trindade com objetivo de: definir os nomes das famílias para o reconhecimento dos ribeirinhos. Parte da reunião vou utilizada para validação de reconhecimentos já realizados e que tenham gerado discordância.

A reunião foi acompanhada pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública da União, pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, pela pesquisadora Ana de Francesco, da UNICAMP, pela professora Francilene Parente, da UFPA, e por ribeirinhos.

Nessa reunião compareceu morador de área destinada à realocação de ribeirinhos, que manifestou sua insatisfação com o processo, uma vez que ele se autorreconhecia como ribeirinho. Houve interferência do Ministério Público Federal, que explicou que o processo de retorno ao reservatório não é para aquisição de área, mas para permitir a continuidade de um modo de vida ribeirinho, e que isso é apenas possível porque esse modo de vida é sustentável e o ribeirinho preserva a natureza. A intervenção do Ministério Público foi respaldada na fala dos ribeirinhos que não reconheciam aquela pessoa.

O que aconteceu foi que ele colocou um meeiro porque não tinha condição de trabalhar. Ele nasceu, se criou mas saiu de lá e colocou uma pessoa pra tomar de conta. Mas ele é doente, não pode fazer mais nada, como ele pode voltar pra lá? (Conselheiro Aranô)

Eu não considero porque eu via ele só aqui na rua.. caseiro é uma coisa. eu não reconheço porque ele tem uma contradição, morava e não morava. (Conselheiro Raimundo)

Pra ele ser considerado um ribeirinho ele tem que morar no mínimo uns 10 anos. Essa é a preocupação nossa com as pessoas do Paratizão que vão destruir o que nós preservamos. (Conselheiro Aranô)

Eles tinham uma terra que era do pai do dele, eles tomaram conta da terra do velho. Mas eles não pescavam. Tirava muito saco de feijão, era colônia. (Conselheiro Euclides)

BOM JARDIM

Compareceram à reunião alguns moradores do Bom Jardim, que viviam em terra firme e foram e perderam a beira, indenizada pela Norte Energia. Relatam que tiveram que se mudar para o fundo do lote. Algumas famílias não tiveram nenhum apoio para a reconstrução das moradias, hoje estão distantes do rio, de onde pegam a água e reclamam que estão sem energia elétrica.

*Eu sou o **Josimar dos Santos Souza**, do Bom Jardim. Nasci e me criei lá. Estou com 48 anos. Mas meus pais moraram na terra. A Norte Energia indenizou uma parte de frente do lote, na terra firme. Não deu nem tempo nem de tirar minhas coisas de lá. Falaram que iam fazer outra casa lá mas não fizeram. Eu trabalhava na escola também puxando aluno no barco. Simplesmente tiraram meu emprego e não tive como trabalhar mais. Eu fiquei desempregado. E aí estão me enrolando até agora. Eu perdi a beira mas continuei no fundo. Preciso de uma assistência para reconstruir o que eu tinha lá. Eles deram um dinheiro que não deu pra nada.*

*Tem uma irmã dele que é a **Carmina dos Santos Souza** que mora entre ele e o irmão **Paulo**. Era onde tinha uma igreja lá. Eles foram mais para dentro do lote e a Norte Energia falou que eles iam ter assistência, mas não deram nada. Agora eles estão sem água, sem energia, sem nada. São 18km da igreja até a beira do rio onde ela vai lavar a roupa, a louça, para esperar encomenda. Ficaram sem assistência nenhuma. São todos ribeirinhos. **Gabriele (ribeirinha)***

*Meu pai morreu lá em 2015. Morávamos em um lote eu, a dona **Carmina (irmã)**, o **Raimundo Socorro (meu sobrinho)**, o **Gilberto (sobrinho)**, a **Madalena (irmã)**. Estão todos pro centro do lote sem energia e sem água potável. **Josimar (ribeirinho)***

*Todos foram para dentro do lote, quem deu tempo de pegar a madeira e ir pro lote, conseguiu ter uma casa. Mas ele que não tava lá ficou sem nada, deram só 7 mil pra cada e ele não conseguiu comprar nada com isso. **Gabriele (ribeirinha)***

Quando cheguei lá já tinham queimado tudo. Eu trabalhava na roça e na escola e fiquei sem nada, sem casa e sem serviço. Tem o Nicó também. Ele morava na terra firme, do lado do nosso lote. Ele perdeu a beira e foi pro fundo. **Josimar (ribeirinho)**

De quem saiu mesmo de lá só foi a gente, o resto foi indenizado a beira e poderia entrar pra dentro. Foi só o meu padrasto mesmo, que é o Paulo Raposo. **Gabriele (ribeirinha)**

A nossa ilha era dividida com o seu Geraldo, ele tinha muita goiaba, plantação de coco, ele criava porco. Depois que ele separou da esposa ficou só na linha do barco e nas plantações que tinha. **Gabriele (ribeirinha)**

Aqui tem a Negona? **Ana de Francesco (pesquisadora da UNICAMP):**

Isso, que morava atrás da gente e o marido fazia canoa. **Gabriele (ribeirinha)**

3.7 Reuniões de validação da lista de ribeirinhos identificados pelo processo de reconhecimento social

Após a realização das cinco reuniões setoriais de reconhecimento, foi feita a validação da relação dos ribeirinhos identificados. O consenso foi o critério utilizado para inclusão dos nomes à lista.

E a elaboração da lista de ribeirinhos se fez tomando como referência dois pressupostos.

Primeiro, a aplicação do critério de identificação de quem era ribeirinho. De quem compartilhava de uma história comum dos ribeirinhos do reservatório. Ficou claro que a divisão do reservatório por setores foi uma estratégia para facilitar a identificação, sem entretanto, negar a existência de uma dinâmica própria do modo de vida ribeirinho, caracterizada pela mobilidade e pelos laços de vizinhança já descritos.

O segundo pressuposto utilizado foi a avaliação da causa de interrupção da história ribeirinha. A relação apresentada inclui aqueles que tiveram a história rompida pela evacuação do rio Xingu e a impossibilidade de retorno.

Foram várias reuniões de validação, algumas realizadas pelo conselho na sede da Associação Typoronemo. E quatro reuniões foram acompanhadas pelo Grupo Interinstitucional.

A **primeira reunião de validação** ocorreu na Universidade Federal do Pará, em 04 de fevereiro de 2017. Nessa ocasião foi feita a transferência dos nomes indicados no

mapeamento de vizinhança para uma lista por setor. E foi feita a leitura nome a nome, para confirmação dos ribeirinhos. Apenas os nomes em que houve consenso foram incluídos na lista dos ribeirinhos.

A **segunda reunião** ocorreu na sede do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Nessa ocasião estiveram presentes apenas o Conselho, que discutiu a lista de ribeirinhos e definiu situações emergenciais que necessitam de encaminhamentos concomitantes ao processo de identificação, como é o caso da falta de escola para as famílias já reassentadas.



A **terceira reunião de validação** ocorreu no IBAMA em 24 de fevereiro de 2017. Nessa ocasião foi feita uma leitura rigorosa da lista, para depuração de eventual indicação de não ribeirinho que eventualmente utilizasse o rio para lazer. Os ribeirinhos prestaram o compromisso com o rigor das identificações. Rigor esse que demonstraram durante todo o processo.





A **quarta reunião de validação** ocorreu na sede da procuradoria da República em Altamira no dia 06 de março de 2017. Nessa ocasião os ribeirinhos entregaram a lista ao Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, para ser incluída no presente relatório. Houve ampla discussão sobre a exclusão de pessoa que já foram indenizadas pela terra nua, porém restou definido que os tratamentos a serem dados a cada caso devem ser discutidos no momento oportuno, cabendo ora apenas a identificação daqueles que compartilhavam da história ribeirinha no rio Xingu.

4. RELAÇÃO DE RIBEIRINHOS MORADORES RECONHECIDOS PELO CONSELHO

Reuniões de reconhecimento social realizadas entre os dias 13 de janeiro e 06 de março de 2017 na cidade de Altamira.

Lista das famílias ribeirinhas moradoras com história rompida pela formação do reservatório da UHE Belo Monte reconhecidas até o momento pelo Conselho Ribeirinho

Arroz Cru - Terra firme

- Sebastião Cardoso
- Alcides de Lima Freitas (filha de Alcilene Freitas Araujo)
- Euclides de Oliveira “Donzin” (casado com Dilene Dias das Chagas, filha de Antonio Gomes das Chagas “Gino”)
- Lucas Ferreira Matias da Costa “40” (cunhado de Alcides)
- Laurindo Neto de Freitas (irmão de Alcides, local da antiga escola)
- Benedito Balão
- Alexandre Balão
- Mario Moreira Balão
- Antonio Salles
- Marcio Luiz Balão
- José Luiz Nogueira da Costa (filho Francelia Nogueira da Costa)

Moradores reassentados em RIR ou terra firme

- Francelia Nogueira da Costa “Célia”
- Luziraldo Daniel Malete Souza “Corró”
- Maria Otilia Severo dos Santos
- Weides Alves Dutra
- Zé Vieira
- Joelson Pessoa do Nascimento
- Joelma do Nascimento Bessa

Arroz Cru – ilhas

- Delicia Ferreira dos Santos
- Otavio Gomes das Chagas
- Francisco Barro Gomes
- Antonio Gomes das Chagas “Gino”
- José Barros Gomes
- Nazaré Gomes das Chagas
- Manuel Lima dos Santos
- Fernandes (Ilha da Taboca)
- Sebastião Rocha da Silva
- José da Silva Castro e Irene Almeida Castro
- Ronaldo Quinha
- Rosimar Gomes das Chagas

- Denilson Aranha
- Edilardo Barros Gomes

Moradores reassentados em RIR e terra firme

- Raimundo Gomes das Chagas “Ligeirinho” (RIR Paratizão)

Paratizão

Família de Virginia Batista – (terra firme -titulação definitiva da terra)

- Virginia Batista
- Diane Batista de Lima
- Divan Batista de Lima “Deca”
- Divaldo Batista de Lima
- Diano Batista de Lima “Bitu”
- Cleo Francelino Aquino
- Derian Silva de Lima (filho de Divaldo Batista de Lima “Beija)
- Dinã Batista de Lima (e filhos)
- Dima Batista de Lima

Família de Leonardo Batista “Aranô” - (terra firme, Fazenda Lua Clara)

- Leonardo Batista (filhos que viviam com ele Leonel Luz Batista e Ismael Luz Batista)
- Derivaldo Batista (filho Dario Batista)

- Jose Nunes de Oliveira “ Zezão” (terra firme, Fazenda Lua Clara)
- Egídio Neto da Luz Silva (ilha)
- Regina de Assis Ribeiro

Família Pessoa (terra firme)

- Silvestre de Souza Pessoa “Neguinho”
- Lídio Gonçalves Pessoa
- Fernando Florêncio de Souza “Jacaré”
- Eli Pessoa de Souza (Filho de Fernando Florêncio)
- Eduardo Pessoa
- Edinaldo, Junior e Hemerson (filhos de Eduardo Pessoa)
- Algemiro Gonçalves das Chagas (casado com Elisa Batista de Almeida)
- Assis Pessoa (era caseiro de Marino Pessoa)
- Iran de Sousa Pessoa
- Pedro da Silva Ribeiro “Pedro Dodó”

Moradores já reassentados em RIR ou terra firme:

- Dario Batista de Almeida
- José Roberto Batista (filho Dario)
- Dariel Batista (filho Dario)
- Edinaldo Batista (filho Dario)
- Divaldo Batista de Lima “Beija” (filho Virginia Batista)
- Ronaldo Porto

Trindade

- Ubaldo Calindrieni Gusmão “Açaizeiro”
- “Tica” (cadeirante) e Faustino de Sales (sobrinho)

Moradores já reassentados em RIR ou terra firme:

- João Joaquim de Oliveira (RIR Palhal)
- Antonio Alexandre (RIR Palhal)
- José Gomes do Nascimento (RIR Trindade)
- Amado de Oliveira (RIR Palhal)
- João de Oliveira (RIR Trindade)
- José Miranda de Souza (RIR Trindade)
- João Antônio Nascimento (RIR Paratizão)

Palhal

Família de João Augusto da Costa “Turu” (Ilha do Palhal)

- João Augusto da Costa “Turu”
- Hildo da Costa Costa “Turuzinho”
- Edimilson da Costa Costa “Neguinho”

- Lauro Cardoso Farias
- Pedro Lurdes
- Antonia Pessoa
- Domingo Lurdes (irmão Pedro)
- Raimundo Monteiro Xipaya
- Ademir (filho Caboquinho)
- Antonio Pessoa (filho) RIR

Família de Francisca Lopes de Souza “Francisquinha”

- José de Jesus Lopes
- Edival Lopes da Silva
- Raimunda Lopes da Silva
- Manuel Lopes da Silva
- Edson Pessoa

- Francinilda Gomes da Silva (filha Joana Gomes)
- Francinete da Silva Aranha (filha Joana Gomes)

Moradores já reassentados:

Ademar (filho Lauro Cardoso Farias) RIR Palhal
Joana Gomes da Silva

Cotovelo

- Elisa de Assis Ribeiro (viúva de Edmack Ferreira Rodrigues)

- Gordo e Marizete
- Francisco das Chagas “Neno” (filho do falecido Francisco Alves de Souza)

- Marivaldo das Chagas (filho do falecido Francisco Alves de Souza)
- Eládio Gonçalves
- Raimundo Luis Alves da Silva “Terminor” (irmão Domin morava junto)
- Raimundo Gomes Pereira Juruna “Nonato”

Moradores já reassentados

- Nelson Dias
- Rita Cavalcante
- Antonio Cavalcante
- Maria Elaine Cavalcante Gomes
- Raimunda Teodora Cavalcante

Paratizinho

- Sinésio Alves de Araujo
- Sebastião Costa da Silva “Sibá”
- Valdecir Gomes da Silva “Deco” (filho Maria das Graças, morava com ela)
- Rivaldo Costa das Graças (filho Maria das Graças, morava com ela)
- Edilmo e Valda
- Francisco de Oliveira Gomes “Chiquinho Noiado” e Sina
- “Manezinho”
- Marcelo Ferreira de Santana (filho de Aristides)
- Julio Alves da Rocha (irmão Juarez Alves da Rocha)

Moradores já reassentados:

- Maria das Graças da Silva (RIR Paratizão)
- Antonio Rodrigues (seu filho Silvano é ribeirinho)
- Roni
- João Claudenir Rocha Balão (esposo Euglucia Nogueira Felix)
- José Paulo da Rocha Balão (irmão João)
- José Orlando (RIR Paratizão)
- Raimundo Vieira das Chagas “Mundico”
- Simão Batista Cardoso
- Juarez Alves da Rocha
- Moisés e Francisquinha

Arapujá - margem esquerda

Família de Alfredo Monteiro da Costa (6 casas)

- Alfredo Monteiro da Costa
- Ivaneldi Souza da Costa
- Francisco Pedro
- José Dinaldo
- Raimundo Reginaldo
- Jocileide

- Gleidson

Curica

- Maria Rafaela Curuaia da Silva

Ilha do Sossego

- Marina (esposa finado Daniel)

Moradores já reassentados:

Familia Cambuy (RIR ilha emersa)

Padeiro

- Paulo Ribeiro da Silva
- Irenilda da Silva Anchieta Juruna (com filhos)
- Elma Silva dos Santos
- Erilene Arara

Moradores já reassentados:

- Maria do Socorro Pinheiro Nogueira (RIR Arapujá)

Poção

- Francisco Cordeiro (filho Sebastião Cordeiro)
- Vanildo (filho Maria Cordeiro da Silva)
- Val (filho Maria Cordeiro da Silva)
- Manuel Raimundo “Lica”
- Gelson Saraiva de Souza
- José Eládio de Sousa Botelho

Moradores já reassentados:

Sebastião Cordeiro (RIR Pedão)
Maria Cordeiro da Silva (RIR Pedão)
Manuel Pires (RIR Paratizão)
Raimundo Ari (RIR Poção)
Eladio Nogueira de Sales (RIR Poção)
Telson

Itapiranga

“Carimbó”
João “Goiano”

Barriguda

- Manoel Antonio Dias de Almeida
- Luis Xorroxó (Pau Rolado)

- Cecilio Castanho Tavares Kayapó
- Deja Xipaya (com irmão e filhos)
- Noemia Correia Pereira de Souza
- José Xipaya (agregado de Maria Trindade)
- Zé Maria (agregado de Maria Trindade)
- Moisés Moreira da Silva e Rosa Cardoso

Moradores já reassentados:

- Raimunda Gomes da Silva e João (RIR Trindade)
- Maria Trindade “Mariquinha”
- João Alberto e Francisca Gomes da Silva (RIR)

Babaquara

- Heleno da Costa Ferreira
- Edivaldo de Moares (filho Heleno)
- Edileno de Moraes (filho Heleno)
- Adevaldo Oliveira da Costa (sobrinho Heleno)
- Raimundo Carlos da Costa
- Cecilio Pereira Pergado
- José Carlos da Costa
- Rosivaldo e Tonhão

Moradores já reassentados:

- Marcilio da Costa “Diel” e filhos
- Pedro Ferreira Gouvêia (RIR em conflito)

Ilha do Aciolis

- Geraldo Soares de Souza
- Jorge Kadioar
- Epitácio Neves dos Reis (filho de - Noemia Neves dos Reis)
- Elinaldo Alves Viana “Elio”

Moradores já reassentados:

- Luis Ferreira Viana (RIR em conflito)
- Rosineide Alves Viana (RIR em conflito)

Ilha do Bacabalzinho

- José Arnaldo da Costa Pereira “Naldo”
- Maciel “Arapiraca”

Moradores já reassentados:

- Domingos Vieira (RIR Trindade)

Ilha do Bacabal Grande

-

- Maria Madalena de Oliveira Câmara e Edimo Cabral da Silva
- Fabio Camara (filho)
- Francisco Barbosa do Nascimento “Chico Beré”

Moradores já reassentados:

Raimundo Moraes de Araujo (RIR ilha emersa)

Ilha da Meranda

Familia Maria Luiza da Conceição “Claudia” (RIR Arapujá)

Simone Nascimento (filha)

Daniele Nascimento (filha)

- Raimundo Nonato
- José Mineiro da Silva Kayapó
- Elza e Edimar (Largo dois irmãos)

Moradores já reassentados:

- Elielson Gomes Neves “Lica” (RIR Machadinho)
- Valdelice Carvalho Cruz e Osmar “Baiano Preto” (RIR ilha Baito)
- Jesus e Emilia (filha de Oswaldina) (RIR Cotovelo)
- Manuel “Perna Dura” (RIR Palhal)
- Antonio da Costa Silva “Matarrancho” (RIR Paratizão)
- Euclides de Oliveira Camara (RIR Pedra Rocha)
- Luiz Venancio (RIR Palhal)
- Francisca (filha Oswaldina) e Elias (RIR Pedra Rocha)

Ilha do Pedrão

Neusa Ferrreira da Silva (mãe Marta)

Zé Bispo

Moradores já reassentados:

Algemiro Bernardo da Silva

Expedito Silva Reis

Bom Jardim

- Geraldo Monteiro
- Antonio “Toinho” – do barco
- Antonio - está no Km 27
- Ildener Neves dos Reis e Carlinho da Antonina
- Ernani e Conceição

Moradores já reassentados:

- Eunice “Ncinha” (espólio de Antonio Ari Vilarino) (RIR Muricituba)
- Roberto Juruna (RIR Muricituba)

Obs. Muitos moradores do Bom Jardim viviam na terra firme, perderam a beira, indenizada pela Norte Energia, e tiveram que se mudar para o fundo do lote. Algumas famílias não tiveram nenhum apoio para a reconstrução das moradias, hoje estão distantes do rio, de onde pegam a água, estão sem energia elétrica.

Moradores dos remanescentes na terra firme

- Genio (filho Simplicio)
- Francisca Ferreira Soares (mãe Genio)
- Josimar dos Santos Souza
- Carmina dos Santos Souza (irmã Josimar)
- Raimundo Socorro (sobrinho Josimar)
- Gilberto (sobrinho Josimar)
- Madelena dos Santos Souza (irmã Josimar)
- Geraldo

Costa Junior

Na ilha do Costa Junior as famílias foram cadastradas, mas não foram removidas. Os moradores não consideram a ilha adequada para a permanência, não há mais escola ou posto de saúde, a área para cultivo diminui e a terra não é mais adequada para a agricultura “a mandioca puba”.

- Benedito Barros Ferreira “Bena”
- Edilson Gomes do Nascimento (sobrinho Bena)
- Edson da Silva Gomes
- Aureo da Silva Gomes
- Andrelino Ferreira Gouveia
- Maiara de Oliveira Camara

Outras ilhas do Costa Junior

- Gilmar da Silva Gomes
- Lauro da Silva Gomes
- Alcir da Silva Gomes
- Raimundo Braga Gomes
- Benedito da Silva (Ilha de Coco)
- Francisco das Chagas Nogueira de Almeida “Chico Ludico” (Ilha de Coco) e Elenita “Madá”

Moradores já reassentados:

- José Almeida dos Santos “Baiano” (cunhado Gilmar)- RIR Pedra Rocha
- Manoel Gomes da Silva “Manduca” (RIR Cotovelo)

5. CONSIDERAÇÕES e CONSTATAÇÕES DO GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO

CONSELHO RIBEIRINHO: RECONHECIMENTO, IDENTIDADE E CIDADANIA NO XINGU: Professora Francilene de Aguiar Parente – Universidade Federal do Pará

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REUNIÕES DE RECONHECIMENTO SOCIAL DO CONSELHO RIBEIRINHO: Ana de Francesco – pesquisadora, doutoranda em Antropologia Social – Unicamp

IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CONSELHO RIBEIRINHO: Christian Dunker e Ilana Katz (psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia/USP e psicanalista, pós-doutoranda no Instituto de Psicologia/USP)

CONSELHO RIBEIRINHO: RECONHECIMENTO, IDENTIDADE E CIDADANIA NO XINGU

Francilene de Aguiar Parente
Antropóloga e Professora da UFPA

Segundo Cardoso de Oliveira (2006), a questão da identidade e seu reconhecimento vêm se constituindo em tema central nos últimos anos na antropologia. Seus territórios e suas indígenas e tradicionais estão sendo cada vez mais alvos de grandes interesses, nacionais e internacionais. Na medida em que territórios são invadidos, tomados, apropriados em nome de um projeto de nação, por exemplo, sujeitos e comunidades são cerceados dos modos de vida que asseguram as suas identidades sociais, conseqüentemente a luta pelo reconhecimento se torna a única medida para garantirem os direitos sociais e coletivos como cidadãos plenos no território brasileiro, dentre eles direito a ter identidade.

Não entrarei na discussão teórica mais clássica sobre reconhecimento e o campo de disputas estabelecido entre uma “visão redistributiva” oposta à ideia de reconhecimento “em nome da justiça social”, propostas por Fraser e Honneth (2003), muito embora a primeira não negue a importância do reconhecimento (Fraser, 2004). Parto do pressuposto, à luz destes e outros teóricos, que a justiça social, que compreendo como o alcance da cidadania plena para sujeitos pertencentes a povos e/ou comunidades tradicionais, pressupõe a autoidentificação, no alcance das ações do ator social, e o reconhecimento de sua identidade por parte de seus coletivos ou comunidades, que, segundo Cardoso de Oliveira, atuariam como seus outros, “doadores de sentido”, a comunidade moral que mantém este grupo coeso em torno de si (Cardoso de Oliveira, 2006).

Para compreendermos um pouco sobre a ideia de reconhecimento, é importante retomarmos o significado da palavra conhecimento, sua raiz. Para Honneth (2004), “conhecimento” exprime a “[...] identificação enquanto indivíduo”, em geral um “ato cognitivo não público”, enquanto o “reconhecimento” implica “um ato expressivo pelo qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação [...] depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor moral”” (Honneth, 2004: 140).

Essa é a lógica que movimenta os ribeirinhos no Conselho constituído pela reunião de pessoas que foram eleitas representantes dos diferentes setores que compreendem a área de impacto do lago da UHE Belo Monte [desterritorializados em nome do grande projeto], em torno da luta pelo reconhecimento da identidade ribeirinha. Essa identidade foi erigida ao longo de quase dois anos de diálogo sobre quem poderia ser identificado como ribeirinho e o que significava ser ribeirinho. O grande desafio era pensar sobre aquilo que até então era vivido, porque, como diz Laraia (2007), a cultura é para ser vivida, não pensada.

A reflexão sobre a forma como viviam no rio se deu paulatinamente, a cada reunião, criou tensões e gerou conflitos, mas conseguiram construir critérios flexíveis e plurais, como toda e qualquer construção identitária, assentados sobre a organização social que mantinham no rio, levando em consideração o momento político que estavam enfrentando no presente.

Citados por Barth (2000), James Clifford e George Marcus informam que “[...] a cultura [...] não pode ser representada como um “corpus unificado de símbolos e significados

interpretados de maneira definitiva”” (Clifford; Marcus, 1986: 19 *apud* Barth, 2000: 110), pois está imersa na vida dos sujeitos em relação que a ela dão sentido. Seu principal critério, de acordo com Barth (2000), é o “grau de coerência” que assume ao longo do tempo

Assim, ser ribeirinho é ter história, e a história é criada a partir do aprendizado que a vida na beira do rio proporciona. Isso inclui manter uma casa na cidade para ficar nos finais de semana para a venda do peixe ou para os filhos estudarem ou quando estiverem doentes, porque ribeirinho é família, nuclear ou extensa; vive na comunidade de vizinhança; conhece os pontos de pesca e o melhor lugar para construir as casas, obedecendo as cheias e secas do rio; sabe fazer o material de pesca e de roça, para a caça e coleta extrativa, tão característica da pluriatividade desenvolvida por eles; pode ter gado, mas não vive de sua exploração, ele é parte da poupança mantida pela família, porque também nutre os “pequenos” [crianças] com o leite produzido; ribeirinho tem uma linguagem própria e se reconhece; parte dessa linguagem e da moral que os envolve gira em torno da conservação da natureza para atual e as futuras gerações.

Para manter o equilíbrio estabelecido ao longo do tempo, e manter a identidade ribeirinha, precisam reterritorializar aquele espaço, retomar o território que foi completamente transformado, mas que acreditam ainda ser parte de si e necessário para se recompor como sujeitos coletivos de direito.

A luta por reconhecimento é, portanto, uma luta política, segundo Cardoso de Oliveira (2006), porque toma por base os sentidos construídos e operados pela moral da comunidade que o reconhece. Por consequência, a identidade em si é, essencialmente, política.

Bibliografia

- BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 107-140.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 19- 57.
- FRASER, Nancy. Justice sociale, redistribution et reconnaissance, in *De la reconnaissance: don, identité et estime de soi. Revue du MAUSS*, n. 23, 2004.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution ou recognition? A political-philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso, 2003.
- HONNETH, Axel. Visibilité et invisibilité: sur l'épistémologie de la 'reconnaissance', in *De la reconnaissance: don, identité et estime de soi. Revue du MAUSS*, n. 23, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REUNIÕES DE RECONHECIMENTO SOCIAL DO CONSELHO RIBEIRINHO

Ana de Francesco
pesquisadora
doutoranda em Antropologia Social - Unicamp

Entre os dias 13 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017 o Conselho Ribeirinho organizou uma sequência de reuniões com o objetivo de sistematizar o reconhecimento social das famílias ribeirinhas que viviam nas margens do rio Xingu antes da remoção pela Norte Energia.

O Conselho Ribeirinho estabeleceu como prioridade, neste primeiro momento, identificar as famílias que tinham moradia permanente no beiradão e que não foram incluídas no processo de realocação da Norte Energia, por considerá-las as mais prejudicadas pelo processo de deslocamento forçado. Embora algumas famílias que tinham moradia descontínua no beiradão ou que já foram realocadas tenham sido identificadas, este não foi o objetivo deste primeiro ciclo de reuniões.

Em um processo de reconhecimento social dois caminhos podem ser trilhados, um de caráter relacional – as pessoas identificam aqueles com quem viviam, os vizinhos e parentes; outra estratégia, de caráter mais essencialista, diz respeito a identificação de uma identidade coletiva. Os dois caminhos têm problemas, no primeiro o simples mapeamento daqueles que viviam na região em determinado momento pode ocultar as diferentes relações com o território que coexistiam às margens do Xingu. Já a via identitária poderia levar a aplicação de um conceito geral, cristalizado em um tipo ideal abstrato, para uma realidade em constante transformação, o que não daria conta das muitas maneiras de ser ribeirinho.

Para evitar tais entraves a opção foi trilhar os dois caminhos de forma complementar. Para evitar a simples adoção de um tipo ideal, coube aos membros do Conselho definir o que é “ser ribeirinho”. Ao longo de um dia os conselheiros discutiram quais são as especificidades dos modos de fazer e de viver que diferenciam os ribeirinhos de outros grupos sociais. Procuramos, ao escrever em grandes cartolinas os pontos centrais das narrativas de cada conselheiro, compor uma lista de critérios que orientassem o reconhecimento social, assegurando assim a isonomia do processo.

Desta forma, a narrativa dos conselheiros pôde ser organizada em alguns tópicos, gerando uma lista descritiva de critérios. Notável é a correspondência destes tópicos com a literatura antropológica sobre povos tradicionais.

- Ribeirinho vive da mata e do rio

Foi muito enfatizado que os ribeirinhos vivem dos recursos do meio, dependem da floresta e do rio para viver e, este modo de vida, lhes garantia fartura. As formas de uso e de ocupação

do território não o degradava, ao contrário, os lugares habitados pelos ribeirinhos permanecem preservados. O estado de conservação destas áreas pode ser verificado em uma simples viagem de barco no entorno de Altamira, onde viviam famílias ribeirinhas a floresta continua em pé, onde houve ocupação por colonos ou fazendeiros a floresta foi derrubada dando espaço para agricultura extensiva ou pastagens.

A forma de ocupação do território que resultou na conservação de áreas florestais em uma região de intensa expansão da fronteira agrícola, e conseqüente degradação ambiental, não se deve a uma adesão ideológica dos ribeirinhos ao conservacionismo, tampouco a uma cosmologia de equilíbrio da natureza, atribuída a alguns povos indígenas, mas parece resultar “do desejo de manter um estoque de recursos”, pois são estes recursos que garantem u/sua subsistência e qualidade de vida.

Podemos pensar em populações que, embora sem uma ideologia explicitamente conservacionista, seguem regras culturais para o uso dos recursos naturais que, dada a densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis. Vale observar que, para conservar recursos, uma sociedade não necessita evitar completamente a predação, basta que mantenha sob limites¹.

Disto conclui-se não só que devem ser garantidas aos ribeirinhos áreas ecologicamente saudáveis bem como, para que estas sejam sustentáveis ao longo do tempo, devem ter a dimensão adequada, assegurando assim uma baixa densidade demográfica.

- Ribeirinho não guarda dinheiro e não tem empregado

“O ribeirinho pode ter um trabalho, como caseiro, vaqueiro ou diárias, mas tem uma vida e uma história no beiradão. Pode pagar ou trocar diárias, mas não tem empregados. Trabalha com a família e em regime de mutirão”.

A organização social dos ribeirinhos está ancorada nos grupos domésticos, nas relações de reciprocidade, cooperação econômica e comensalidade. A divisão do trabalho é do tipo familiar. Este sistema social é descrito como campesinato amazônico, o grupo doméstico detém a posse ou propriedade dos meios de produção e trabalha conjuntamente.

“Não precisa de dinheiro para viver, a comida não é do comprado”

“A roça não é para a venda, mas para a alimentação, vende o que sobra”.

No modo de vida ribeirinho há uma predominância o valor de uso e não da mercadoria e seu valor de troca, isto significa que a garantia de fartura e bem viver é o trabalho, não o

¹BARBOSA DE ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In CARNEIRO DA CUNHA (2009). Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, pp. 278.

dinheiro. O valor da terra, por exemplo, está ligado à garantia de existência e de trabalho, não a possibilidade de vendê-la. Ser dono de uma terra não significa necessariamente ser proprietário, mas ter sua posse e nela poder viver e trabalhar. O dinheiro serve para comprar aquilo que não é capaz de produzir.

O objetivo do camponês é a subsistência, não o reinvestimento. O ponto de partida do camponês é a necessidade definida por sua cultura. A sua resposta, a produção para o mercado, é motivada em grande parte pela incapacidade de satisfazer suas necessidades dentro do segmento sociocultural do qual faz parte. Ele vende colheitas para obter dinheiro, mas esse dinheiro é usado para comprar bens e serviços que ele precisa para subsistir e manter seu status social, em vez de ampliar sua escala de operações. Podemos traçar uma linha entre o camponês e outro tipo agrícola que chamamos de "fazendeiro". O agricultor vê a agricultura como uma empresa. [...] O objetivo do camponês é a subsistência. O objetivo do fazendeiro é o reinvestimento².

Esta reflexão é importante para compreender a inclusão do gado entre as criações: ribeirinho tem ou não tem gado? O tópico condensado do debate entre os conselheiros foi que ribeirinho “**não sobrevive do gado**” - tem poucas cabeças que servem para alimentação da família e uma poupança em situação de emergência. Embora a criação de gado não seja considerada uma atividade tradicional, há situações em que famílias ribeirinhas foram assentadas pelo INCRA em lotes na terra firme. Se muitas destas famílias em algum momento tiveram que sair de suas terras pela pressão de grandes fazendeiros ou venderam a propriedade (a terra, em seu valor de uso, funciona, assim como o gado, como uma poupança para situações de emergência), outras permaneceram nos lotes ao longo do tempo, o que lhes permitiu acumular algumas cabeças de gado e cultivo de cacau, não perdendo com isso seu vínculo com o território e o modo de vida ribeirinho.

Em um processo de perda territorial a dependência do dinheiro necessariamente aumenta, a mercantilização assim transforma o camponês - ribeirinho em proletário ou força de trabalho disponível.

Acumulação significa [...] separação de povos de sua base material e intelectual de vida e a sua conseqüente conversão em “força de trabalho disponível para emprego na máquina do mundo capitalista – e a isso se chama de formação de um mercado de trabalho --, e a constituição de uma população dependente do dinheiro para ter acesso a coisas para viver – e a isso se chama formação de um mercado de consumo. Ambos os processos implicam a desorganização de regimes locais de produção e de reflexão.³

²WOLF, Eric “Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion”. American Anthropologist New Series, Vol. 57, No. 3, Part 1 (Jun., 1955), pp. 454.

³Sociodiversidade e desenvolvimento. Considerações entre centro e margem. Mauro William Barbosa de Almeida

Assim, a organização social fundada no trabalho familiar e a produção destinada a sobrevivência e a manutenção da qualidade de vida são características estruturantes do modo de ser ribeirinho. A desestruturação deste tecido social – as redes de parentesco, por exemplo – altera não só os regimes locais de produção como os próprios mecanismos de reprodução cultural.

- Ribeirinho tem história

Conforme aponta o estudo solicitado para a SBPC os ribeirinhos de Altamira têm uma origem histórica que remonta as frentes de migração ligadas à exploração da borracha em fins do século XIX e início do século XX. Com grande frequência estas famílias tem uma origem “no alto”, alto curso dos rios Xingu, Iriri ou Riozinho do Anfrísio, onde localizavam-se os principais seringais da região, e se aproximaram da cidade de Altamira a medida em que a indústria da borracha arrefecia.

A ênfase na expressão “somos nascidos e criados no beiradão” aponta para este vínculo geracional com o território. Muitas vezes ao identificarem alguém como pertencendo ao grupo esta expressão era acionada “fulano é nascido e criado no beiradão”.

Embora seja central a história na identificação do pertencimento ao grupo social, no processo de reconhecimento foi decidido que não bastava ter uma história, esta deveria estar acompanhada da manutenção de um vínculo com o território até o momento da remoção por parte da Norte Energia. Este critério parece estar ligado a uma noção de justiça dos próprios conselheiros, o direito ao retorno deve ser garantido aqueles que resistiram, que permaneceram. Por esta razão algumas famílias que tinham uma longa história no beiradão, muitas vezes mantendo moradia, não foram incluídas na lista de ribeirinhos moradores quando as atuais gerações perderam o vínculo com o território, no sentido que não dependiam mais de seu lugar para viver, tinham sua fonte de renda na cidade e passaram a usar a antiga casa apenas para fins recreativos.

- Ribeirinho tem um conhecimento, um aprendizado

“A necessidade ensina as pessoas”, “Se aprende na convivência com aquele lugar”

Foram elencadas uma serie de habilidade que dizem respeito a um conjunto de conhecimentos indispensáveis para viver no beiradão, neste sentido são uma “necessidade”. Este tipo de conhecimento se apreende e transmite em um engajamento ativo em determinado ambiente, na observação e imitação, “Se aprende na convivência com aquele lugar”.

O ribeirinho sabe:

Subir em canoa e remar, tratar e ticar peixe, tirar macaxeira e fazer farinha, fazer canoa, remo, vassoura, abano, diversos tipos de peneiras, balaio, esteira (tupé), tipiti, arco e flecha, fazer e remendar malhadeira e tarrafa, fazer casa, telhado de palha e parede de taipa, fogão de barro, remédio do mato, etc.

O conhecimento deste tipo é adquirido em um processo personalizado de trabalhar e viver com outros parentes e vizinhos e é constitutivo de uma ligação com um lugar. Uma pessoa não aprende apenas a pescar, por exemplo, mas aprende a pescar usando uma técnica particular em um lugar definido entre tipos específicos de pessoas.⁴

O território enquanto lugar habitado é um componente fundamental na constituição da identidade, bem como é fonte e registro do conhecimento partilhado. Sem o lugar o conhecimento perde seu substrato material a partir do qual é reinventado e transmitido. O conhecimento diz respeito ao território no qual está materializado, ensina sobre onde se vive e sobre como viver neste lugar⁵.

- Ribeirinho não é [só] pescador

“Vive da terra, da localidade onde vive, planta e pesca

O ribeirinho é uma mistura: é pescador, agricultor, caçador, criador, extrativista

Produz sua alimentação: peixe, caça, farinha, fruta. Tem criação: galinha, pato, cachorro, gato, porco. Pode ter gado, mas não sobrevive do gado, tem poucas cabeças, para poupança e alimentação da família.

Planta todo tipo de coisa pois é da terra que tira sua alimentação.

Ribeirinho é diferente de pescador porque tem várias atividades, é um pouco de cada coisa, pois sobrevive do rio e da terra”.

O que foi enfatizado aqui é a importância do sistema de pluriatividade, característica estruturante do modo de vida ribeirinho, que garantiu a sobrevivência e permanência de grupos familiares em territórios marginais aos grandes ciclos econômicos ao longo do tempo. Se hoje a principal fonte de renda de muitas famílias é a pesca, isto se deve a alta demanda por este produto, agravada por um processo de expropriação e degradação territorial, contudo é a complementariedade e sazonalidade das atividades que garante a sobrevivência e qualidade de vida destas famílias.

⁴Mark Harris (2005): Riding a wave: Embodied skills and colonial history on the Amazon floodplain, *Ethnos: Journal of Anthropology*, 70:2, pp. 201-201

⁵LEACH, James (2006). Team spirit. The Pervasive Influence of Place-Generation in ‘Community Building’ Activities along the Rai Coast of Papua New Guinea. *Journal of Material Culture* Vol. 11(1-2).

As reuniões de reconhecimento

Consenso



Rigor



Participação das instituições



IMPRESSÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CONSELHO RIBEIRINHO

Christian Dunker e Ilana Katz

(psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia/USP
e psicanalista, pós-doutoranda no Instituto de Psicologia/USP)

Acompanhamos a instituição do Conselho Ribeirinho como efeito da Audiência Pública ocorrida em 11/11/2016. A ideia de que o não cumprimento das condicionantes que deveriam balizar a instalação e a operação da usina precisariam de um outro tratamento jurídico nos pareceu muito interessante, e assim nos juntamos a equipe de pesquisadores coordenados pelas antropólogas Sonia Magalhães e Manuela Carneiro da Cunha na SBPC .

No tempo em que o não cumprimento das condicionantes já era fato, a devastação sobre o território e sobre as pessoas que ali viviam deveria ser tratada na ordem da reparação dos danos já causados. O que estava em causa, como dano principal, era a perda das condições de sustentação do modo de vida da população ribeirinha que vive naquelas margens do Xingu. O relatório da SBPC aborda todas as vertentes dessa temática, deixando clara a relação de absoluta implicação entre as questões ambientais e as sociais.

Como pesquisadores responsáveis pelo seguimento da Saúde na confecção coletiva do relatório, e especificamente da Saúde Mental, os dados recolhidos e examinados nos fizeram compreender com profundidade os efeitos violentos que o processo de expulsão territorial produziu sobre a saúde da população ribeirinha. Vitimadas pelo impacto, as pessoas adoeceram e receberam diagnósticos médicos de doenças físicas e de *transtornos* psiquiátricos. Como não entrou em jogo a relação entre o adoecimento e o sofrimento psíquico presente em sua causa, esta população seguiu sem a necessária oferta do tratamento ao sofrimento e ao mal-estar sentido, e como se pode facilmente deduzir, os processos de adoecimento do corpo persistiram. São desencadeamentos sintomáticos, doenças de expressão notadamente corporal, tais como as cardiopatias, os acidentes vasculares cerebrais, diabetes, entre outras.

A partir dos testemunhos ofertados pelos ribeirinhos e através da nomeação que produzem do seu sofrimento foi possível entender que a experiência de desagregação comunitária ocupa um lugar central entre as fontes de adoecimento. A perda dos laços e a destituição do sistema de identificações são efeitos diretos da desorganização do pertencimento ao território para essa população tradicional. Vivem a experiência de morar exclusivamente na cidade e longe do rio com absoluto estranhamento e sem nenhum amparo para constituir uma nova experiência circunscrita a seu modo de vida. A oferta que foi imposta é de um outro modo de vida, e a isso, essa população não pode responder. O acontecimento em curso no território não ofereceu alternativas e dispositivos de amparo ao sofrimento.

Neste cenário, a instituição do Conselho Ribeirinho dá contorno a uma experiência de Promoção de Saúde, pois, ao dar aos Ribeirinhos lugar de fala e autoridade de reconhecimento, pode imprimir uma nova tentativa de agregação e restituição de laços comunitários.

Acompanhamos, primeiro de longe, as notícias de que havia uma reanimação em curso, que os Ribeirinhos estavam bastante engajados, assumindo sua condição de protagonistas, ou seja, ensaiando uma mudança de posição bastante importante: deixavam de ser apenas falados pelo outro e passavam a falar sobre si, entre eles, e depois como os seus outros.

Quando chegamos a Altamira para a efetivação da intervenção 'Clínica de Cuidado', em meados de janeiro de 2017, ou seja, dois meses depois da audiência pública, ficamos muito impressionados com o movimento no território. Em nossas viagens anteriores a movimentação da população ribeirinha era pouca e desarticulada, individualizada. Ali, na primeira reunião que tivemos com representantes do Conselho, já nos foi possível entender que:

- Aqueles que tinham sido apontados como conselheiros pela comunidade sentiam-se honrados pela função, e isso garantia um lugar importante para si, mas como se trata de um lugar em relação ao outro, o movimento de retorno era o de que **a comunidade se reorganizava**, se encontrava, acontecia.

Estava claro o início de um processo de tecimento comunitário, e os efeitos sobre cada um dos que conversamos era nítido. Muito embora as dificuldades concretas, como a fome, e a ausência de moradia fossem ainda a realidade da experiência dos Ribeirinhos, o lugar que o Conselho lhes atribuía lhes devolvia o ânimo e a disposição psíquica necessária para o enfrentamento que a luta exigia, e que um corpo doente não pode realizar.

- Aqueles que não estavam colocados no lugar de conselheiros, mas que acompanhavam atentamente os movimentos do conselho, expressavam desejo genuíno de aceder a essa condição.

Isso nos fez pensar na dificuldade que estava em curso: como funciona para essa população, circunscrita a cultura ribeirinha, a noção de representatividade tão comum à cultura cidadina?

Poucos dias depois, acompanhamos algumas reuniões de caráter deliberativo do Conselho Ribeirinho.

A formação do Conselho Ribeirinho é um acontecimento político de grande relevância para a reconstrução psíquica e enfrentamento subjetivo do sofrimento causado pela mudança do modo de vida desta população. Seu processo convida os participantes a enunciar traços de sua identidade, trabalho de reconhecimento coletivo de uma história comum, que traz efeitos positivos em termos de rememoração e elaboração do ocorrido. No entanto, produz e reforça a identificação com tais traços específicos: laborais, genealógicos, comunitários, discursivos ou práticos. Não se deveria pensar que os critérios de distinção são fixos e essencialmente definidos, pois isso supõe uma homogeneidade e uma unidade desta forma de vida que não existia antes.

Daí a importância da participação do MP, e de outras instâncias de mediação, que favoreçam tanto a produção de traços de identidade, nos quais esta comunidade pode se reconhecer, mas também o caráter provisório e convencional de tais traços. Daí a importância de empoderar lideranças representativas mas principalmente o processo de produção do Conselho, tendo em vista sua capilarização, envolvendo o maior número de pessoas. Tal

processo possui inequívocos ganhos para a comunidade futura e não apenas passada dos Ribeirinhos.

ATO DE CRIAÇÃO do CONSELHO RIBEIRINHO do Reservatório da UHE Belo Monte

Os ribeirinhos do rio Xingu removidos compulsoriamente de seus territórios para o enchimento do reservatório da UHE Belo Monte, reunidos em Altamira nos dias 08 e 17 de novembro e 02 de dezembro de 2016,

Considerando que o processo de deslocamento compulsório promovido pela concessionária Norte Energia ocorreu sem participação e consulta por parte dos ribeirinhos atingidos;

Considerando que 'Relatório de Inspeção Interinstitucional', 'Relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos' e 'Estudo sobre o deslocamento compulsório de ribeirinhos do rio Xingu provocado pela Construção de Belo Monte produzido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência' afirmaram a recorrente violação de direitos humanos imposta aos ribeirinhos para a implantação da UHE Belo Monte;

Considerando que o modo como a concessionária Norte Energia realizou o deslocamento compulsório das famílias ribeirinhas que viviam na área impactada pela formação do lago do reservatório da UHE Belo Monte, negando-lhes reconhecimento e direitos, acarretou a expulsão de grupos tradicionais de seus territórios e a perda de seus meios de vida;

Considerando a negação de informação sobre esse processo aos ribeirinhos e as diferentes contradições provocadas pela Norte Energia, inclusive retirando pessoas que não tiveram suas áreas alagadas;

Cientes de que houve reconhecimento por parte do licenciador IBAMA de que a manutenção do modo de vida tradicional é premissa descumprida que deveria ter norteado o processo de remoção das populações atingidas por Belo Monte;

Cientes de que a Licença de Operação da UHE Belo Monte foi condicionada à definição de um processo participativo de reterritorialização que gere condições para reprodução da vida ribeirinha no rio Xingu;

Considerando que não houve estudo prévio sobre o modo de vida das populações ribeirinhas do Xingu e que o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte não

contempla referências adequadas para reassentamento dessas famílias, com condições de manutenção do modo de vida ribeirinho no ambiente hoje modificado do rio Xingu;

Considerando que a organização social das famílias ribeirinhas, baseada nas redes de parentesco e de vizinhança, além de não ter sido levada em consideração, foi desmantelada gerando o esgarçamento do tecido social;

Considerando que, ao não levar em consideração a organização social dessas famílias, o reassentamento conduzido pela Norte Energia gerou conflitos e entrega do território tradicional de famílias ribeirinhas para outras;

Considerando que a oferta de ponto de apoio de pesca (PAP) foi avaliada como inadequado para a mitigação dos impactos sobre os ribeirinhos no decorrer de Audiência Pública realizada no dia 11 de novembro de 2016, em Altamira/PA;

Considerando que os acordos de reocupação, com os quais se vem definindo o tamanho e o local das áreas, são feitos e desfeitos pela Norte Energia, à revelia dos ribeirinhos e dos órgãos do Estado que estão acompanhando o retorno para a “beira”/margem do rio, agravando a situação de vulnerabilidade em que estão os ribeirinhos;

Considerando que a prerrogativa da concessionária Norte Energia de reconhecer quem é ribeirinho e de definir o que ele precisa para recomposição da sua vida tradicional fere instrumentos internacionais, como a Convenção 169/Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Considerando a presença de vários povos indígenas, da etnia Xipaya, Kuruaya, Juruna, Kayapó e Arara dentre os ribeirinhos atingidos pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte;

Considerando que no 'Estudo sobre o deslocamento compulsório de ribeirinhos do rio Xingu provocado pela Construção de Belo Monte' produzido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência restaram consignadas como premissas inafastáveis do processo de reterritorialização a *autoidentificação* e o *reconhecimento pelos pares*;

Considerando que a Convenção 169 da OIT, incorporada ao direito brasileiro por meio do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004, afirma o autorreconhecimento como critério fundamental para a definição dos grupos tradicionais (art. 1º,§2º);

Considerando que a diversidade cultural é protegida no âmbito das Nações Unidas (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Convenção sobre a proteção da Diversidade das Expressões Culturais);

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e que inclui como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da

sociedade brasileira suas “formas de expressão” e seus “modos de criar, fazer e viver” (art. 215);

Cientes de que o direito à dignidade do povo tradicional morador do rio Xingu pressupõe o reconhecimento de suas formas de organização e representação, assim como as suas autoridades, para o fortalecimento de suas organizações coletivas, e depende de autonomia na autogestão do território para a sustentabilidade dos projetos sociopolíticos, econômicos e culturais;

Cientes de que o processo de reocupação do reservatório da UHE Belo Monte contempla exclusivamente ribeirinhos que tenham sido expropriados pela remoção compulsória da UHE Belo Monte, não havendo respaldo legal para o retorno de pessoas que não eram detentoras de um modo de vida tradicional agroextrativista;

DECIDEM

criar o Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte.

I. Natureza e objetivos

O *Conselho* é órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios da autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização dos ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

II. Composição

O *Conselho* é composto por 28 (vinte e oito) ribeirinhos, entre titulares e suplentes, seguindo a forma como se organizavam quando viviam nas localidades do Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego / Padeiro, Paratizão, Paratizinho, Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru, todas atingidas pela formação do reservatório da UHE Belo Monte.

III. Atribuições

O *Conselho* terá como atribuição:

1. Participar de forma direta e efetiva de todas as decisões que atinjam os ribeirinhos removidos do rio Xingu para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte.

2. Deliberar sobre o processo de reconhecimento dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte.
 - a. Estabelecer critérios para identificação dos ribeirinhos do reservatório da UHE Belo Monte;
 - b. Promover a identificação dos ribeirinhos mediante a aplicação de critérios previamente acordados.
3. Deliberar sobre o processo de reconstrução da organização social dos ribeirinhos a serem reterritorializados na área do reservatório da UHE Belo Monte, mediante a identificação dos grupos de vizinhança e de parentesco e definição da forma adequada para reassentamento de cada grupo e família no reservatório da UHE Belo Monte.
4. Deliberar sobre o processo de ocupação do reservatório da UHE Belo Monte.
 - a. Definir os contornos das áreas coletivas e familiares necessárias para reassentamento e reconstrução da vida ribeirinha;
 - b. Indicar as áreas adequadas para reassentamento e a distribuição espacial dos grupos e famílias ribeirinhas na região do reservatório da UHE Belo Monte;
 - c. Avaliar as reocupações que já foram realizadas, especialmente os casos que estão gerando conflito e aqueles em que pessoas não ribeirinhas foram autorizadas pela Norte Energia a ocupar áreas destinadas exclusivamente aos ribeirinhos.
5. Elaborar e deliberar sobre um plano de vida para reterritorialização no reservatório da UHE Belo Monte, com a definição do que se faz necessário para a recomposição do modo de vida ribeirinho, incluindo apoio de transição, ATER (atividades produtivas, pesca...), saneamento, acesso a políticas públicas, garantia da dupla moradia etc.
6. Trabalhar para o fortalecimento da organização coletiva dos ribeirinhos e participar com autonomia da gestão dos territórios e da elaboração de seus planos de uso.

IV – Reuniões

1. O *Conselho* se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.

2. Caberá ao *Conselho* chamar o apoio de *Grupo Interinstitucional* composto pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Movimento Xingu Vivo para Sempre, Instituto Socioambiental e outras instituições que tenham condições de colaborar para os trabalhos e na mediação do diálogo com outros agentes do processo de reterritorialização, conforme acordado em Audiência Pública realizada no dia 11 de novembro de 2016 em Altamira.

3. O *Conselho* poderá convocar reuniões ampliadas sobre temas que extrapolem sua atribuição exclusiva, com a presença de instituições públicas e privadas envolvidas na solução da questão específica e, nesses casos, poderá chamar o apoio do grupo de *Grupo Interinstitucional* para mediação, conforme acordado em Audiência Pública realizada no dia 11 de novembro de 2016 em Altamira.

V – Decisões

As decisões do *Conselho* serão encaminhadas na forma de recomendação ao IBAMA – licenciador da UHE Belo Monte – e/ou a entidades públicas ou privadas responsáveis pelo seu cumprimento.

Altamira, 02 de dezembro de 2016